

UFRRJ

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas
Públicas

DISSERTAÇÃO

Produção do Espaço Urbano em Barra Mansa, RJ

Um olhar sobre a paisagem

Daniele Helena Leão

SEROPÉDICA

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM BARRA MANSA, RJ
UM OLHAR SOBRE A PAISAGEM

DANIELE HELENA LEÃO

Sob a Orientação da Professora

Denise de Alcantara Pereira

e Coorientação da Professora

Noêmia de Oliveira Figueiredo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ

Junho de 2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L433p Leão, Daniele Helena, 1988-
Produção do Espaço Urbano em Barra Mansa, RJ: um
olhar sobre a paisagem / Daniele Helena Leão. -
Seropédica, 2020.
122 f.: il.

Orientadora: Denise de Alcantara Pereira.
Coorientadora: Noêmia de Oliveira Figueiredo.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2020.

1. Paisagem. 2. Morfologia urbana. 3. Espaço
urbano. 4. Território. 5. Barra Mansa. I. Pereira,
Denise de Alcantara, 1962-, orient. II. Figueiredo,
Noêmia de Oliveira, 1978-, coorient. III
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públicas. IV. Título.

Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas

DANIELE HELENA LEÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/06/2020

Prof^a. Dr^a. Denise de Alcantara Pereira, UFRRJ

Prof. Dr. Jonathas Magalhães, PUC-Campinas

Prof. Dr. Marcio Rufino Silva, UFRRJ

*Ao meu avô Luís, que escolheu Barra
Mansa como lar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª Denise de Alcantara Pereira, por me acompanhar ao longo do caminho, por não me deixar esmorecer perante as tempestades e principalmente por ser exemplo, tanto na área acadêmica e profissional como na área pessoal. Seus ensinamentos e incentivo transcenderam a esfera acadêmica, estão enraizados na minha essência.

Aos professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas a minha gratidão por ampliar meu olhar sobre o espaço, território, políticas públicas e economia. Gostaria de destacar ainda os professores que em suas disciplinas descortinaram uma vastidão de questionamentos e novos olhares, como o Prof. Marcio Ruffino, Prof^º Robson Dias, Prof^ª Tatiana Cotta, Prof^º Vinicius e Prof^ª Raquel Pereira de Souza.

Agradeço às amigadas construídas durante o percurso do mestrado, em especial ao Raul, companheiro de todas as horas.

Aos colaboradores diretos e indiretos desta pesquisa minha gratidão por todo auxílio, em especial à Beatriz Corrêa e a Fernanda Marchon, integrantes do Grupo GEDUR.

Enfim, mas não menos importante agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, por serem esteio a todo momento; ao Daniel, que caminha ao meu lado na vida; e a minha irmã e sua família, por permitir me refugiar no sorriso das minhas sobrinhas. Agradeço ainda ao meu primo Thiago pela amizade e colaboração na montagem do acervo de imagens da pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro e pedagógico.

RESUMO

LEÃO, Daniele Helena. **Produção do Espaço Urbano em Barra Mansa, RJ: Um olhar sobre a paisagem**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A presente pesquisa aborda a temática da transformação e produção do espaço urbano e periurbano em Barra Mansa, município do Rio de Janeiro, cuja localização estratégica entre as duas maiores metrópoles brasileiras favoreceu a implantação de atividades industriais que influenciaram econômica, socioespacial e ambientalmente a região. Situada no Vale do Paraíba, sua história está ligada ao período áureo e à mão de obra escravocrata do açúcar e do café, à pecuária leiteira, no século XIX, e, no século XX, à industrialização, com a instalação da usina de Volta Redonda, durante o período Vargas, ocasionando diversos impactos sócio-espaciais na região. A pesquisa transescalar e de cunho empírico, busca uma leitura sensível do território barra-mansense, através da análise da transformação de suas paisagens e territorialidades, utilizando como método a delimitação das unidades morfo-territoriais e a análise tipomorfológica, com foco em recortes espaciais do município, que possibilita uma compreensão mais abrangente dos processos e dinâmicas da evolução do espaço urbano e periurbano e os agentes e atores públicos e privados que os direcionaram, abarcando os aspectos físico-espaciais e as especificidades do território. A investigação pretende ainda contribuir para um planejamento urbano responsivo às demandas locais e um desenvolvimento urbano equilibrado.

Palavras-Chave: paisagem, morfologia urbana, espaço urbano, território, Barra Mansa.

ABSTRACT

LEÃO, Daniele Helena. **The Production of Urban Space in Barra Mansa, RJ: a glance on the landscape.** Master Thesis – Graduate Program in Territorial Development and Public Policies, Institute of Applied Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2020.

This research addresses the theme of transformation and production of urban and peri-urban space in Barra Mansa, municipality of Rio de Janeiro, whose strategic location between the two largest Brazilian metropolises favored the implementation of industrial activities that had an economic, socio-spatial and environmental impact on the region. Located in the Paraíba Valley, its history is linked to the golden period and the sugar and coffee slave labor, dairy farming in the 19th century, and industrialization in the 20th century with the installation of the Volta Redonda steel industry, during the Vargas period, causing several socio-spatial impacts in the region. The cross-scale and empirical research, seeks a sensitive reading of the Barra-Mansense territory, through the analysis of the transformation of its landscapes and territorialities, using as a method the delimitation of the morpho-territorial units and the type-morphological analysis, focusing on cutouts spatial areas of the municipality, which enables a more comprehensive understanding of the processes and dynamics of the evolution of urban and peri-urban space and the public and private agents and actors that directed them, encompassing the physical-spatial aspects and the specificities of the territory. The research also intends to contribute to urban planning responsive to local demands and balanced urban development.

Palavras-Chave: *landscape, urban morphology, urban space, territory, Barra Mansa.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul com destaque para Barra Mansa e Volta Redonda.	32
Figura 2: Conurbação entre Barra Mansa e Volta Redonda.....	34
Figura 3 Gráfico demonstrativo da participação dos setores econômicos no emprego formal da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense em 2011	35
Figura 4: Mapa - Redes urbanas do município de Barra Mansa	38
Figura 5: Mapa: Divisões administrativas de Barra Mansa.....	39
Figura 6: Gráfico dos setores de emprego no município.....	40
Figura 7: Croqui esquemático da depressão do Vale do Paraíba.	41
Figura 8: Mapa topográfico do município de Barra Mansa.....	42
Figura 9: Mapa da Região Hidrográfica, da Bacia e do município	43
Figura 10: Mapa de uso do solo e cobertura Vegetal de Barra Mansa.....	44
Figura 11: Mapa das Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal.....	45
Figura 12: Mapa Unidades de Paisagem	47
Figura 13: Vista aérea da ocupação urbana da UP1	48
Figura 14: Vista aérea do Centro e bairro Ano Bom.....	48
Figura 15: Vista de ocupação em encosta e topo de morro no bairro Vila Brígida.....	48
Figura 16: Mapa das Microbacias contidas na área do município.	49
Figura 17: ARIE Floresta da Cicuta	49
Figura 18: Bacia do rio Bananal no distrito de Rialto	49
Figura 19: Arruamento distrito de Amparo	50
Figura 20: Arruamento distrito de Rialto	50
Figura 21: Área de Hortifrutigranjeiro	50
Figura 22: Produção leiteira	50
Figura 23: área de pastagem distrito de Santa Rita de Cássia	51

Figura 24: Empresa logística instalada em Florianópolis	51
Figura 25: Área central de Florianópolis.....	51
Figura 26: Mapa: Detalhe Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro - 1767	55
Figura 27: Rua da Direita (188?).....	58
Figura 28: Vista da margem esquerda do Paraíba para o núcleo histórico de Barra Mansa, com destaque para Câmara Municipal (1) e a Matriz de São Sebastião (2), 1861.....	60
Figura 29: Estação Ferroviária de Barra Mansa, década de 1930	61
Figura 30: Galpões de Armazenagem do Café, entre o Paraíba e a linha férrea.	62
Figura 31: Matriz de São Sebastião, 1910, a frente o Largo da Matriz.....	63
Figura 32: Inauguração da Ponte Nilo Peçanha 1905.....	65
Figura 33: Hospital Santa Casa de Misericórdia, 1914	65
Figura 34: Rua da Direita, atual Av. Joaquim Leite, 1920.....	65
Figura 35: Rua da Direita, atual Av. Joaquim Leite, 1930.....	65
Figura 36: Hotel São Pedro, esquina da Rua Rio Branco, 1924.....	65
Figura 37: Ponte de ferro da Estrada de Ferro Oeste de Minas, s/d	65
Figura 38: Vista aérea de Barra Mansa, destacamos a Matriz de São Sebastião (1), a Estação Ferroviária (2), o Parque Centenário (3), a Ponte Nilo Peçanha (4) e a Ponte da estrada de Ferro Oeste de Minas (5), 1932.	66
Figura 39: Palácio Barão de Guapy após a primeira interferência em 1914. (1940)	67
Figura 40: Indústria Moinho Fluminense S.A, 1932	68
Figura 41: Fábrica da Nestlé em Barra Mansa, s/d.....	68
Figura 42: Construção da Ponte Ataulpho Pinto dos Reis, 1956	70
Figura 43: Inauguração da Ponte Ataulpho Pinto dos Reis,1958.....	70
Figura 44: Vista aérea de Barra Mansa em 1958 enfatizando as pontes de ligação entre as margens do Paraíba do Sul	71
Figura 45: Vista aérea de Barra Mansa em 1968.....	71
Figura 46: A paisagem urbana em 1975: Av. Joaquim Leite.	72

Figura 47: Rodoviária Geraldo Ozório, 1975	72
Figura 48: Vista aérea de Barra Mansa, fundos da Matriz, 196?	72
Figura 49: Vista aérea de Barra Mansa, Centro, 1975.....	72
Figura 50: Vista aérea de Barra Mansa, do Ano Bom para o Centro, 1975	73
Figura 51: Vista aérea, Praça Dante Santos da Fonseca, 1975.....	73
Figura 52: Vista aérea, Ano Bom e Centro, 1975	73
Figura 53: Palácio Barão de Guapy, 1975	73
Figura 54: Mapa: Núcleos favelados e loteamentos irregulares.....	77
Figura 55: Av. Joaquim Leite, 2014	78
Figura 56: Vista Centro, destacamos Igreja Matriz (1) sufocada pelos edifícios, 20011	78
Figura 57: Foto aérea do Centro, 2008	79
Figura 58: Bairro Nove de Abril, 2011	79
Figura 59: Foto evidenciado moradias irregulares (entre o Rio e a linha férrea), 2015	79
Figura 60: Moradia irregular em área de Proteção permanente do rio Barra Mansa.	79
Figura 61: Imagem de satélite de parte da zona urbana, e seus limites físicos, 2016.	80
Figura 62: Ocupação territorial de Barra Mansa, final do século XIX – início século XX. Destacamos, Fazenda da Posse (1) e a Igreja Matriz de São Sebastião (2) e o Rio Paraíba	82
Figura 63: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1930 – 1940. Destacam-se a Siderúrgica Barra Mansa (1), a Nestlé (2), Indústria Moinho S.A. (3), Cia Metalúrgica Barbará (4) e CSN (5).....	83
Figura 64: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1950. Destacamos, Ponte Ataulpho Pinto dos Reis (1) e Vila Operária Barbará (2).	84
Figura 65: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1960. Destacamos, a ocupação ao longo do caminho primitivo (1).....	85
Figura 66: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1970. Destaque para o Bairro Roberto Silveira (1).....	87
Figura 67: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1980 a 2000	88

Figura 68: Mapa: Zoneamento urbano de Barra Mansa, 1992	89
Figura 69: Mapa da zona urbana de Barra Mansa desenvolvimento pelo Arquiteto Ruben Pesci.....	91
Figura 70: Mapa do Zoneamento do Distrito Sede.....	94
Figura 71: Mapa das Zonas de Especial Interesse Social.....	96
Figura 72: Croqui da UP1 com as linhas de força da expansão da mancha urbana.	102
Figura 73: Croqui da UP1 com as linhas de força da expansão da mancha urbana, acrescido em mancha azul das áreas de planície.	102
Figura 74: Croqui da UP1 acrescido das linhas de valor do solo urbano.....	103
Figura 75: Croqui da UP1 Com a sobreposição do valor do solo urbano com o mapa de renda.	103
Figura 76: Delimitação das Unidades Morfo-territoriais da UP1.....	105
Figura 77: Croqui da topografia do município, evidenciando o relevo acidentado, as ocupações e as linhas de força.....	112

LISTA TABELAS

Tabela 1: Distância de Barra Mansa aos principais centros urbanos das regiões sudeste e sul.	36
Tabela 2: Dados climáticos de Barra Mansa – Média mensal de temperatura e precipitação .	43
Tabela 3: Caracterização das Unidades de Paisagem.....	53
Tabela 4: Relação entre população livre e escrava.....	58
Tabela 5: Leis promulgadas após a revisão do Plano Diretor em 2006.	92
Tabela 6: Histórico da legislação urbanística.....	98
Tabela 7: Evolução Demográfica do Médio Vale do Paraíba, com destaque para o município de Barra Mansa.....	99
Tabela 8: Quadro síntese das informações das UMTs de 1 a 8.....	106
Tabela 9: Quadro síntese das informações das UMTs de 9 a 14.....	107
Tabela 10: Quadro síntese das informações das UMTs de 15 a 22.....	108
Tabela 11: Quadro síntese das informações das UMTs de 23 a 26.....	109
Tabela 12: Quadro síntese das informações das UMTs de 27 a 29.....	110
Tabela 13: Síntese das UMTs.....	113

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	vii
<i>ABSTRACT</i>	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA TABELAS	xiii
SUMÁRIO	xiv
INTRODUÇÃO	16
1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	21
1.1 Espaço	23
1.2 Território	24
1.3 Paisagem	26
1.4 Unidades de paisagem	29
1.5 Unidades morfo-territoriais	31
2 BARRA MANSA – CONTEXTUALIZAÇÃO, CATEGORIZAÇÃO, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO	32
2.1 Inserção de Barra Mansa na Microrregião	36
2.2 Suporte Geobiofísico	40
2.3 Categorização do Território em Unidades de Paisagem – um olhar do todo para as partes	46
2.4 Contextualização Histórica	54
2.4.1 Formação do Núcleo Urbano Barramansense	54
2.4.2 O período dos Barões do Café e a implantação da ferrovia	57
2.4.3 A sociedade da pecuária leiteira	63
2.4.4 Industrialização no Vale do Paraíba – processo nacional e rebatimentos regionais	66
2.4.5 Da crise industrial aos dias atuais (1980 – 2019)	73
3 ANÁLISE DO ESPAÇO E PAISAGEM	80
3.1 Agentes e atores – o olhar institucional na produção do espaço	80
3.2 Unidades Morfo-Territoriais – desigualdades e contradições do recorte urbano	101

CONCLUSÃO.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

INTRODUÇÃO

Vivemos uma crise urbana refletida na precarização social, na desigualdade do acesso à urbanização, à infraestrutura, ao mercado de trabalho, à cultura, à informação, etc. Carlos (2018) nos afirma que essa crise urbana está fundamentada pela propriedade privada da terra. Segue a mesma linha de Ermícia Maricato (2013, p.23) que afirma que a tragédia urbana “tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira, em especial a partir da privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)”. É evidente que a sociedade carrega um passivo reflexo da transição dos períodos econômicos que marcaram o país e o processo de urbanização das cidades.

Diversos documentos internacionais já foram concebidos visando uma nova forma de se pensar as cidades. Dentre os mais relevantes, a Nova Agenda Urbana (NAU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU-HABITAT, 2017), ambos elaborados por especialistas das questões urbanas de vários países sob a égide das Nações Unidas, visam o desenvolvimento urbano mais sustentável e humano. No Brasil, buscamos ainda uma nova forma de planejamento que atenda às demandas da sociedade; um planejamento voltado para a cidade real, que englobe suas diversas territorialidades, que não ignore as desigualdades, as lutas sociais, o respeito ao ambiente. A urbanização brasileira, principalmente a partir do século XX, conservou e conserva ainda “muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano” (MARICATO, 2013, p. 45), reproduzindo a segregação e promovendo a desigualdade no espaço urbano. Percebemos a necessidade de formas alternativas para se pensar as cidades, um olhar sobre a cidade que abarque todas as suas nuances, pois acreditamos que a partir da compreensão da cidade real será possível encontrar soluções reais e factíveis.

Nesse contexto, a escolha do objeto de estudo desta Dissertação de Mestrado recai sobre a cidade de Barra Mansa. Tal escolha se dá pelo reconhecimento de sua importante participação frente a períodos marcantes de mudança na economia brasileira, se configurando também como um reflexo do processo de urbanização nacional. Tendo em vista que o município foi palco das intensas transformações nas relações de trabalho, desde a produção de cana-de-açúcar e cafeeira, baseada no trabalho escravo, à indústria de transformação capitaneada pela Estado, tendo seu auge na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) no município, antes da emancipação de Volta Redonda.

A introdução da planta industrial da CSN trouxe à região investimentos em infraestrutura com vistas a implantação de um polo de desenvolvimento de relevância nacional, em um período de grandes investimentos federais para fomentar a industrialização brasileira (CRUZ, 2011). Esse fator gerou um boom populacional, entre as décadas de 1940 e 1950, em cujo período a população do município aumentou 203%, passando de 23.345 para 70.880 mil habitantes.

A rápida urbanização do território não foi acompanhada de um planejamento urbano voltado às demandas sociais, culminando em áreas degradadas, fragilidade ambiental e paisagística, e um passivo social ainda pendente de solução. Um dos questionamentos que levantamos neste estudo é o de que, apesar dos índices sociais positivos, o município apresenta um cenário de grandes desigualdades socioespaciais, carência de políticas públicas voltadas às questões urbanas e de planejamento e gestão que sejam aplicados efetivamente. Temos em conta que o território e a paisagem urbana de Barra Mansa passaram por diversas transformações que acompanharam os principais eventos econômicos, políticos e sociais sobre a região onde se insere.

Portanto, verifica-se a necessidade de um novo olhar sobre o espaço, uma leitura mais sensível e aproximada, tanto da região de inserção, quanto do território e da paisagem, a fim possibilitar a geração de cenários de planejamento alinhado e responsivo às demandas do município; traçando novos caminhos rumo a um futuro coletivo.

A relevância dessa investigação se dá pela baixa produção acadêmica relacionada ao objeto de estudo voltada à temática dos estudos urbanos e da paisagem. Os desdobramentos das dinâmicas e processos econômicos e políticos na produção do espaço se mostram evidentes, e por vezes perversos social e ambientalmente, no recorte espacial proposto neste estudo. Sua relevância é ainda calcada, principalmente, por acreditarmos que o espaço deve ser analisado a partir de seu território e suas territorialidades. Assim, ao resgatarmos as “persistências históricas” que determinam a continuidade de estruturas e da relação entre passado e presente (RAFFESTIN, 2015), podemos contribuir, ainda que de forma preliminar, na geração de bases para o desenvolvimento de políticas públicas capazes de engendrar uma sociedade mais justa e equitativa.

Logo, a presente pesquisa tem como objetivo principal **compreender os processos de constituição do território barra-mansense e o entendimento morfológico do município por meio da leitura das unidades de paisagem (UP) e unidades morfo-territoriais (UMT)**. Para além disso, buscamos contribuir com uma produção cartográfica, ainda que incipiente, que

fomente novas pesquisas e estudos a respeito do território barra-mansense, bem como a prospecção de novos cenários fundamentados em um olhar mais sensível às demandas da sociedade como um todo. Isto posto, apresentamos abaixo os objetivos específicos do trabalho:

- Revisar conceitos relacionados à formação do espaço e ao estudo da paisagem, bem como o aprofundamento das noções de espaço, território e sistema espaços livres (SEL).
- Compreender o processo e as persistências históricas na formação do município de Barra Mansa e sua inserção na microrregião do Vale do Paraíba, na escala macro, ou regional.
- Analisar criticamente o aporte legislativo relativo às questões urbanísticas, de planejamento, habitacionais e ambientais do município de Barra Mansa, e seu rebatimento na construção, ordenamento e conservação da paisagem e do espaço urbano.
- Identificar as Unidades de Paisagem (UP) do município na escala meso e as Unidades Morfo-territoriais (UMT) na escala micro, ou do tecido urbano.
- Demonstrar a aplicabilidade e validade metodológica da delimitação das unidades Morfo-territoriais.
- Estabelecer possíveis cenários de planejamento em escala local.

A presente investigação se desenvolve em três capítulos. O primeiro consta de revisão teórica, visando uma breve retomada das noções relacionadas à formação do espaço, abarcando os conceitos de espaço, território, paisagem, unidades de paisagem, unidades morfo-territoriais e espaços livres. Neste capítulo, tomamos como base os estudos desenvolvidos pela Rede Quapá-SEL, pioneiros no Brasil a tratar a paisagem e os Sistemas de Espaços Livres, bem como as pesquisas do Grupo GEDUR-UFRRJ, ao qual esta pesquisa se vincula.

O segundo capítulo traz à luz o objeto de estudo, e se divide visando a aproximação com o recorte de análise final. Dessa forma, em escala meso, partimos de uma contextualização de sua inserção na Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense, enfatizando seu determinismo geográfico. Em seguida apresentamos a caracterização dos aspectos geobiofísicos do município de Barra Mansa, utilizando como base os elementos definidores da paisagem (suporte físico, estrutura/padrão de drenagem, cobertura vegetal e mancha urbana). Em seguida, com base nos mapas gerados na etapa anterior, realizamos a delimitação das Unidades de Paisagem em escala macro (do município), identificando quatro Unidades de Paisagem, das quais elegemos a UP1,

relativa à mancha urbana principal do município como escala micro. Finalizamos o capítulo com a apresentação do histórico do município, clareando sua trajetória econômica, suas particularidades de formação e fatos que engendram o território tal como é percebido na atualidade. Nessa parte, empregamos como método de pesquisa a análise e levantamento de dados quantitativos (territoriais, demográficos, socioeconômicos, estatísticos, etc.) da Microrregião e do município de Barra Mansa; produção de bases cartográficas a partir de levantamentos in loco e a partir de dados e bases cadastrais disponibilizadas pelos órgãos oficiais (Prefeitura Municipal, IBGE, CEPERJ, CEDAE-RJ, Defesa Civil, etc.); levantamento iconográfico junto a Academia Barra-mansense de História e pesquisa histórica dos processos de produção do espaço em periódicos do IBGE, na Biblioteca Municipal de Barra Mansa e através de depoimentos obtidos em fevereiro de 2020. São de grande valia ainda a pesquisa de mestrado realizada por Andrea Moreira (2002), um dos poucos estudos acadêmicos sobre a questão urbana de Barra Mansa.

O terceiro capítulo abarca a análise do município bem como o rebatimento teórico conceitual da pesquisa no objeto de estudo. Dessa forma apresentamos a princípio uma retomada crítica do histórico do município junto a análise da produção jurídica e seu rebatimento no território. Utilizamos como procedimentos metodológicos a análise do histórico da legislação urbanística municipal e o método de delimitação das Unidades Morfo-territoriais desenvolvido por Magalhães (2016).

Neste processo, buscamos elucidar as questões referentes à formação do espaço urbano barra-mansense, bem como corroborar com a metodologia da análise das unidades morfo-territoriais evidenciando sua aplicabilidade às diversas escalas e assertividade na leitura do território, considerando não só os aspectos morfológicos, mas principalmente os aspectos sociais, gerando assim uma leitura sensível, mais aproximada do território e suas territorialidades, em contraponto à leitura tecnicista, historicamente aplicada no planejamento urbano (SILVA, 2019).

Por fim o presente trabalho vincula-se ainda ao grupo GEDUR – Grupo de Pesquisa em Planejamento Urbano e Desenvolvimento Territorial, liderado pela orientadora desta pesquisa, certificado pelo CNPq e sediado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRRJ. Buscamos contribuir para a leitura do espaço urbano, no entendimento de que é necessário um olhar atento e abrangente, que abarque as múltiplas escalas e temáticas diversas afetas à urbe, para identificarmos as transformações sobre a paisagem e o território; compreendermos sua formação e mutações; e identificarmos suas potencialidades e entraves. A partir daí então,

torna-se possível a elaboração de propostas e ações de gestão integradas ao planejamento urbano sensível, justo socialmente e equilibrado ambientalmente.

1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Durante as últimas décadas do século XX, as cidades brasileiras vivenciaram um processo de adensamento populacional refletido diretamente nas ocupações desordenadas e na verticalização das cidades. O modo produtivo capitalista modificou o espaço, transformando as áreas urbanas, rurais e periurbanas, levando a perda de elementos naturais e, ou, culturais, bem como na precarização dos espaços livres, repercutindo diretamente na transformação da paisagem urbana (SILVA, A. et al., 2007).

Tal cenário, reflexo da busca pelo desenvolvimento econômico pautado nos moldes de produção capitalista, em grande parte fomentado pela industrialização, culminou em uma extensiva urbanização, seja nas grandes metrópoles, seja em cidades de médio porte, acarretando mudanças em todos os aspectos da vida social. Neste sentido, Roberto Monte-Mor nos apresenta a transformação do urbano, onde a cidade é tomada pela indústria,

trazendo a produção – e o proletariado – para o espaço do poder. A cidade, lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou assim subordinada à lógica da indústria. A cidade sofreu então um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de tecido urbano, que acabou por carregar consigo o germe da polis e da civitas. Assim, a práxis urbana, antes restrita à cidade, re-politizou todo o espaço social (MONTE-MOR, 2006, p. 5).

Reforçando a problemática da produção do espaço regulada pela produção capitalista, trazemos a contribuição de Carlos, que enfatiza a predominância da ótica da mercadoria e da acumulação, onde o valor de uso é substituído pelo valor de troca.

No capitalismo, a produção expande-se espacial e socialmente (no sentido que penetra toda a sociedade), incorporando todas as atividades do homem e redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital – o espaço tornado mercadoria sob a lógica do capital fez com que o uso (acesso necessário à realização da vida) fosse redefinido pelo valor de troca. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda a produção em mercadoria (CARLOS, 2011, p.60).

Logo, consideramos o espaço urbano como o principal local onde se manifesta a reprodução da força de trabalho. No entanto, a apropriação desses espaços e o exercício da cidadania se dá de forma desigual. Maricato, afirma que as condições de igualdade no exercício da cidadania, e as condições de bem-estar, não podem ser alcançadas apenas através de uma

melhor distribuição de renda; mas dependem diretamente de políticas públicas, bem como uma reformulação da hierarquia social voltada para o reconhecimento das necessidades da população. A autora explica ainda no tange ao caso brasileiro que

Como integrantes de um país da periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo *mainstream*, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da ‘política do favor’ (MARICATO, 2013, p. 20).

Frente a este cenário, Guy Debord (1997) aponta o urbanismo como a concretização do capitalismo no espaço, servindo para conceber um espaço social pautado no espetáculo, voltado para o interesse do capital, servindo ao capital e ao Estado. Nesse sentido, o “urbanismo é a tomada do meio ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver-se em sua lógica de dominação absoluta, refaz a totalidade do espaço como seu próprio cenário” (DEBORD, 1997, p. 110). Seguindo nessa mesma lógica, Lefebvre (1974, p. 6) considera a urbanização “massiva e selvagem”, estruturada visando à produção e reprodução de um espaço apropriado para o desenvolvimento capitalista. Para o autor,

o capitalismo e o neo-capitalismo produziram o espaço abstrato que contém o “mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que à potência do dinheiro e à do Estado político. Esse espaço abstrato apoia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das autoestradas, dos aeroportos, das redes de informação. Nesse espaço, a cidade, berço da acumulação, lugar da riqueza, sujeito da história, centro do espaço histórico, explodiu. (LEFEBVRE, 1974, p. 86).

Carlos (2018) reforça a contribuição do poder da propriedade privada da terra sobre a crise urbana, determinando as condições e as formas de acesso à cidade, evidenciando as contradições do espaço produzido, e sua ineficiência em atender às demandas de uma camada da sociedade cada vez maior, refletindo assim a desigualdade.

Ressaltamos que ao falar em desigualdade buscamos superar a tendência enfatizada por Amartya Sen (1992), de que tendemos a concentrar a discussão na desigualdade de rendas, deixando de lado a diversidade das necessidades sociais, físicas e humanas. Essa tendência resulta na negligência das desigualdades substantivas, em bem-estar e liberdade, por exemplo;

devendo ser a igualdade examinada levando em consideração as variadas demandas da sociedade e do homem. Logo, a nosso ver, se faz necessário também entendermos como se dá o acesso, igual ou desigual, ao espaço produzido na cidade e, para isso, passamos a examinar com mais detalhes, o significado dos conceitos que fundamentam nossa pesquisa. São eles inicialmente: espaço, território e paisagem.

1.1 Espaço

O termo espaço abriga uma infinidade de usos e apropriações; antes pretendido principalmente pela área das exatas, hoje o conceito de espaço transita em diversas áreas, dentre elas as ciências sociais como a arquitetura, geografia, urbanismo, entre outras.

Em nosso estudo, o espaço se fundamenta no entendimento a partir das obras de Henry Lefebvre (1974) e Milton Santos (1996). Em alinhamento com esses autores, entendemos o espaço como produto e produtor das relações homem-natureza ao longo dos tempos.

Lefebvre nos apresenta a concepção de espaço como um produto social, onde

o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 2006, p. 7).

O espaço social é produto da relação entre o modo de produção (a sociedade), as relações sociais e a própria natureza, dessa forma o espaço é definido e redefinido ao longo do tempo. Logo, o estudo da produção do espaço busca compreendê-lo em totalidade através da tríade: *práticas espaciais*, ou seja, o espaço **percebido** entre a vida cotidiana e a realidade urbana; *representação do espaço*, atrelado à transformação, como espaço **concebido**; e os *espaços de representação*, com a perspectiva do **vivido**, o espaço habitado. Para Lefebvre (1974, p. 75),

a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas dimensão material das atividades e interações sociais.

Em consonância com Lefebvre, Santos (2017) apresenta o espaço como um conjunto das relações entre os sistemas de objetos geográficos e sistemas de ações, sendo o espaço um produto relacional. Santos ressalta que não existem espaços neutros, pois o “espaço humano compreende as áreas que permaneceram como espaço biológico, incluídas, porém na rede de relações que, em nossos dias, já não são estritamente econômicas, senão também políticas etc., relações afetivas, mas também potenciais” (SANTOS, 2012, p.26).

A atualidade do espaço concentra momentos passados cristalizados como objetos geográficos atuais, logo o “passado está morto como tempo, não, porém como espaço” (SANTOS, 2012, p. 14). Nesse sentido o espaço se torna a concretização da intervenção humana sobre a terra. A totalidade do espaço se dá a partir do entendimento do processo de produção do próprio espaço tendo como categorias analíticas para além de sua estrutura, forma e função, a própria percepção do homem sobre o espaço através do corpo e seus sentidos. Conferindo assim um entendimento da realidade do espaço de forma a superar as perspectivas dos signos, do discurso do poder etc.

Na presente pesquisa, imbuídos do entendimento do espaço como um produto social, ponderamos que, na medida em que aos modos de produção da sociedade se modificam, a própria sociedade se transforma (seus agentes sociais, políticos, físicos, geográficos, as relações de poder, dentre outros), o que se reflete na transformação do espaço atual. Buscamos então a compreensão do espaço urbano atual de Barra Mansa. Para isso, nossa linha mestre é a tríade espacial – espaço percebido, espaço concebido e espaço vivido. Concebemos uma análise da gênese do município, integrando diversas escalas de análise, e buscamos realizar, conforme a metodologia apresentada por Lefebvre (1974, p. 11), “um estudo para trás do espaço social” a partir do presente, e em seguida o “retorno sobre o atual”. Dessa forma, podemos compreender o espaço em sua globalidade, considerando não somente a história privilegiada dos grandes feitos. Nesse sentido, o entendimento de território é concernente a este debate, já que o suporte físico-espacial nos estudos urbanos é o território.

1.2 Território

Cabe aqui determinar as distinções entre espaço e território, este formado a partir do espaço, a partir das ações de apropriação e domínio (RAFFESTIN, 1993). Ao elucidar o conceito de território, presente em diversas disciplinas das ciências sociais, achamos oportuno utilizar a distinção empregada por Schlee *et al.* (2009) entre a dimensão relativas aos âmbitos

“físico-espacial, geo-político e sócio-econômico” e a dimensão sob a ótica do “simbólico, subjetivo e perceptivo” (SCHLEE, et. Al., p. 32), pois acreditamos na complementaridade entre ambas. A dimensão físico-espacial, geopolítica e sócio-econômica está voltada à apropriação a partir da dominação, das relações de poder. Nesse cenário destacamos a contribuição do geógrafo Claude Raffestin, para quem

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza o programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações arcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Logo, o território se forma sempre a partir do espaço; mas nem todo espaço é territorializado. Para Raffestin a territorialidade é expressa pelo conjunto de relações entre sociedade, espaço e tempo materializadas no espaço. Santos (2002), por sua vez, define território como um “conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga” (SANTOS, 2002, p. 84), que consideramos complementar a de Raffestin.

Já a dimensão - *simbólica, subjetiva e perceptiva* -, como a própria expressão evidencia, se refere a um território mais subjetivo, relacionado à identidade, através do sentimento de pertencimento. Carlos (2018) enfatiza que ao vivenciar o cotidiano da cidade, os grupos sociais se apropriam do espaço e o transformam, o território é percebido aqui como um elemento de apropriação cultural, palco e reflexo das relações sociais. O espaço territorializado propicia a produção de territorialidades.

Saquet avança nesse tema afirmando que o homem é a síntese no entendimento do “território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade”, onde o ser humano estabelece relações sociais e constrói seu mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial” (SAQUET, 2015, p. 83). O autor afirma ainda que escalas espaciais distintas e suas variações temporais tornam efetiva a territorialidade por meio de relações de poder e dominação, das redes e fluxos de comunicação e circulação, das identidades e das relações sociais entre indivíduos e destes com o lugar político, social e cultural. As continuidades e discontinuidades definem a territorialidade ainda como fenômeno social e de grupos distintos, estando estreitamente vinculadas ao lugar ao espaço, conferindo-lhes

identidade e sendo influenciadas pelas condições históricas e geográficas dos lugares (SAQUET, 2015).

Em alinhamento às correntes de pensamento sobre território e territorialidades abordadas acima, tomamos emprestada em nosso estudo sobre Barra Mansa, a contribuição de Schlee *et al.* (2009, p. 34) que sintetizam as duas dimensões do significado de território,

como construção social, que incorpora os processos econômicos e produtivos, define estratégias de dominação sobre o espaço e seus recursos e que se manifesta sobre uma base física, através de múltiplas apropriações, individuais e coletivas, delimitando marcas e marcos de identidade cultural.

Espaço e território irão, por sua vez, remeter ao terceiro conceito de nosso interesse nesse estudo, relativo à configuração físico-espacial do território formado a partir do espaço, considerando a relação biunívoca entre cultura e natureza.

1.3 Paisagem

Ao estudarmos o conceito de paisagem nos deparamos com as mais diversas acepções, que refletem, em sua maioria, o campo de estudo do pesquisador, pois o estudo da paisagem não se restringe somente ao paisagista; variados profissionais e disciplinas encontram na paisagem o seu objeto de análise, como antropólogos, geógrafos, sociólogos, teóricos da literatura, das artes, arquitetos, ecologistas, etc. Logo, com o intuito de estruturarmos o conceito de paisagem em nosso estudo, buscamos compreender sua gênese e alguns de seus principais desdobramentos.

A primeira noção de paisagem surgiu no Oriente em meados do Século V, de acordo com o geógrafo francês Augustin Berque (SILVA, 2014), que em seus estudos históricos e antropológicos, afirmava que o início da consciência de paisagem se formou através da arte, da contemplação da natureza e sua materialização na poesia. Já no Ocidente a noção de paisagem começou a surgir com o advento da modernidade. É válido ressaltarmos que em meados do século XIV surge o movimento denominado Renascimento Cultural, de acordo com Vicentino (1999, p.185) “o primeiro grande movimento cultural burguês dos tempos modernos”. Seus expoentes eram carregados de “valores modernos” onde o elemento central era o “humanismo, isto é, o homem como centro do universo, a valorização da vida terrena e da natureza”. Rüsche

(2014, p. 176) enfatiza que, com a ascensão de Petrarca¹ ao Monte Ventoux, a paisagem passa a se consolidar pela “possibilidade de exprimir esteticamente a relação do homem com a totalidade da natureza”. Nesse cenário a paisagem começa a ganhar espaço na pintura e aos poucos vai se consolidando como um gênero.

Inicialmente compreendida como uma unidade retirada da natureza, as conceituações de paisagem perpassam pela mesma linha de apreensão da mesma, a da estética, da apreciação, aplicando termos como natureza, campo e cidade para referenciar a paisagem; não sendo considerada, em momento algum, a cultura, isto é, a relação direta e intrínseca do homem *com* a paisagem e *na* paisagem.

Na contramão desses conceitos, surge uma linha de estudos que apresenta a paisagem como algo que independe da naturalidade dos seus elementos; como um conjunto misto e complexo, resultado da relação entre a natureza e cultura, pois a mesma é sempre impregnada pela história, por elementos culturais, e transformada no tempo pela ação do homem.

Já no século XX, a ideia de paisagem cultural passa a ser fortemente estudada e difundida. Tendo sua base na Geografia Cultural², o conceito se refere, segundo Silva *et al.* (2007, p. 297), à “relação do homem-natureza em um determinado tempo e espaço”, o que resulta em uma paisagem ou sistema em constante processo de transformação. Os autores citam o geógrafo Carl Sauer, para o qual a paisagem cultural é “modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural é o resultado” (SILVA, et al., 2007, p. 297).

Em 1992, a UNESCO³ reconhece o conceito de paisagem cultural como uma categoria do patrimônio, “cuja noção conjuga a preservação dos bens naturais e culturais de forma integrada” (SILVA. *et al.* 2007, p. 299). O encontro da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) ocorrido em Florença, em 2000, reafirma a confluência entre o natural e a vida humana, definindo paisagem como “uma parte do território, tal como é percebida pelas populações, e

¹ Francesco Petrarca (1304-1374), italiano, filósofo e poeta; foi um dos principais expoentes da literatura do século XIV. Em 1336 aventurou-se na escalada do Monte Ventoux (Provence - França), naquela época essa ação foi considerada uma loucura, pois não era comum lançar-se a essas excursões, pelo menos não sem uma finalidade plausível.

² As bases da Geografia Cultural remontam ao século XIX. O termo cultural surge dentro da Antropogeografia (Geografia Humana), que é um campo de investigação direcionado para o “entendimento da relação entre a sociedade e o seu meio” (Silva, et al. 2007).

³ UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; foi criada após a Segunda Guerra Mundial em 16 de novembro de 1945. Sendo a agência da Organização das Nações Unidas que atua nas áreas de educação, ciências naturais, ciências humanas e sociais, cultura e comunicação e informação. No Brasil suas atividades se iniciaram em 1972.

cujo caráter resulta da ação e da inter-relação de fatores naturais e/ou humanos” (COUNCIL OF EUROPE, 2000, p. 2).

No Brasil, a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) é um dos signatários da Carta da Paisagem das Américas. Esse documento, assinado em 2018, no México, conceitua paisagem como um “recorte de um território apreendido pela experiência sensível e inteligível da percepção, individual e coletiva, que se revela em um *unicum* e *continuum* de sistemas vivos, naturais e culturais interdependentes, como uma totalidade sintética, no espaço e no tempo” (IFLA, 2018, p. 9).

Diante desse breve panorama, entendemos que o conceito de paisagem, transversal em sua essência, vem se desenvolvendo ao longo do tempo e se consolidando, para além do intangível, como um objeto científico de cunho multidisciplinar, tomado como um fenômeno externo. Voltamos agora aos autores que embasaram a análise do termo relacionada aos objetivos deste estudo.

Milton Santos (1982) apresenta a paisagem com um acúmulo de diferentes momentos da transformação da sociedade, o acúmulo de ações de muitas gerações, resultado da transformação do espaço; não somente como um receptáculo, mas também como condicionante. Fazendo uma analogia da paisagem como camadas de evolução histórica sobrepostas em um dado momento, o autor afirma que,

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção (SANTOS, 2012, p. 54).

Em consonância a Santos, Carlos entende a paisagem como um “instantâneo”, um registro momentâneo; mas que carrega a “dimensão de vários tempos”, dos processos de produção espacial, da história urbana. Logo, estudamos a paisagem enquanto processo, como “manifestação formal do processo de produção do espaço urbano” (CARLOS, 2018, p. 36). Ressalta ainda o caráter mutável da paisagem, que se modifica de acordo com as novas necessidades humanas.

Sob esta aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem, produto de uma relação fundamentada em contradições, em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais. Essa paisagem é humana, histórica e

social; existe e se justifica pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade.
(CARLOS, 2018, p. 38)

Tais significados e assertivas estão alinhados ao pensamento do estudioso dos espaços livres brasileiros, Sílvio Macedo, que são intrinsecamente relacionados à paisagem em suas mais diversas escalas e categorizações. Assim, finalizamos este segmento com a definição de paisagem cunhada por Macedo (1999, p. 219), para o qual a “paisagem pode ser considerada como um produto e como um sistema”; um produto pois é resultado do acúmulo de ações de diversas gerações, e como um sistema pois é continuamente transformada de acordo com as ações sobre ela impressa, como também pelo crescimento vegetativo, pelas mudanças climáticas, alterações geológicas, ações antrópicas etc.

Logo, ao nos debruçarmos sobre o estudo de uma determinada paisagem buscamos entender sua formação e transformação ao longo dos anos, considerando os principais eventos ocorridos sobre o recorte territorial, imbuídos do entendimento da paisagem como resultado das ações da sociedade no espaço.

1.4 Unidades de paisagem

Ao analisarmos a paisagem de uma cidade, de um recorte territorial, nos deparamos com uma heterogeneidade que é reflexo da realidade distinta entre parcelas da população e suas mais diversas especificidades. A distinção entre as paisagens reflete as contradições na produção do espaço, em que a distribuição do ônus e do bônus da produção pelo capital torna-se desigual. Diante disso, Carlos (2018, p. 37) questiona de que maneira “podemos entender a natureza da cidade através da paisagem?” Nesse sentido, para entendermos a paisagem de forma abrangente faz-se necessário decompô-la e analisá-la em seu processo de transformação, pois, como afirma Santos (1982, p. 59), “a sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado”.

Assim, compondo a análise do espaço urbano, lançamos mão do conceito de *unidade de paisagem* (UP) como definido por Sílvio Macedo, quando coordenou o Projeto Orla (BRASIL, 2006, p. 38). Uma unidade de paisagem é “um trecho que apresenta uma homogeneidade de configuração, caracterizada pela disposição e dimensão similares dos quatro elementos definidores da paisagem: suporte físico, estrutura/padrão de drenagem, cobertura vegetal e mancha urbana.”

Entretanto, buscamos outras definições que são análogas e trazemos para o debate. Na Europa, atendendo as determinações da CEP 2000, algumas regiões estabeleceram metodologias específicas para a avaliação da paisagem, como o *Prototipus de Catàleg de Paisatge*⁴ da Catalunha, elaborado pelo Observatório da Paisagem⁵, que define as unidades de paisagem como

Parte do território caracterizado por uma combinação específica de componentes paisagísticos - de natureza ambiental, cultural e estética - e por dinâmicas claramente reconhecíveis, que configuram uma idiosincrasia diferenciada do restante do território. As UPs baseiam-se, principalmente, nos elementos que estruturam o território (montanhas, rios, rede viária) e sua organização (áreas agrícolas, florestas ou áreas urbanas) e na dinâmica que contribuiu – e contribui – para moldar a imagem atual da tradição cultural particular e da história, que são difíceis de identificar com a sobreposição do simples mapeamento. O caráter das UPs depende, portanto, da combinação de formas de relevo, cobertura do solo, organização do espaço, dimensão histórica, percepção, alterações imediatas ou relações entre população e paisagem (proximidade, laços emocionais, sentimento de pertencimento) (LUCA; SALGADO, 2015, p. 43).

Sá Carneiro *et al.* (2016), assim como o enunciado no Protótipo, trabalham com o termo de unidade de paisagem como sendo “uma porção do território que goza das mesmas características físicas e sociais, com dinâmica própria, e uma imagem bem definida no imaginário da população, o que por sua vez acaba despertando o sentimento de pertencimento” (SÁ CARNEIRO, 2009, p. 129).

Pretendemos estabelecer, então, as unidades de paisagem como categoria de análise e delimitação espacial, de modo a configurar um mosaico territorial inicial, com aspectos e especificidades similares considerando o suporte físico, a estrutura hídrica, a cobertura vegetal e as manchas urbanas (MACEDO, 2006) de Barra Mansa. A partir das UPs identificadas e analisadas, torna-se possível a análise mais aproximada de cada uma delas, seja em recortes urbanos, periurbanos ou rurais. Para o primeiro, a escolha recai sobre outra categoria analítica, as unidades morfo-territoriais.

⁴ Protótipo de Catálogo da Paisagem (tradução da autora).

⁵ Observatório da Paisagem é um órgão do Departamento de Política Territorial e Obras Públicas do Governo da Catalunha.

1.5 Unidades morfo-territoriais

Trabalhando com análise trans-escalar, nos apropriamos do termo “unidades morfo-territoriais” cunhado por MAGALHÃES (2016) durante sua pesquisa de mestrado sob orientação do professor Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva, para analisarmos a paisagem em uma escala mais aproximada, considerando para além da morfologia, as dinâmicas territoriais e os “processos de constituição da paisagem e da forma urbana” (SILVA, 2019, p. 172).

Nesse sentido o termo morfo-territorial se aplica na identificação de áreas homogêneas considerando não só as características morfológicas, mas também a “constituição de territórios formados pela ação de grupos sociais sobre um determinado suporte físico” (SILVA 2015, p. 107), nessa lógica Magalhães explica que:

Trata-se não apenas do estudo da morfologia, mas também de um olhar sobre as dinâmicas presentes no território (ex.: dinâmica de mobilidade, origem e destino; disputas sociais, transformações de uso e ocupação do solo e etc.), não se atendo apenas aos aspectos físicos do espaço, mas também as relações sociais que nele convergem. Por esse motivo, a denominação atribuída ao método de análise adotado é a “Delimitação de Unidade Morfo-Territorial”, “Morfo” referente ao estudo da forma e “Territorial” ao processo espacial resultante da relação de poder e da ação de diversos agentes modeladores. (MAGALHÃES, 2016, p .55)

Por meio da análise morfo-territorial, que passa a considerar o suporte físico, os vetores de ocupação, a evolução da mancha urbana, os planos, leis e agentes de transformação da paisagem, torna-se possível o aprofundamento do entendimento da paisagem, bem como o entendimento da produção do espaço urbano. Buscamos, a partir desse entendimento e para além do postulado nos objetivos desta pesquisa, colaborar, ainda que inicialmente, para a elaboração dos planos setoriais, visando a proteção do meio ambiente, a promoção do desenvolvimento urbano dentro das prerrogativas da Nova Agenda Urbana (ONU-HABITAT, 2017) e a garantia do direito à cidade como postulado por Lefebvre (2001) como o direito à vida urbana observando-se todas as suas necessidades sociais.

Finalizamos assim nosso capítulo conceitual, base fundamental para o nosso entendimento sobre o espaço urbano atual do município de Barra Mansa. No entanto destacamos que o estudo dos conceitos apresentados não se encerra aqui, pois nos propomos a elucidar os conceitos de forma a clarear para o leitor as análises realizadas sobre o objeto de

estudo voltadas ao interesse da presente pesquisa, porém cada termo e conceito possui ainda amplas possibilidades de análise e desdobramentos.

2 BARRA MANSÁ – CONTEXTUALIZAÇÃO, CATEGORIZAÇÃO, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

No presente capítulo apresentaremos o objeto de estudo da pesquisa perpassando por dados morfológicos, históricos, econômicos e sociais, para uma análise abrangente do contexto da evolução urbana, periurbanas e rural de Barra Mansa. Entretanto, antes de iniciar a caracterização do município de Barra Mansa é importante considerarmos a região na qual o município se insere, a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense.

Localizada na porção sul do estado do Rio de Janeiro, a microrregião é formada pelos municípios de Rio Claro, Pirai, Pinheiral, Volta Redonda, Barra Mansa, Quatis, Porto Real, Resende e Itatiaia, por sua vez, componente da Região de Governo do Médio Paraíba. Segundo dados do CEPERJ (2012), essa é a região mais industrializada do Estado, depois da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo o eixo Volta Redonda - Barra Mansa - Resende o mais significativo.



Figura 1: Bacia Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul com destaque para Barra Mansa e Volta Redonda.

Fonte: Comitê de Bacias Médio Paraíba do Sul, 2020⁶.

⁶ Disponível em <http://www.cbhmedioparaiba.org.br/area-atuacao.php> Acesso 09/03/2019.

Até o século XIX, a região do Vale do Paraíba tem sua história marcada pela produção econômica agrícola, principalmente a vinculada ao café, dependente da mão de obra escrava, e a pecuária leiteira, quando a região era dominada pela estratificação social de bases coloniais (COUTO, 2016).

No século XX, a busca pelo desenvolvimento da região passa a ser pautada pela industrialização, por sua vez impulsionada pelo Estado por meio da adoção de estratégias baseadas na política keynesiana, com forte presença do Estado, priorizando investimentos estruturais capazes de impulsionar as atividades industriais. Como indutora da urbanização, a instalação de plantas industriais define o padrão de ocupação do território, que passa a ser destino de fluxos migratórios proveniente principalmente da zona rural, que se estabelecem nos municípios de Barra Mansa e no até então distrito de Volta Redonda. Neste último é criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, por decreto de Getúlio Vargas, em acordo binacional com os Estados Unidos, para dar vazão à produção de aço necessária durante a II Guerra Mundial (MOREIRA, s/d)⁷. A implantação da estatal CSN em Volta Redonda, que será abordada com mais detalhe no item 2.4.4, pode ser considerado o capítulo mais importante na história econômica de Barra Mansa, cujo distrito onde se instala se emancipa em 1954, trazendo impactos socioeconômicos diretos e indiretos sobre o território e a sociedade. A companhia estatal foi privatizada em 1993, empregando à época cerca de 25 mil trabalhadores.

A industrialização, bem como os investimentos e atividades econômicas a ela relacionadas, ficam concentrados majoritariamente entre os dois municípios, estabelecendo uma relação centro-periferia com as cidades da região (BENTES, 2010). O polo de crescimento naquele recorte espacial ao longo do Rio Paraíba do Sul chega a influenciar, para além da Região do Médio Paraíba, cidades dos estados de Minas Gerais e São Paulo. A expansão industrial e o acelerado crescimento populacional provocaram a conurbação dos dois municípios e, ainda hoje, de acordo com dados do CEPERJ (2012), o local exerce influência direta sobre a região (Fig. 2).

⁷ Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>; acesso em 09/03/2019

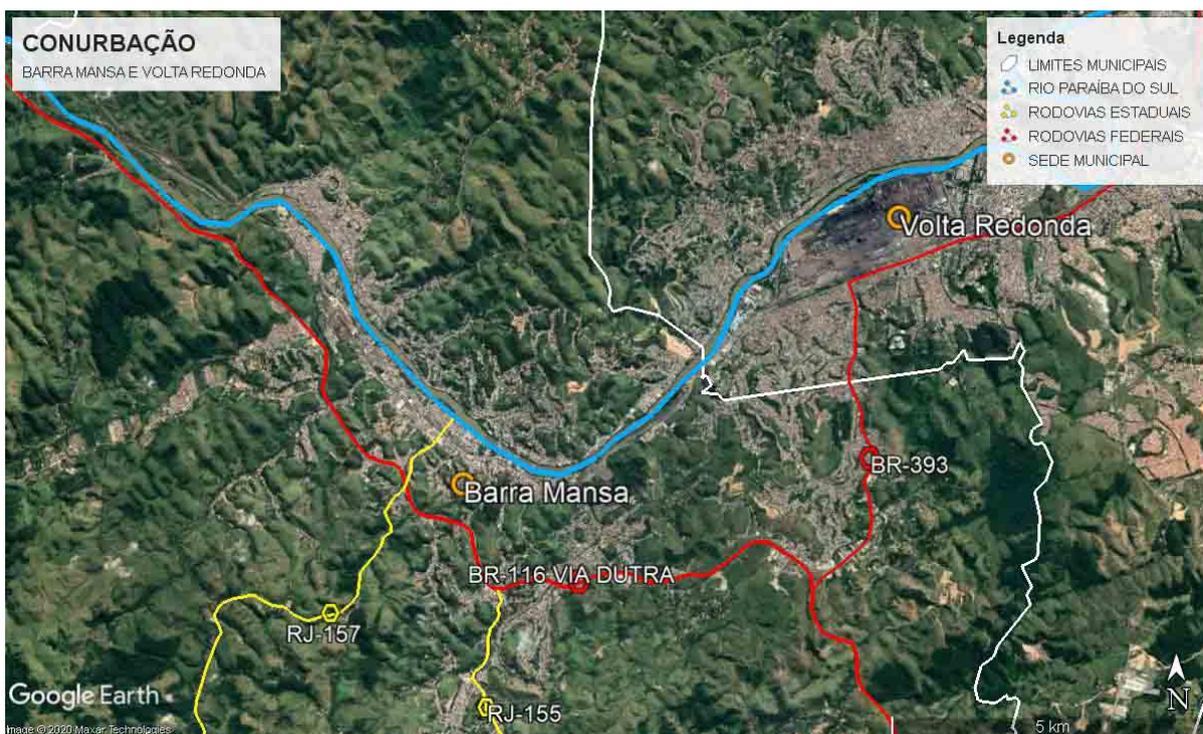


Figura 2: Conurbação entre Barra Mansa e Volta Redonda

Fonte: Edição própria sobre imagem de satélite do Google Earth.

Com a privatização da CSN, em 1993, ocorreu uma dispersão espacial, resultado também de uma nova reestruturação produtiva instaurada pela implantação, em Resende, da fábrica de caminhões e ônibus da Volkswagen, em 1995 (BENTES, 2010). Começou assim o desenvolvimento de um polo automobilístico na região, compreendido entre os municípios de Resende, Porto Real e Itatiaia, que conta hoje com fábricas das montadoras Peugeot-Citroën (2000), BMB Mode Center (2001), Nissan (2014), Jaguar Land Rover (2016), entre outras.

Nessa última década do século vinte, as políticas de desenvolvimento regional exógeno abrem espaço para a articulação local. Ressalta-se, que a redução da intervenção do Estado na economia, através da adoção de uma política neoliberal em meados da década de 1990, fez com que os municípios adquirissem maior liberdade, passando a competir entre si para receber os investimentos de capital privado. Nesse contexto, surgem os planejamentos estratégicos, voltados para garantir a competitividade de determinado município frente aos demais, o que resulta na dificuldade de integração regional. Os municípios da microrregião passam assim a disputar entre si pelos investimentos de capital privado (BENTES, 2010).

O dinamismo produtivo da região consolida uma cadeia de setores interligando o eixo Volta Redonda - Barra Mansa - Resende. A industrialização traz para a região a circulação de capital financeiro e tecnológico. Os investimentos em educação são reforçados com a

implantação de universidades públicas e particulares, assim como escolas profissionalizantes do Sistema S⁸, voltadas ao aperfeiçoamento e capacitação de mão de obra. A região como um todo passa a atrair novas atividades econômicas, como comércio, serviços, construção, entre outras, o que reforça a ligação direta do desenvolvimento econômico com a industrialização.

Na primeira década do novo milênio, as atividades industriais recuam e os demais setores assumem papel importante na continuação do desenvolvimento regional. No gráfico a seguir é possível visualizarmos o papel dos variados setores na geração de emprego formal, onde a atividade industrial, outrora a maior geradora de empregos na microrregião, cedeu lugar às atividades terciárias (BENTES, 2010) (Fig. 3).

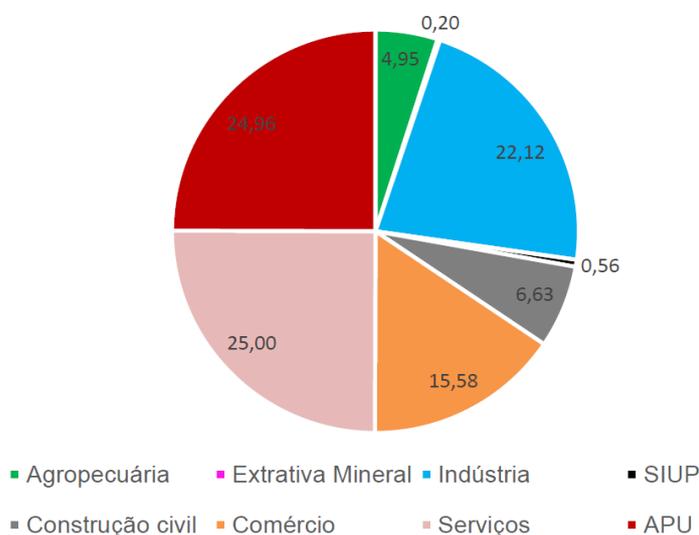


Figura 3 Gráfico demonstrativo da participação dos setores econômicos no emprego formal da Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense em 2011

Fonte: CEPERJ, 2012. Elaborado pelas autoras.

O rebatimento no território do desenvolvimento pautado na industrialização reflete a desigualdade de investimentos concedidos, regulados pela lógica do capital, visando promover a infraestrutura necessária para a promoção do setor industrial. Esse tema será abordado a seguir.

⁸ “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).” Fonte: Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso 09/03/2019

A presente contextualização lançou mão de uma delimitação geográfica determinada por órgãos oficiais como o IBGE e o CEPERJ. Ressaltamos que tal delimitação homogeneiza o território, desconsiderando suas dinâmicas e especificidades distintas, sua heterogeneidade e os agentes e atores sociais locais. Assim, passamos a discorrer, a partir daqui, sobre as transformações do espaço urbano e periurbano de Barra Mansa, considerando os aspectos históricos, sócio-espaciais e ambientais.

2.1 Inserção de Barra Mansa na Microrregião

Como já mencionado, Barra Mansa compõe a Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense e, juntamente com Volta Redonda e Resende, define o eixo econômico mais significativo da região. Com posicionamento estratégico, na rota de ligação entre as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, Barra Mansa é servido por uma extensa malha ferroviária e rodoviária que o conecta a outros municípios fluminenses, a São Paulo e a Minas Gerais, destacando-se a Via Dutra (BR-116), e as rodovias estaduais RJ-155 e RJ-157, ligando Barra Mansa à região costeira do sul do Rio de Janeiro e norte de São Paulo, além da BR-393, à Volta Redonda e ao norte do estado. Na Tabela 1, abaixo, podemos observar a relação de proximidade entre Barra Mansa e demais cidades polos.

Tabela 1: Distância de Barra Mansa aos principais centros urbanos das regiões sudeste e sul.

Centros Urbanos	Distâncias Rodoviárias (km)
Rio de Janeiro	127km
Angra dos Reis	95km
Porto de Sepetiba (Itaguaí)	90km
São Paulo	302km
Juiz de Fora	190km
Belo Horizonte	442km
Curitiba	710km

Fonte: Elaboração própria.

É de fundamental importância em nosso estudo a existência do Rio Paraíba do Sul que atravessa o município no sentido leste-oeste. Suas águas, hoje altamente poluídas pelos efluentes industriais e esgoto doméstico nele lançados e em seus inúmeros afluentes, são a principal fonte de abastecimento de água do município. No recorte em estudo, as águas do Paraíba do Sul se encontram sob a gestão do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul – CBH-Médio Paraíba do Sul foi instituído no dia 11 de setembro de 2008, cujo objetivo é

promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos da Região Hidrográfica III do Estado do Rio de Janeiro que compreende a região constituída pela bacia do Rio Preto e pelas bacias dos rios afluentes do curso médio superior do rio Paraíba do Sul no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo, integralmente, os municípios de Barra Mansa, Comendador Levy Gasparian, Itatiaia, Pinheiral, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, assim como, parcialmente, os municípios de Barra do Piraí, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Piraí, Rio Claro, Três Rios e Vassouras, situados na região sul fluminense do Estado.⁹

O território de Barra Mansa se estende por uma área total de 547.196 km², dos quais cerca de 360 km² são designados área rural, ou seja, 35% designa-se como espaço urbanizado (IBGE, 2016). Dessa forma, a divisão territorial, de acordo com o Plano Diretor de 2006, é constituída pelo Perímetro Urbano, que engloba o Distrito Sede Barra Mansa; e pelo Perímetro Rural, composto pelo 2º Distrito de Floriano, o 3º Distrito de Rialto, o 4º Distrito de Nossa Senhora do Amparo, o 5º Distrito de Antônio Rocha e o 6º Distrito de Santa Rita de Cássia (BARRA MANSA, 2006) (Figs. 4 e 5).

⁹ Disponível em <http://www.cbhmedioparaiba.org.br/ocomite.php> Acesso: 09/03/2019

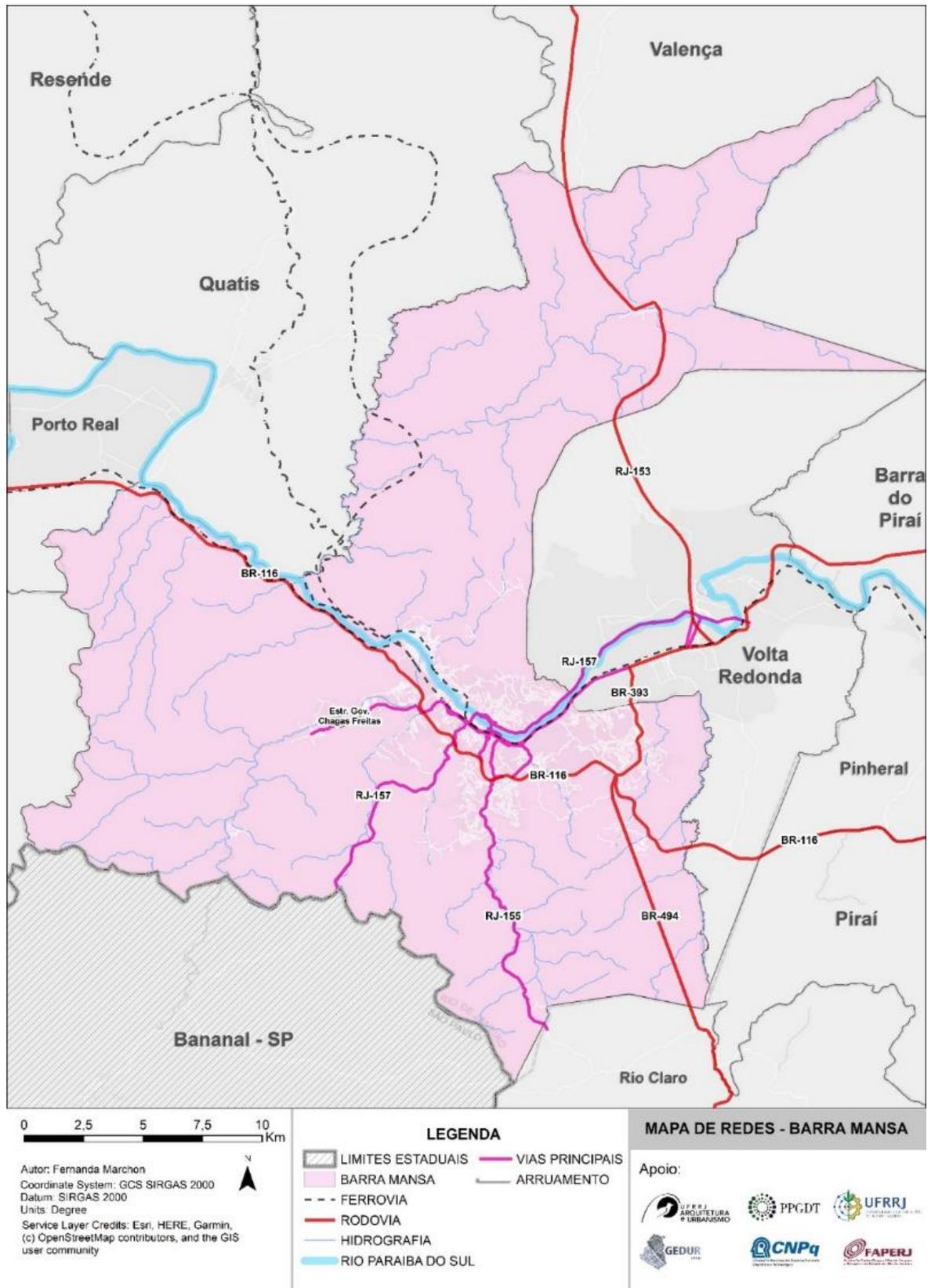


Figura 4: Mapa - Redes urbanas do município de Barra Mansa

Elaborado por GEDUR.



Figura 5: Mapa: Divisões administrativas de Barra Mansa

Fonte: CEPERJ, 2012, modificado pela autora.

De acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2010) a população de Barra Mansa era de 177.813 habitantes, a estimativa de crescimento populacional para 2019 é de 184.412 habitantes (IBGE, 2020), a densidade demográfica do município atinge 324,94 habitantes por quilômetro quadrado. O IDHM¹⁰ de 0,729 é considerado alto, assim como o Índice de Bem-Estar Urbano -IBEU¹¹, que atinge 0,85, ocupando respectivamente a 1052^a e a 1064^a posições no ranking nacional entre os 5.565 municípios analisados. A renda per capita média da população é de

¹⁰ IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Alto entre 0,700 e 0,799) (PNUD, 2013)

¹¹ IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano (Observatório das Metrópoles, 2005)

R\$705,10, e o Índice Gini 0,4812 (PNUD, 2013). Atualmente os três maiores setores geradores de emprego no município são o de serviços, de comércio e a indústria (Fig. 6).

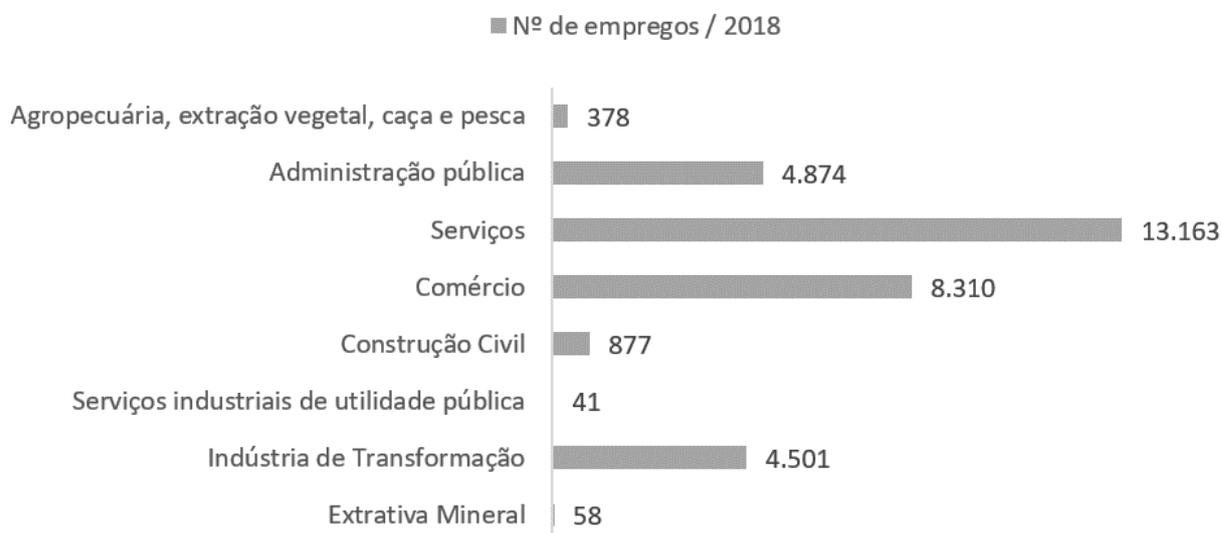


Figura 6: Gráfico dos setores de emprego no município

Fonte: Dados do CEPERJ, 2013. Elaboração própria.

2.2 Suporte Geobiofísico

Por suporte geobiofísico entendemos os elementos físicos, espaciais, geográficos e biológicos que configuram o território e a região nas diversas escalas de análise e nos inspiramos na metodologia desenvolvida pela rede Quapá-SEL (TÂNGARI, *et al.*, 2012). Acreditamos que a análise do suporte geobiofísico torna-se essencial nos estudos que relacionam a paisagem e o território aos processos de planejamento e gestão urbana. São inseridos dados gerais relativos à microrregião, bem como dados específicos do território de Barra Mansa.

A Microrregião do Vale do Paraíba Fluminense está localizada na depressão entre a Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, o que confere a paisagem do município uma série de planaltos, que diminuem em direção ao Rio Paraíba do Sul, formando uma planície aluvial, que é contornado pelo “mar de morros” com nível topográfico mais elevado (Figura 7).

¹² Numericamente o valor do Índice Gini varia de 0 a 1, sendo 0 quando não há desigualdade na distribuição de renda, e 1 a total desigualdade (Atlas Brasil)



Figura 7: Croqui esquemático da depressão do Vale do Paraíba.

Fonte: Elaboração própria, 2019

Em expedição ao Brasil, em meados do século dezenove, o historiador e arqueólogo português Inácio Barbosa descreveu o sítio do município da seguinte forma: “As margens do Paraíba e do Ribeirão de Barra Mansa apresentam sítios de muita beleza e amenidade; e as montanhas que se levantam por detrás, e a curta distância da cidade, aformoseiam aquelas paisagens com o seu vulto majestoso envolto em um manto de perene verdura” (BARBOSA, 1867, p. 386).

O município se encontra a uma altitude média de 381m, sendo seu ponto culminante de 1.305m na Serra do Rio Bonito, localizado no Distrito de Nossa Senhora do Amparo. (Figura 8).

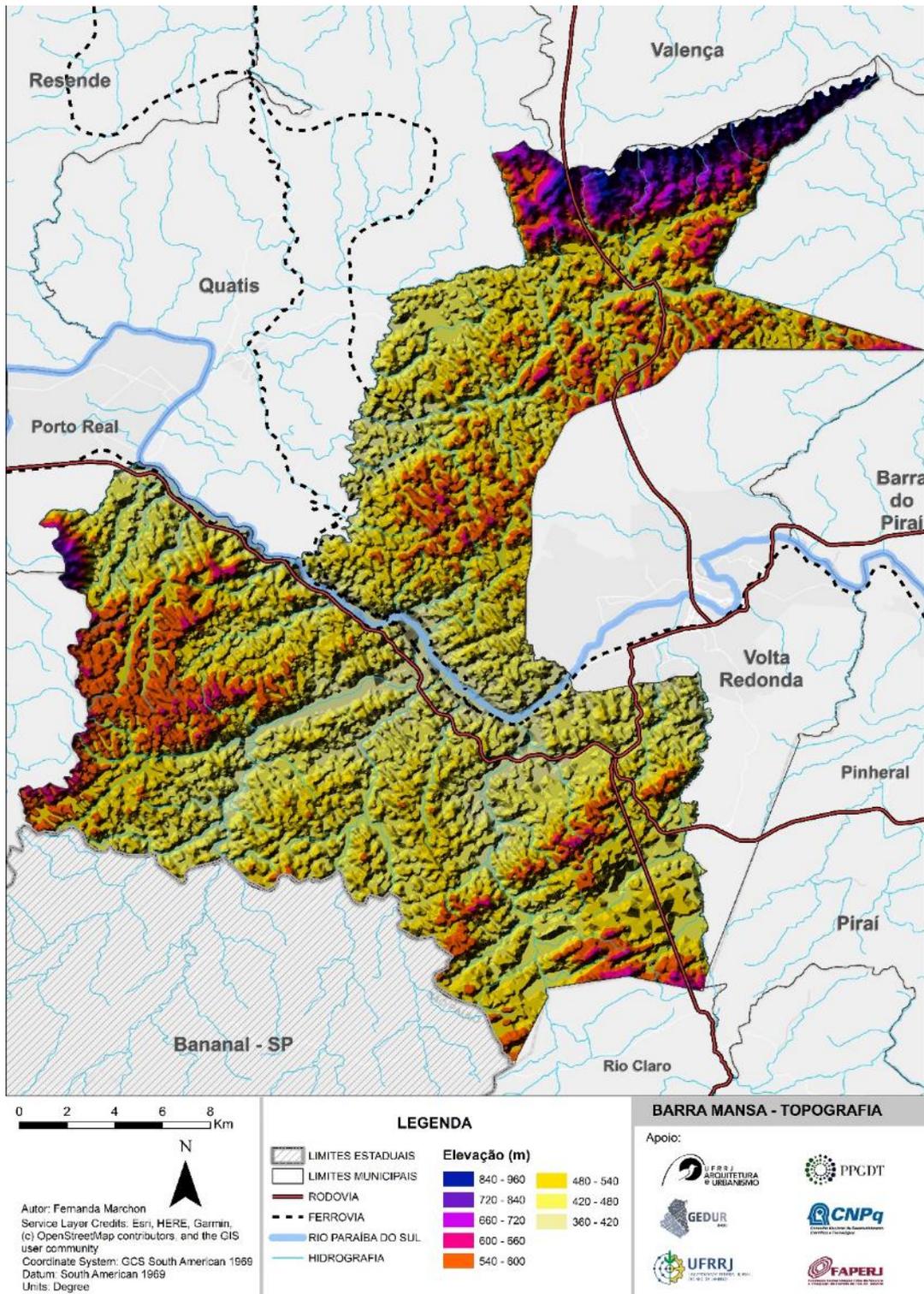


Figura 8: Mapa topográfico do município de Barra Mansa.
 Fonte: *OpenStreetMap*. Modificado pela autora

O clima do município é caracterizado como mesotérmico, apresentando verões quentes e chuvosos e inverno seco (PBMB, 2016). A época de maior precipitação chuvosa é entre outubro e abril, e a temperatura média do município atinge mínima de 16,4°C e máxima de 23,1°C, como exemplifica a tabela abaixo.

Tabela 2: Dados climáticos de Barra Mansa – Média mensal de temperatura e precipitação

VARIÁVEL	MÉDIA MENSAL											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Temperatura (°C)	23,0	23,1	22,6	20,8	18,5	16,9	16,4	17,4	18,8	20,2	21,1	22,0
Precipitação (mm)	258,2	222,7	193,1	92,5	44,1	26,2	18,1	25,1	67,7	124,2	161,3	227,3

Fonte: Classificação Climática de Köppen-Geiger (refinada por Alvares *et al.*, 2013).

Fonte: CEIVAP, 2017. Modificado pela autora

No que tange ao padrão de drenagem, de acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), Barra Mansa está inserido na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul¹³ (Figura 9), que se destaca nacionalmente por sua localização próxima aos maiores polos industriais do país. Com aproximadamente 62.074 km² de área, a bacia contempla 184 municípios, dos quais 39 se localizam no estado de São Paulo, 88 em Minas Gerais, e 57 no estado do Rio de Janeiro.

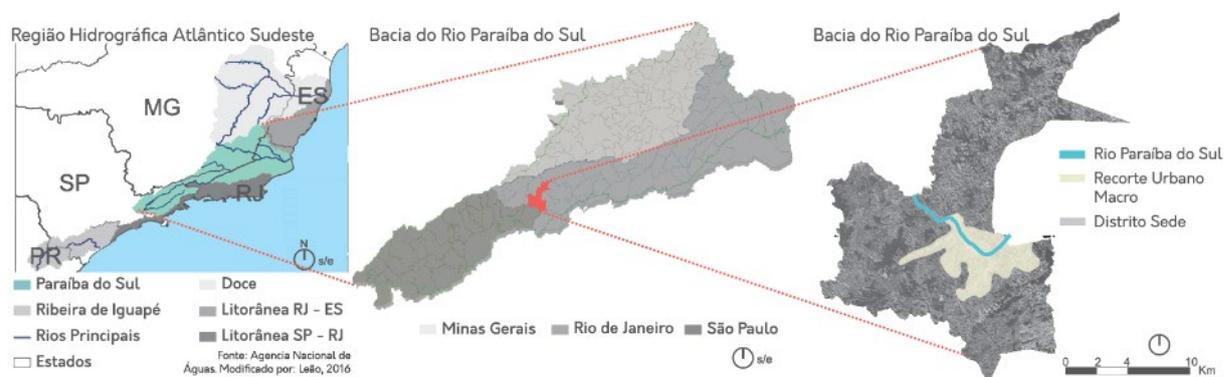


Figura 9: Mapa da Região Hidrográfica, da Bacia e do município

Fonte: Agência Nacional de Águas. Modificado pela autora

O Rio Paraíba do Sul tem sua formação a partir do encontro dos rios Paraíba e Paraitinga, ainda no estado de São Paulo, por onde segue para o oeste até vencer a fronteira com o estado do Rio de Janeiro, após a cidade de Três Rios o rio segue pela divisa com Minas Gerais, chegando a adentrar alguns municípios mineiros, para então retornar ao estado do Rio de Janeiro atravessando-o longitudinalmente de oeste para leste até desaguar no Oceano.

Em Barra Mansa, o Rio Paraíba do Sul recebe diversos afluentes, sendo os principais pela margem esquerda: Rio Turvo e os córregos Ano Bom e Água Comprida; e pela margem direita: Rio Bananal, Rio Barra Mansa, Rio Bocaina, Ribeirão Brandão e Córrego do Cotiara. Ao longo de seu leito e de seus principais afluentes formaram-se áreas de baixada aluvial, que inicialmente eram alagadas e serviam de vazão durante as cheias do Rio, e posteriormente foram sendo ocupadas pela urbanização, que inseriu cortes, aterros e retificações, influenciando

¹³ A Bacia Paraíba do Sul, junto às Bacias Doce, Litorânea RJ / ES, Litorânea SP / RJ, e a Ribeira de Iguape, formam a Região Hidrográfica Atlântico Sudeste, que por sua vez junto a onze regiões hidrográficas, compõem a hidrografia brasileira.

diretamente os sistemas naturais de drenagem. Por fim, no que se refere a qualidade da água o seu índice médio é classificado como boa¹⁴, ainda que imprópria para banho e consumo, em função da poluição industrial e esgoto doméstico nele despejado (ANA, 2015).

A região se insere no bioma Mata Atlântica, em relação à cobertura vegetal, no entanto os ciclos econômicos historicamente ligados à agricultura e à pecuária levaram ao desmatamento da vegetação nativa composta por floresta ombrófila densa. Atualmente a maior parte do território é composta por área de pastagem, seguido de áreas fragmentadas de vegetação secundária, restando apenas fragmentos de mata original em terrenos com topografia mais acidentada e topos de morros (Figura 10).

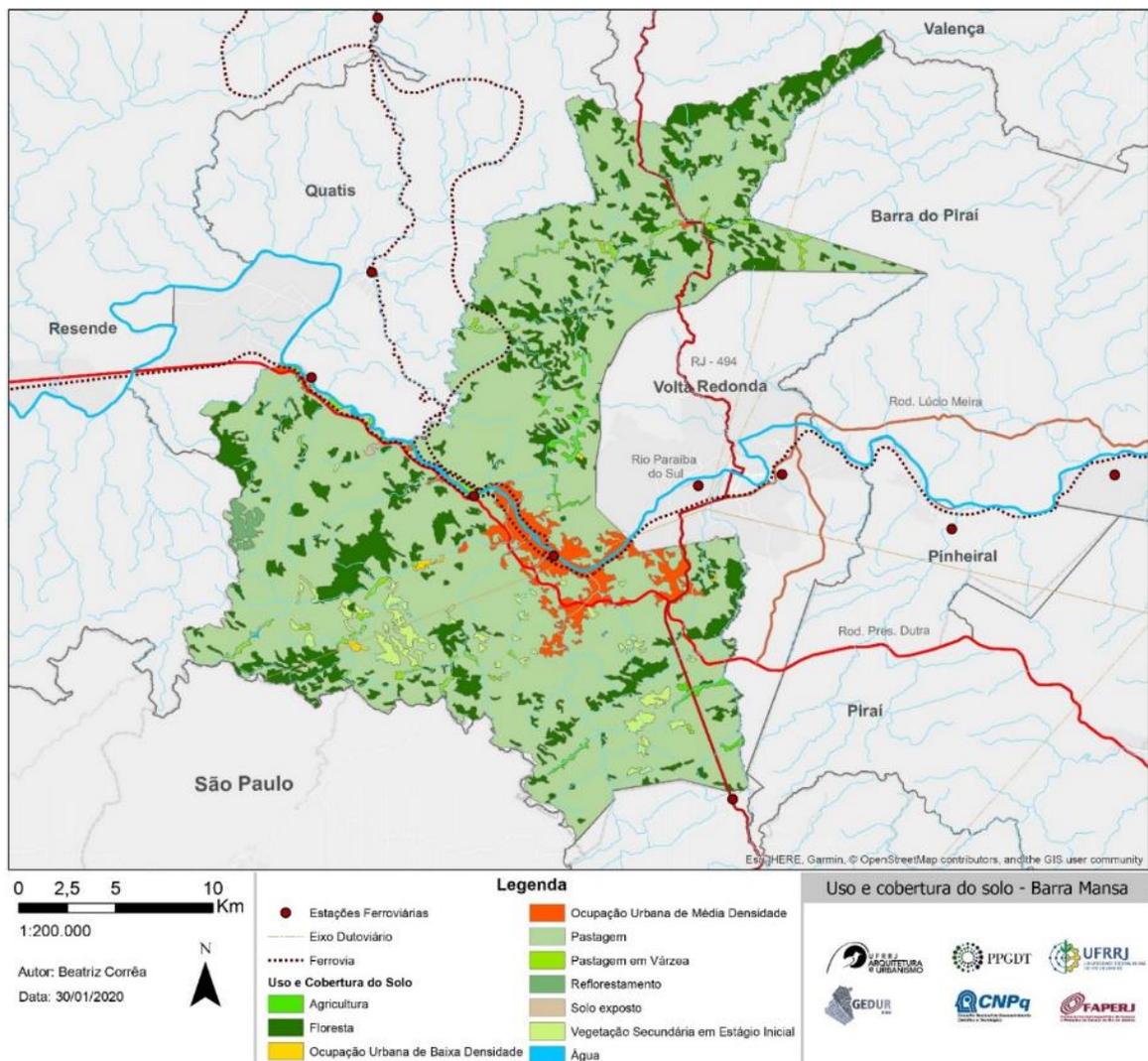


Figura 10: Mapa de uso do solo e cobertura Vegetal de Barra Mansa.
 Fonte: CEPERJ. Elaborado por GEDUR.

¹⁴ O Índice de Qualidade da Água se divide em 5 categorias, a saber, péssima, ruim, regular, boa e ótima.

O município possui ainda importantes unidades de conservação e de preservação ambiental, tuteladas pelas três esferas de governo, dentre elas Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) que é a Floresta da Cicuta, uma região preservada de Mata Atlântica com cerca de 130 hectares, abrigando espécies da flora e fauna brasileira que se encontram em extinção ou vulneráveis (ICMBIO, 2016). A ARIE Floresta da Cicuta se encontra na divisa entre Barra Mansa e Volta Redonda, sendo que 85% de sua área está localizada no município barramansense. A figura 11 apresenta as Unidades de Conservação do município na escala federal, estadual e municipal.

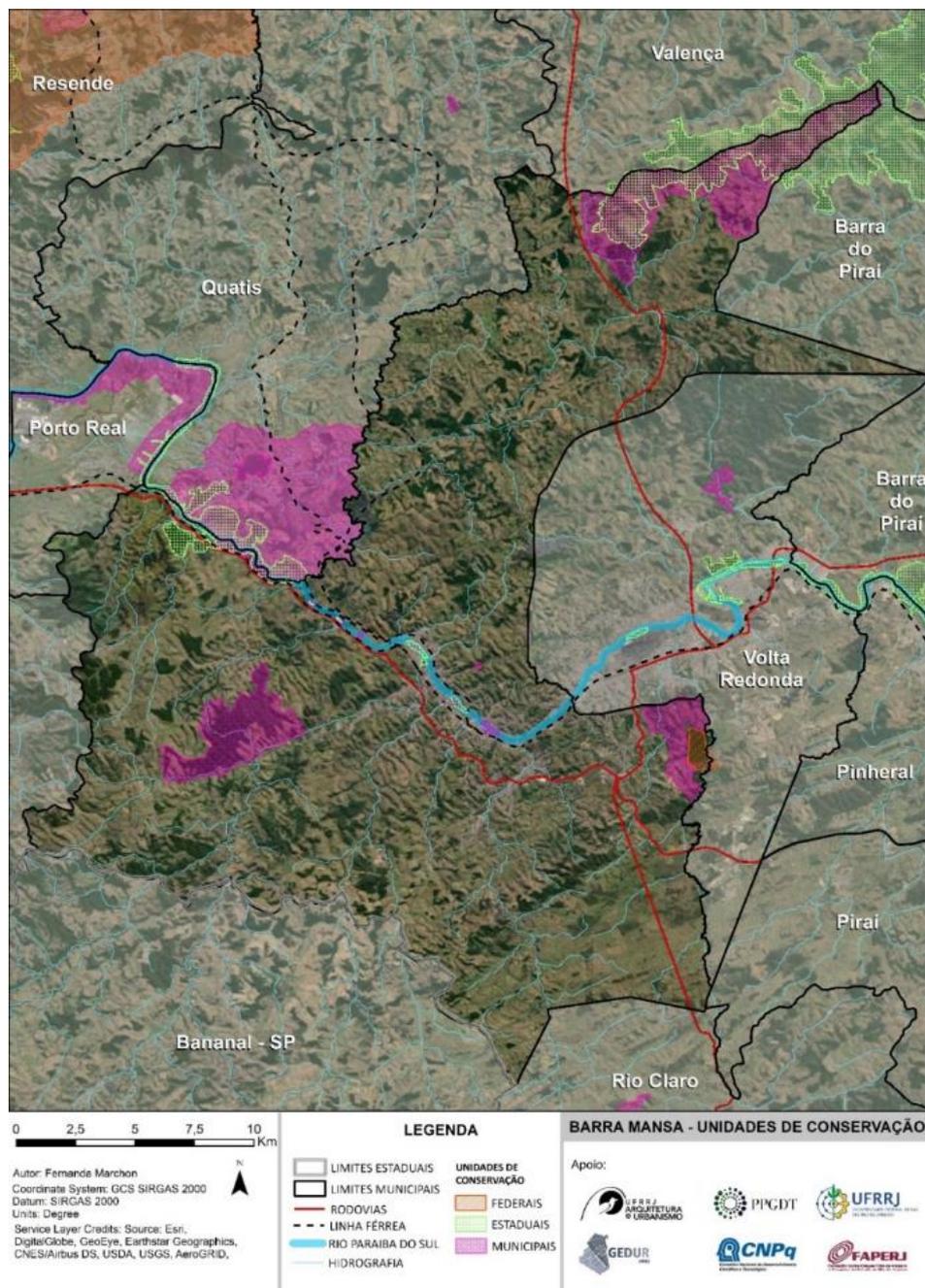


Figura 11: Mapa das Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal.

2.3 Categorização do Território em Unidades de Paisagem – um olhar do todo para as partes

Nesta seção, buscando uma aproximação ao território estudado, apresentamos as unidades de paisagem do município como forma de categorização do espaço. Dessa forma delimitamos, na escala macro, as áreas que apresentam uma certa homogeneidade de configuração. Para tal, partimos das informações e cartografias apresentadas anteriormente, identificando e delimitando as unidades de paisagem (UP).

Adotamos o critério de delimitação das UP's apresentado por Macedo (BRASIL, 2006) no item 1.4, a saber: a estrutura/padrão de drenagem, suporte físico, cobertura vegetal e mancha urbana. Logo consideramos a sobreposição dos mapas de cobertura vegetal, das unidades de conservação ambiental, juntamente com a mancha urbanizada, o relevo e a bacia hidrográfica, chegando à identificação de quatro unidades de paisagem.

O mapa abaixo (fig. 12) identifica as quatro UPs considerando as linhas e as manchas que as delimitam, sendo as linhas, os rios e rodovias, e as manchas, os recortes identificados pelas similaridades entre os critérios de delimitação. Nesse sentido, a Mancha Urbana de Barra Mansa ganha força e foi elencada para uma aproximação, já que apresenta uma variação na retícula, ou tecido urbano, também influenciado pelas linhas (rios e estradas) que a cruzam. As demais UPs (04 e 05) apresentam maior homogeneidade e baixo adensamento urbano, sendo considerados aglomerados rurais, ou simplesmente cobertura vegetal densa (representada pelas unidades de conservação) ou de forração baixa.

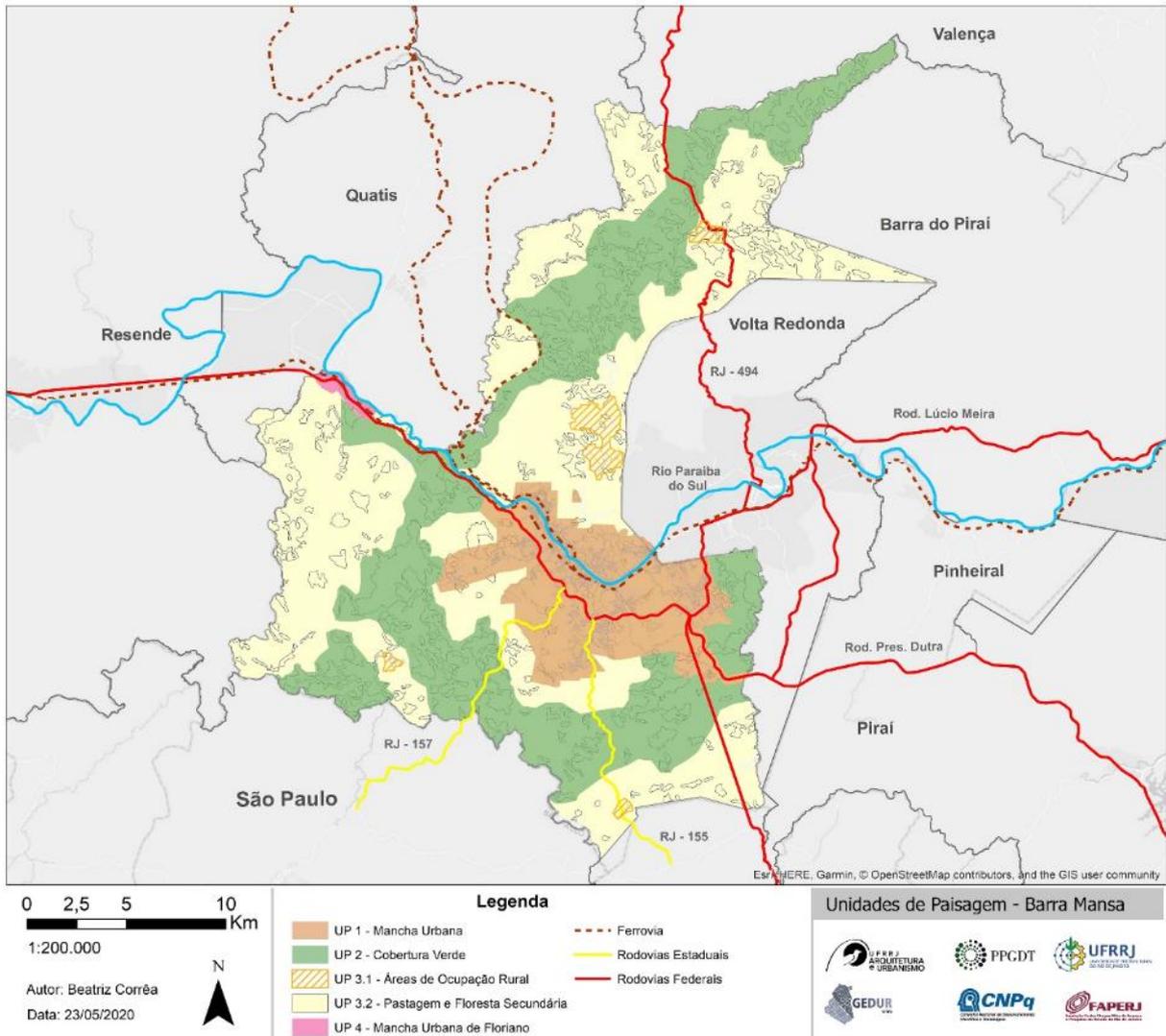


Figura 12: Mapa Unidades de Paisagem
Elaborado por Gedur

Destacamos e identificamos a UP1, designada Mancha Urbana. Essa área correspondente à mancha de ocupação do distrito-sede é composta por planícies aluviais, com ocupação consolidada próximo ao leito do Rio Paraíba do Sul, e nas áreas dos afluentes apresenta algumas partes consolidadas e outras em fase de consolidação. Os topos de morro e encostas próximos ao leito do rio principal também se apresentam ocupadas, e à medida que se afastam perpendicularmente da calha do rio, a ocupação toma forma tentacular, um pouco mais rarefeita ocupando as planícies e encostas, como indicam as figuras 13, 14 e 15:



Figura 13: Vista aérea da ocupação urbana da UP1
Fonte: Google Earth



Figura 14: Vista aérea do Centro e bairro Ano Bom
Fonte: Jornal Foco Regional



Figura 15: Vista de ocupação em encosta e topo de morro no bairro Vila Brígida.
Fonte: Acervo próprio, 2019

Posteriormente identificamos a UP2 – Cobertura Verde, através da sobreposição dos mapas de vegetação, de unidades de conservação e relevo, considerando também a existência de microbacias da Região Médio Paraíba do Sul (fig. 16). Identificamos as áreas de vegetação mais densa, bem como os topos de morro e as planícies aluviais ainda não ocupadas, ver figuras 17 e 18, e incorporamos às áreas já existentes de unidades de conservação. Buscamos, dessa forma, identificar o potencial para a criação de corredores ecológicos, sendo essa UP uma importante unidade de interesse ambiental.

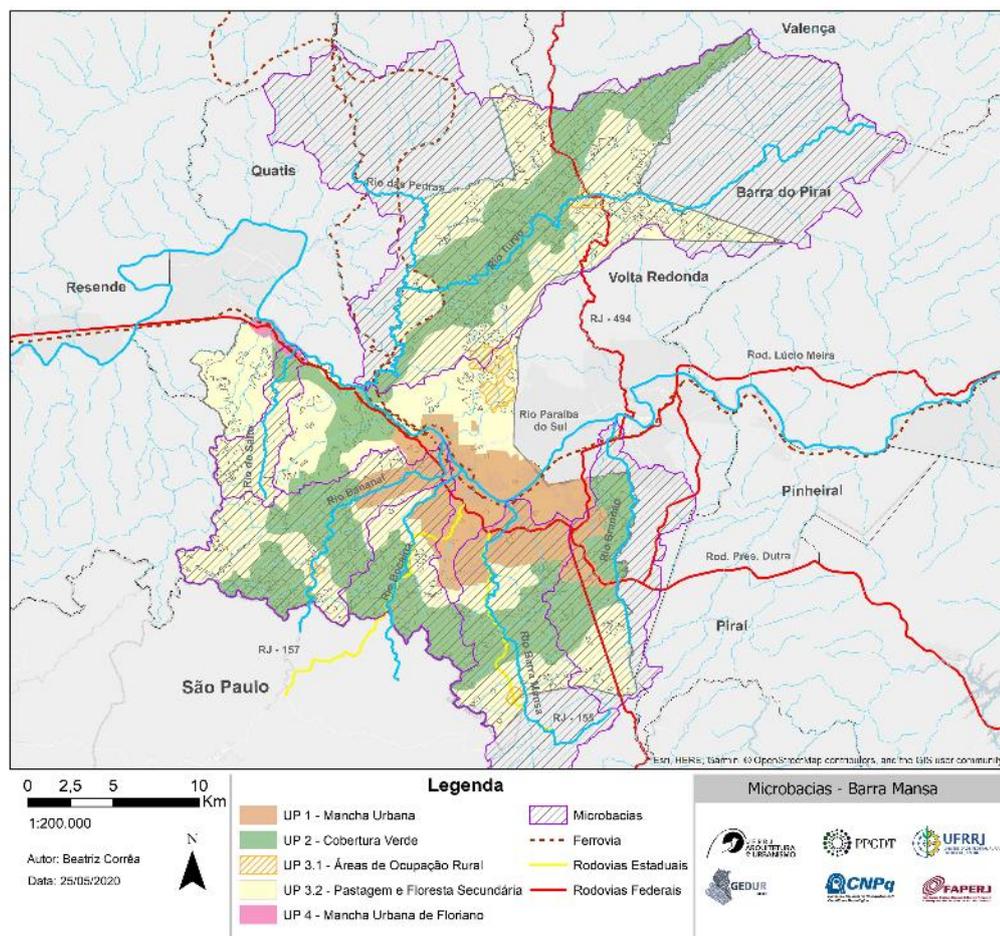


Figura 16: Mapa das Microbasias contidas na área do município.
Elaborado por: Gedur



Figura 17: ARIE Floresta da Cicuta
Fonte: Divulgação Facebook: @florestadacicuta



Figura 18: Bacia do rio Bananal no distrito de Rialto
Fonte: Jornal A Voz da Cidade, 2018

A UP3 – Atividades Agropastoris foi delimitada considerando-se as áreas de vegetação secundária, pastagem, as áreas de plantio, e as manchas de ocupação. Com o intuito de possibilitar projeto e políticas públicas específicas e condizentes com cada recorte territorial, optamos por subdividir a UP3 da seguinte forma:

- UP3.1 - Áreas de ocupação rural: unidade fragmentada composta pelas manchas urbanas dos distritos de Rialto, Antonio Rocha, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora do Amparo. Em comum, apresentam ocupação espalhada seguindo o arruamento, atividades de pecuária leiteira e hortifrutigranjeiro, ainda abrigando fazendas do século XIX (fig 19, 20, 21 e 22)



Figura 19: Arruamento distrito de Amparo
Fonte: Google Street View



Figura 20: Arruamento distrito de Rialto
Fonte: Google Street View



Figura 21: Área de Hortifrutigranjeiro
Fonte: Google Earth



Figura 22: Produção leiteira
Fonte: PMBM

- UP3.2 – Pastagem e Floresta Secundária: se caracteriza por grandes extensões de pastos (Fig. 23), e por áreas fragmentadas de vegetação secundária. Como podemos observar no mapa das UP's esta unidade representa a maior porcentagem territorial.



Figura 23: área de pastagem distrito de Santa Rita de Cássia
Fonte: Acervo Próprio, 2016

A UP4 – Mancha Urbana de Florianio. Caracterizada por uma ocupação mais regular em comparação aos outros distritos. Florianio se difere por abrigar uma atividade industrial consolidada e por apresentar um tecido urbano organizado por quadras (Figs. 24 e 25), além de sua proximidade com a BR- 116 (Via Dutra). Logo a ocupação apresenta uma dinâmica diferenciada e características distintas às dos demais distritos apresentados.



Figura 24: Empresa logística instalada em Florianio
Fonte: Divulgação empresa Multitex



Figura 25: Área central de Florianio
Fonte: Street View

Vale destacar que a delimitação das UPs considera a paisagem atual e características atuais do sítio. No entanto, como vimos no item 1.3, consideramos a paisagem um processo e um produto da indissociável relação homem natureza. Ao analisarmos a paisagem podemos encontrar para além do atual, várias dimensões históricas, sendo a paisagem o conjunto, a concretização da vida no espaço, onde todas as ações humanas deixam suas marcas.

A partir da visualização do mapa da Figura 12, com a espacialização das UP's delimitadas no município de Barra Mansa, apresentamos a Tabela 3 com a caracterização geral de cada Unidade de Paisagem:

Tabela 3: Caracterização das Unidades de Paisagem

UP	Foto	Estruturas Naturais Significativas		Área com predominância : urbana ou rural		Índice de Mancha Urbanizada /Ocupada			Existência de Barreiras físicas		Influência Regional	Potencialidades
		Sim	Não	Urbana	Rural	Alta	Média	Baixa	Sim	Não		
UP1 - Mancha Urbana		Rio Paraíba do Sul	-	x	-	X	-	-	Rio Paraíba do Sul; Linha férrea e Via Dutra	-	Capital Regional C (Região*). Centro Universitário Barra Mansa, Rodoviária, Hospital Santa Casa de Misericórdia, Hospital Santa Maria, Hospital da Mulher e Polo Metalúrgico.	Polo Cultural, Polo Educacional e de treinamento profissional.
UP2 - Cobertura Verde		Rio Paraíba do Sul,	-	-	x	Não se aplica			UP Descontinua. Interferência das outras UP's, linha férrea e Via Dutra	-	-	Reserva ecológica.
UP3 - Atividades Agropastoris	UP3.1 - Áreas de ocupação Rural 	-	x	-	x	-	-	X	-	X	Polo de Hortifrutgranjeiro, pecuária leiteira e gado de corte.	Turismo (rural e ecológico)
	UP3.2 - Pastagem e Floresta Secundária 	-	x	-	x	Não se aplica			UP dividida pela UP1 e UP3	-	-	Reflorestamento e recuperação de nascentes, topos de morros e encostas.
UP4 - Mancha Urbana Distrito Floriano		Rio Paraíba do Sul	-	x	-	-	X	-	Linha férrea e Via Dutra	-	-	Polo industrial

Fonte: Elaborada pela autora

Na sequência da identificação das unidades de paisagem, a proposta da pesquisa é aproximar o olhar sobre a UP1 - Mancha Urbana, tendo em vista sua complexidade e possibilidade de desdobramentos em novas áreas homogêneas. Com o objetivo de decompor e entender o espaço e a paisagem da UP1, apresentamos na próxima seção seus processos históricos, para posteriormente analisá-los. Dessa forma, buscamos a identificação das unidades morfo-territoriais da UP1, considerando, além dos elementos definidores das UP's os aspectos socioeconômicos do tecido urbano, a divisão territorial proposta pelo Plano Diretor Participativo, o custo médio da terra, a relação com as linhas de força da urbanização, sua história e demais dados sociais que possibilitem a compreensão desse recorte territorial de forma abrangente.

2.4 Contextualização Histórica

2.4.1 Formação do Núcleo Urbano Barramansense

As características geográficas e climáticas, dentre outros aspectos físico-espaciais inerentes ao sítio natural do vale ribeirinho, condicionaram a ocupação de pontos distintos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, e em especial do rio Barra Mansa, conforme texto a seguir:

O homem vai enfim subir a serra, de machado em punho (...). A Região costeira precedeu de mais de duzentos anos o desbravamento da Serra do Mar e do Vale do Paraíba, deixados em quase plena selvajaria até os últimos decênios do século XVIII, quando as estradas de penetração começaram a esgalhar caminhos por toda a bacia do grande rio (LAMEGO, 1963, p.3).

O desbravamento da região, onde hoje se insere a cidade de Barra Mansa, se deu de forma tardia por estar entre a Serra do Mar e a da Mantiqueira (fig. 26). Somente a partir de 1724, com o intuito de encurtar a viagem da Província do Rio de Janeiro a São Paulo, é que a barreira da Serra do Mar foi transposta. Vindo de outro lado, uma expedição proveniente de Aiuruoca, vencia a barreira física da Serra da Mantiqueira, em 1744, fixando-se em terras indígenas, fundaram o povoado de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre da Paraíba Nova, que tempos depois foi elevada à Vila de Resende (ATHAYDE, 1971). Às margens do Paraíba se constituíram caminhos que seria matriz para a futura formação de aglomerações pelo Vale do Paraíba Fluminense.

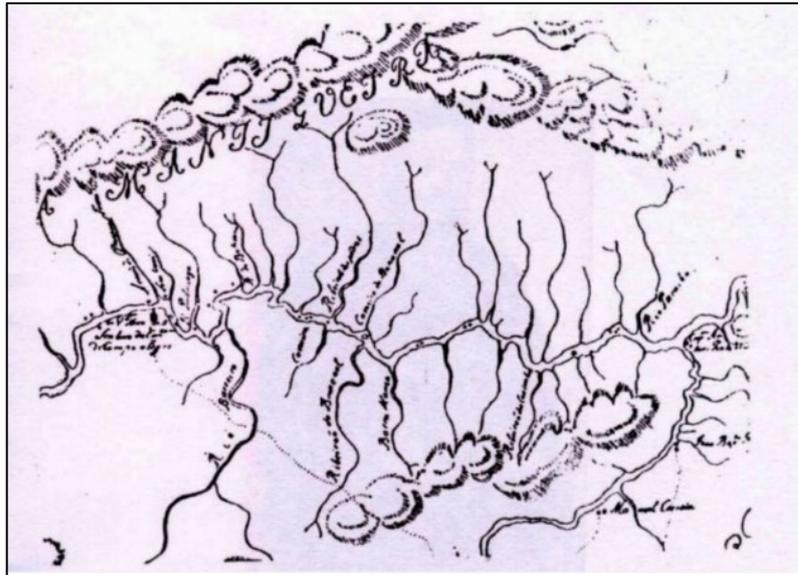


Figura 26: Mapa: Detalhe Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro - 1767
Fonte: ATHAYDE (1971, p. 16)

Esses dois momentos de desbravamento do Vale do Paraíba foram de grande importância para o início da povoação nas terras onde hoje se encontra a cidade de Barra Mansa. Sua situação geograficamente privilegiada possibilitou inicialmente instalações para pouso de exploradores e aventureiros vindos do interior e do litoral do país, seguindo as margens do Rio Paraíba:

No sítio em que se vê a cidade de Barra Mansa não existia habitação alguma no princípio deste século. Era um lugar inteiramente ermo. Não tardou, porém, a ser frequentado pelos viajantes que, dirigindo-se da Província do Rio de Janeiro para a província de São Paulo, viram-se obrigados a fugir das estradas do interior, por esse tempo infestadas de salteadores que se ocultavam nas matas, de onde acometiam de improviso os passageiros. [...]. Quando o sol desaparecia no horizonte, procuravam estas caravanas um lugar em que pudessem pernoitar com alguma segurança. A confluência de dois rios lhes oferecia, por assim dizer, um campo meio entrincheirado, pois só um lado ficava aberto ao inimigo, o que facilitava a vigilância e a defesa em caso de ataque. Por esta razão, todas as caravanas que iam de uma para outra das províncias acima nomeadas acampavam e pernoitavam no território junto à confluência do ribeirão de Barra Mansa com o Paraíba. (BARBOSA, 1868, p.385)

Essa característica de ponto de acampamento perdurou até meados de 1764, quando o Vice-Rei, Conde da Cunha, concedeu a Francisco Gonçalves de Carvalho a sesmaria onde, em 1768, seria fundada a Fazenda da Posse.

Ao fim de quase vinte anos continuavam sendo ainda um temível “sertão de matas virgens”, impenetrável à civilização, quando Francisco Gonçalves de Carvalho voltou suas vistas para elas, disposto a fundar “uma fazenda de gado e mantimentos”, no sítio “entre o rio Paraíba e o rio Bananal”, onde “se acha um córrego chamado a barra seca (ou mansa) que faz barra no rio Paraíba” (ATHAYDE, 1971, p. 11).

A instalação da Fazenda da Posse, não conseguiu, por si só, garantir o povoamento da região. Esse cenário se modificou ao final do século XVIII, com o declínio na produção do ouro na capitania de Minas Gerais, de onde vieram inúmeros colonos, em sua maioria agricultores. A fertilidade do solo atraiu novos colonos, consolidando a agricultura primitiva de anil, milho, feijão, mandioca, arroz e cana-de-açúcar, além da criação de animais (ATHAYDE, 1971). Assim, aos poucos o povoamento da região foi se consolidando e novas sesmarias foram sendo concedidas.

Em 1780, a primeira capela em honra a São Sebastião é erguida nas proximidades da Fazenda da Posse, dando origem ao lugar São Sebastião da Posse, fato que reforçou a necessidade de parada das tropas que seguiam as margens do Paraíba (MOREIRA, 2014). Outras fazendas se instalaram na região, no início do século XIX, o que aos poucos foi aumentando a população local, com a vinda de posseiros e seus respectivos escravos e serviçais. Logo, ao final do século, o povoado estava formado no vale do Paraíba, próximo às margens do rio Barra Mansa (ATHAYDE, 1971), composto por agricultores, posseiros, senhorios, escravos e serviçais.

Em 1820, a capela de São Sebastião é transferida para um local de maior centralidade, em terras cedidas pelo recém-chegado Custódio Ferreira Leite, importante nome da história barramansense, que se instalou à margem esquerda do Paraíba, na Fazenda Ano Bom, em 1813 (SALEM, 2014). Posteriormente, em 1826, Custódio Ferreira, junto ao Coronel Manuel Marcondes do Amaral e o cônego Antônio Moreira Costa, doaram extensas áreas de terra, ao redor da Capela, que acabou exercendo função coordenadora, para a edificação do povoado. Fomentando o crescimento do local, até que em 1829 o povoado de São Sebastião é elevado à categoria de Curato, pertencendo a Vila de Resende, havendo nessa época 2.200 habitantes e 400 casas (SALEM, 2014). É válido ressaltarmos que o café chegou à região nessa época, a partir de Resende, se espalhando rapidamente pelas fazendas da região. Toda a produção cafeeira era escoada para a província do Rio de Janeiro, fator que contribuiu com o enriquecimento de fazendeiros, e conseqüentemente com o crescimento do município.

Não muito depois, em 1832, o Curato São Sebastião se emancipa administrativamente da Vila de Resende, sendo elevado à Vila de São Sebastião da Barra Mansa. Suas terras foram desmembradas das vilas de Resende, Valença e São João do Príncipe. O processo de elevação de vila à cidade se deu de forma rápida, reflexo do empenho em fazê-la crescer por aqueles que nela investiram. Desse modo, em 1839 a vila torna-se freguesia; em 1842, em comarca eclesiástica; e em 1857 é elevada a Cidade de Barra Mansa (ATHAYDE, 1971). Entra em cena, a produção cafeeira no vale, que encontra seu auge em meados do século e vivencia seu declínio com a abolição da escravatura, em 1888.

2.4.2 O período dos Barões do Café e a implantação da ferrovia

A formação urbana barramansense teve seu início atrelado ao ruralismo, com a produção cafeeira como principal atividade econômica, que trouxe prosperidade aos fazendeiros da região e às terras de São Sebastião. Este é um período próspero para a elite rural que dependia da mão-de-obra escrava para as atividades nas plantações de café, enquanto os primeiros núcleos urbanos refletiam a pujança econômica da época. Como indica Lamego,

Extremamente culta e refinada era então a notável aristocracia agrária de Barra Mansa. E a prosperidade rural criada por toda uma nata de grandes fazendeiros de café, fortemente refletia sobre o centro urbano, tornando-o uma das melhores cidades serranas, sempre dirigida por íntegros e dinâmicos administradores (LAMEGO, 1963, p.123).

Sua paisagem urbana começa a se configurar a partir dos terrenos doados por Custódio Ferreira Leite para a consolidação da Vila ao redor da Capela, formando assim o núcleo histórico do município. Este se define pelas primeiras construções ao longo da Rua da Direita (Fig. 27), atual Av. Joaquim Leite, que encontrando o Caminho Real era formada pelo caminho matriz seguindo paralelamente o Paraíba do Sul (DE PAULA, 2009). Em 1859, é inaugurada a Matriz de São Sebastião, edificada no mesmo local onde era a Capela. A obra da Matriz visou ampliar o espaço interno da igreja, de modo a acolher um maior número de fiéis e sua construção iniciou-se em 1839.



Figura 27: Rua da Direita (188?)
Fonte: Acervo ABH

O ano de 1860 é marcado pelo ápice da produção cafeeira, sendo a região considerada o maior centro produtor do Brasil. Conseqüentemente, na região se concentrava a maior quantidade de escravos por habitante, como demonstra a tabela 4 elaborada com dados do Recenseamento do IBGE de 1872.

Tabela 4: Relação entre população livre e escrava

Município	Pop. Total	Pop. Livre	Pop. Escrava	% de escravos
Barra Mansa	25.766	14.822	10.944	42.47%
Piraí	25.408	11.933	13.475	53.03%
Resende	28.964	19.527	9.437	32.58%
Valença	42.131	18.635	23.496	55.76%
Vassouras	39.253	19.085	20.168	51.37%

Fonte: Recenseamento do Brasil - IBGE 1872

A sociedade de então era definida por duas classes, a elite cafeeira, que compunha a paisagem do centro urbano do município, e os escravos, que eram resignados às senzalas. Os núcleos urbanos da época refletem apenas o lado dos barões do café e suas benesses na formação da cidade.

Como podemos notar, nesta década, a sociedade barramansense também se apresentava concentradora de riqueza [...]. Assim, 9,37% dos habitantes mais ricos concentravam 49,5% da riqueza escrava, enquanto o restante da população, 90,63% do total, concentrava apenas 51,5% desta riqueza. (CARNEIRO, 2013, p.115)

Em termos de circulação de mercadorias e pessoas, a rota fluvial para o escoamento da produção era até então a melhor alternativa. Esse fato influenciou a transformação da paisagem ao longo do Rio Paraíba, pois

A posição da vila ao centro de um longo trecho navegável do Paraíba, facilitou as comunicações por via fluvial com a zona agrícola ribeirinha, e o seu entrelaçamento de caminhos terrestres torna as suas terras cada vez mais habitadas. Registra Figueira de Almeida ter sido a beira do rio já desde os primeiros tempos, "marginadas de grandes armazéns, havendo nas redondezas da vila, bazares, vendas e ranchos, grandemente frequentados, com próspero comércio e vida de intensidade crescente" (LAMEGO, 1963, p. 123).

Durante o auge da produção cafeeira, diversos edifícios públicos são construídos, majoritariamente em terras doadas pelos fazendeiros de café, que tinham interesses no progresso municipal (ATHAYDE, 1971). A área atualmente conhecida como centro histórico foi tomando forma; as famílias abastadas edificaram suas residências urbanas e melhorias foram efetuadas. Dentre as principais edificações erigidas nessa época, destaca-se a inauguração da sede administrativa da Câmara Municipal, em 1861, em terreno à margem direita do rio Paraíba, cuja sede até então funcionava na residência de um oficial militar, o capitão João Pereira da Cruz.

Em 1867 foi inaugurada a Santa Casa de Misericórdia, também à margem direita do Rio Paraíba do Sul, sendo até então a construção mais próxima ao rio. Em 1869 foi implantado o Cemitério Municipal de São Sebastião. Antes da construção do cemitério os mortos eram sepultados no cemitério da Fazenda da Posse e em jazigos da Igreja Matriz. Ainda em 1869, erigiu-se a primeira caixa d'água do município, possibilitando a distribuição de água à população (SALEM, 2014). A imagem abaixo (Fig. 28), ilustra a paisagem do município no ano de 1861, com destaque para a Câmara Municipal e a Matriz de São Sebastião.

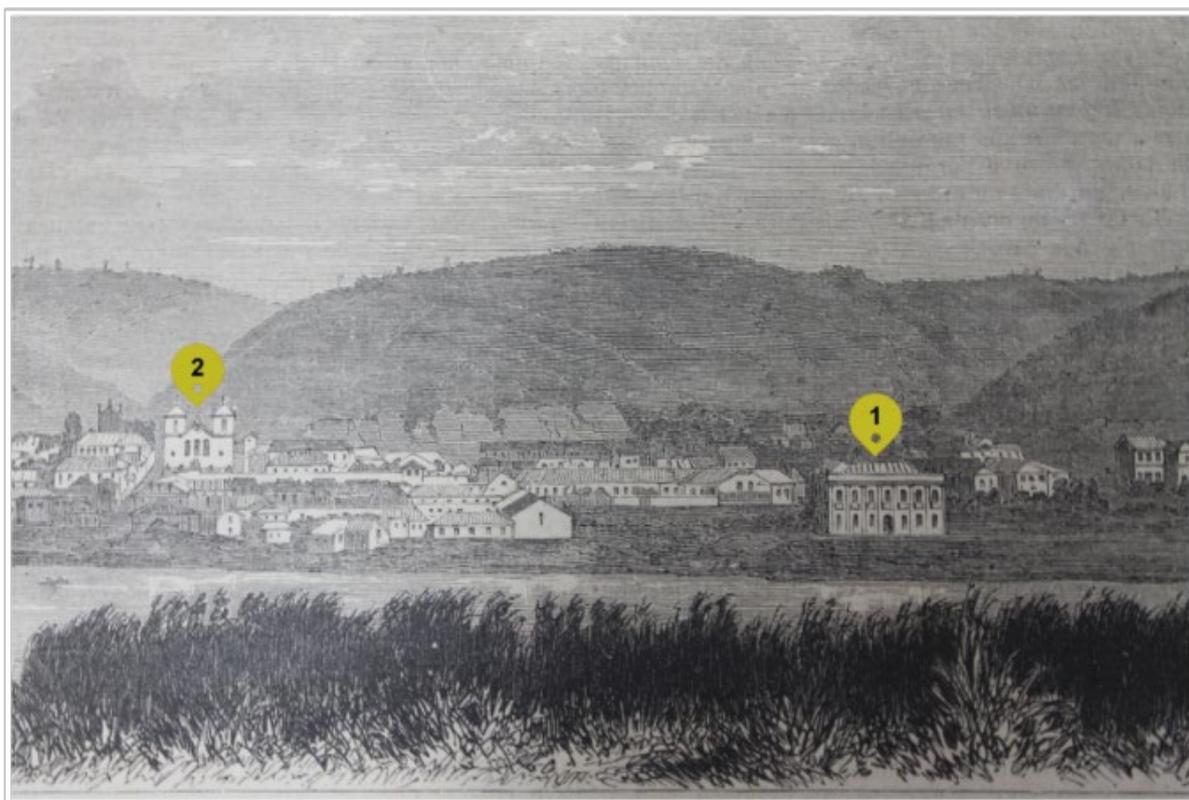


Figura 28: Vista da margem esquerda do Paraíba para o núcleo histórico de Barra Mansa, com destaque para Câmara Municipal (1) e a Matriz de São Sebastião (2), 1861.

Fonte: Acervo ABH.

A ampliação de infraestrutura, conforme esclarece Lamego (1963), representa importante contribuição para a melhoria do escoamento da produção do café, que continuava a crescer. Apesar das melhorias e aberturas de novas estradas, ainda era insuficiente para a demanda, bem como o uso do Rio Paraíba para a navegação. Esse fato levou a esforços dos fazendeiros barramansenses junto à Província, pleiteando o prolongamento da malha ferroviária, através da construção do Ramal de São Paulo (ligando a Estação de Barra do Piraí à província paulista). Assim, em 1871 inaugura-se a estação Ferroviária de Barra Mansa, no trecho ligando Pinheiral a Barra Mansa, com a presença da Princesa Isabel, seu marido Conde d'Eu, entre outras importantes personalidades da época (Figura 29).

Ao serviço d'água com vários chafarizes, ao calçamento iniciado, aos edifícios da Câmara e da Matriz, as grandes residências urbanas da sua nobreza rural, a toda uma série, enfim, de melhoramentos efetuados sobretudo na gestão [...] do comendador Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, Barra Mansa lobriga afinal um grande futuro com a inauguração em 1871, pelo conde D'Eu, da sua estação da Estrada de Ferro Pedro II que ali chegava, continuando a seguir em busca de São Paulo (LAMEGO, 1963, p. 124).



Figura 29: Estação Ferroviária de Barra Mansa, década de 1930

Fonte: Acervo ABH

Barra Mansa iniciava então um novo período, passando a receber a produção de café de diversos municípios, para então escoá-los rumo ao Rio de Janeiro. A ampliação das atividades de transportes do café levou à construção de enormes galpões, margeando a linha férrea, para o estoque das safras da região (Fig. 30).

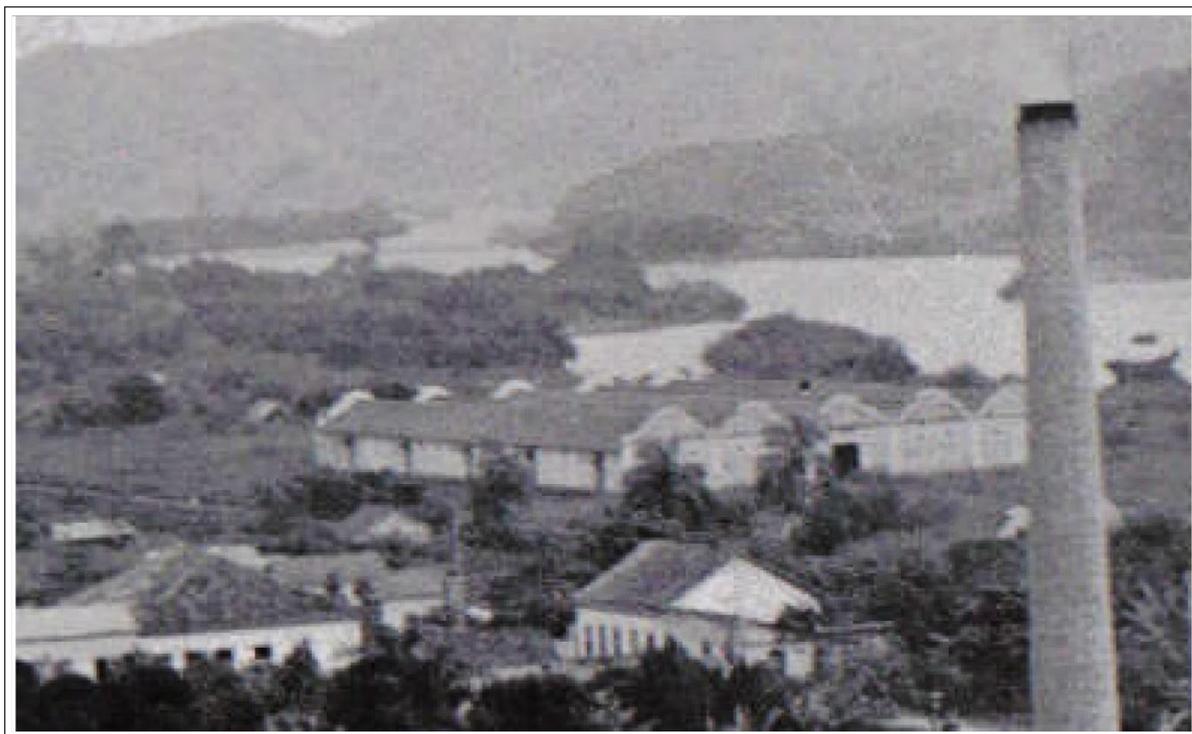


Figura 30: Galpões de Armazenagem do Café, entre o Paraíba e a linha férrea.

Fonte: Acervo ABH

Após a instalação da ferrovia, durante as décadas de 1870-80 de ainda intensa produção cafeeira, Barra Mansa consolida-se não só como centralidade geográfica, mas como centralidade comercial e cultural das cidades localizadas no curso médio do Rio Paraíba, atraindo população migrante das cidades fluminenses, paulistas e mineiras em um processo crescente de aumento de sua população em busca de assento agrário e comercial (MOREIRA, 2014, p.188).

A esse período que destaca Moreira (2014) atribuímos o início da iluminação pública à base de lampiões de querosene, que mais tarde em 1880, é substituído pela iluminação a gás. A Biblioteca Municipal é inaugurada, sendo instalada em parte da Câmara Municipal, em 1873. No ano seguinte, em 1874, era inaugurado o Largo Municipal, atual Parque Centenário, que fazia parte do jardim da Câmara Municipal, cujo projeto é atribuído ao botânico francês Auguste François Marie Glaziou. Outro importante espaço público, inaugurado em 1880, foi o Largo da Matriz, atual Praça Ponce de Leon (Figura 31).



Figura 31: Matriz de São Sebastião, 1910, a frente o Largo da Matriz.

Fonte: Acervo ABH

2.4.3 A sociedade da pecuária leiteira

A abolição da escravatura, inicia um período de declínio econômico da região do Rio Paraíba. A movimentação de parte da mão-de-obra escrava liberta para a cidade do Rio de Janeiro e para o estado de São Paulo, aliada à praga de gafanhotos que quase dizimou as plantações (ATHAYDE, 1971, p.23), leva à falência de diversos fazendeiros, que passam a buscar alternativas para o café, aproveitando as extensas porções de terra cultivadas. Assim, a pecuária leiteira adentra a região, exigindo um contingente menor de trabalhadores. Inaugura-se um novo, mas também expressivo, ciclo econômico na região.

Já com a ponte metálica atravessando o Paraíba e inaugurada em 1892, a cidade que, como os demais centros dos municípios cafeeiros, fora tremendamente abalada com a Abolição, assiste à entrada de uma nova era. Doravante passaria por ela um intenso tráfego entre as zonas vizinhas mineiras e o porto de Angra dos Reis (LAMEGO, 1963, p. 124).

Conforme enfatiza Lamego (1963), o município atraiu ainda novos fazendeiros e trabalhadores, oriundos de Andrelândia, Lavras, Aiuruoca, Liberdade, São Vicente e outras regiões de Minas Gerais. Essa migração foi possível graças à inauguração de um trecho ferroviário da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que com a instituição da República, em 1889,

recebeu a concessão para construir o trecho ligando a cidade de Perdões em Minas Gerais, rumo a “noroeste em direção a Catalão, no estado de Goiás, trecho que somente foi construído até Formiga, ainda no estado de Minas Gerais, e finalmente rumo sudeste em direção de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro” (DE PAULA, 2009, p. 56). Posteriormente, em 1893, foi construído o trecho que ligaria Barra Mansa a Angra dos Reis, fato que contribuiu com o determinismo geográfico do município.

Com poucos decênios mais, tamanha se torna a importância da Oeste de Minas que, a única maneira de pôr em circulação as mercadorias é a de eletrificar a via-férrea, permitindo uma escalada rápida e econômica da serra do Mar e da Mantiqueira. Barra Mansa tornou-se afinal um centro ferroviário distribuidor. Apenas a 151 quilômetros do Rio de Janeiro e a 108 de Angra dos Reis, com os dois portos de mar a sua disposição, a cidade é visada por grandes iniciativas industriais em meio a uma adiantada zona rural, onde os rebanhos e os laticínios, já começam a substituir a velha economia dos cafezais do Império (LAMEGO, 1963, p. 124).

Contribuindo com esse centro ferroviário distribuidor, surge ainda nessa época outras ferrovias menores construídas e desmontadas de acordo com interesse dos fazendeiros de regiões próximas. Dessa forma, sem desenho urbano planejado, assinala-se nesses lugares as futuras ruas, que aos poucos foram sendo ocupadas pela população. Barra Mansa se constitui então como “cidade ferroviária”, sendo um “centro de convergência de interesses comerciais e políticos”, o que a levou a uma nova fase econômica, a industrialização (DE PAULA, 2009). Importante ressaltar ainda, como fruto desse período ferroviário, a construção da Ponte Nilo Peçanha, em 1905, que estimulou o povoamento a margem esquerda do Rio Paraíba.

Encerrando esse tempo histórico – do auge ao declínio da produção cafeeira, da chegada da pecuária leiteira na região, e o início da sua vocação para a industrialização – inserimos abaixo algumas imagens que contribuem para a formação da paisagem do centro histórico no imaginário do leitor. As imagens indicam a qualidade do ambiente urbano naquele período histórico, com ruas pavimentadas, iluminação pública, obras de arte (pontes) e edifícios com qualidade construtiva e estética (Figs. 32 a 38).

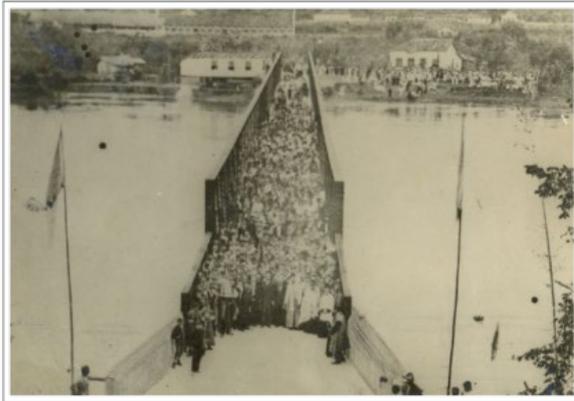


Figura 32: Inauguração da Ponte Nilo Peçanha 1905
Fonte: Acervo ABH



Figura 33: Hospital Santa Casa de Misericórdia, 1914
Fonte: Acervo ABH



Figura 34: Rua da Direita, atual Av. Joaquim Leite, 1920
Fonte: Acervo ABH



Figura 35: Rua da Direita, atual Av. Joaquim Leite, 1930
Fonte: Acervo ABH



Figura 36: Hotel São Pedro, esquina da Rua Rio Branco, 1924
Fonte: Acervo ABH

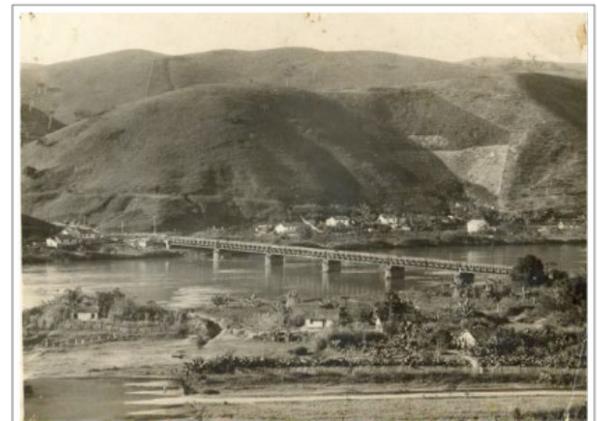


Figura 37: Ponte de ferro da Estrada de Ferro Oeste de Minas, s/d
Fonte: Acervo ABH

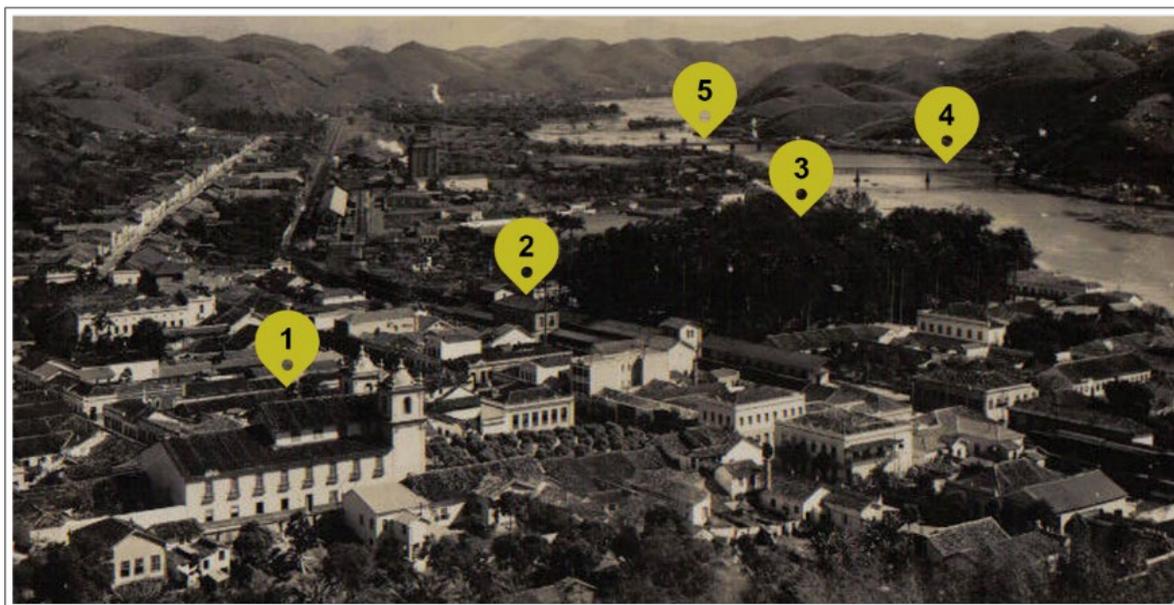


Figura 38: Vista aérea de Barra Mansa, destacamos a Matriz de São Sebastião (1), a Estação Ferroviária (2), o Parque Centenário (3), a Ponte Nilo Peçanha (4) e a Ponte da estrada de Ferro Oeste de Minas (5), 1932.

Fonte: Acervo ABH

2.4.4 Industrialização no Vale do Paraíba – processo nacional e rebatimentos regionais

O caráter ferroviário que Barra Mansa foi adquirindo ao longo dos tempos possibilitou sua adequação frente aos diversos momentos econômicos e sociais aos quais o Brasil passou. Lamego (1963) e Athayde (1971) citam o início da vocação do município em se adequar mais uma vez, a nova fase econômica ligada à industrialização. “Abatida com a Abolição, e aos poucos se reerguendo com a pecuária e os laticínios, Barra Mansa endereça atualmente os passos firmes para uma pujante economia, através de grandes iniciativas industriais que se articulam” (LAMEGO, 1963, p. 125). Athayde resgata o prognóstico da industrialização no município do Vale do Paraíba do Sul, relacionando-o à cidade americana cujo desenvolvimento industrial era icônico à época.

Indicada, desde 1919, por Cincinato Braga, como a região ideal para o estabelecimento de indústrias siderúrgicas, não levou muito tempo para que se cumprisse seu vaticínio. [...]. Como era de se esperar, a existência dessas indústrias em seu território não levou muito tempo para transformar Barra Mansa em uma “Pittsburgh Fluminense” (ATHAYDE, 1971, p.26).

A industrialização se consolidou efetivamente somente na década de 1930, mas desde o início do século Barra Mansa, já vinha se adequando estruturalmente para abrigar grandes empreendimentos industriais. Em 1910, por exemplo, a construção de uma usina hidrelétrica

na fazenda Santo Antônio, de propriedade do coronel José Norberto de Melo, propicia o abastecimento de energia elétrica para a iluminação pública e particular do município, além de possibilitar a implementação da primeira fábrica da cidade, de mesma propriedade: a Fábrica de Fiação e Tecidos São José, que funciona até 1918. A chegada da energia elétrica ao município, possibilita a inauguração do cinema em 1910 e, posteriormente, em 1915, promovendo a fundação do Barra Mansa Futebol¹⁵, consolidando a vida cultural dos cidadãos (SALEM, 2014).

Na mesma década, em 1914, é instalada a Prefeitura Municipal. A Câmara Municipal até então exercia os poderes legislativo e executivo. Quando instaurada, a prefeitura passou a funcionar junto ao prédio da Câmara, que nessa época denominava-se Palácio Barão de Guapy¹⁶. Tal fato foi responsável pela primeira modificação arquitetônica no edifício da Câmara, a ampliação do térreo, que resultou em dois terraços na parte superior (Fig. 39).

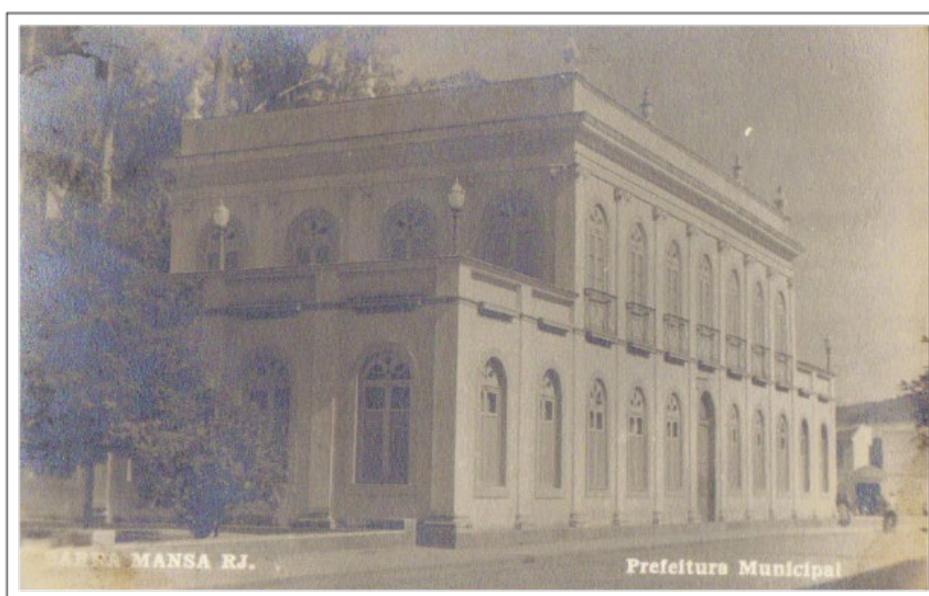


Figura 39: Palácio Barão de Guapy após a primeira interferência em 1914. (1940)
Fonte: Acervo ABH

Assim, o desenvolvimento industrial e cultural Barra Mansa foi aos poucos se cercando de uma infraestrutura adequada e ainda pouco comum em outras regiões e municípios. Em 1915, a Cia Rede Telefônica Bragantina se instalou na cidade, funcionando até a década de 1930, quando o serviço passou a ser prestado pela Cia. Telefônica Brasileira, ativa no município

¹⁵ O Barra Mansa Futebol Clube foi um dos maiores clubes de futebol do interior do estado do Rio de Janeiro.

¹⁶ Em homenagem a Joaquim José Ferraz de Oliveira, presidente da 9ª Câmara Municipal entre 1861 e 1865. (ATHAYDE, 1971)

até a década de 1960. Outra importante empresa que se instalou no município em 1922 foi a *Light and Power*, trazendo o serviço de iluminação elétrica (SALEM, 2014).

A economia agrícola-pastoril garantiu a Barra Mansa posição de destaque como na até então principal região econômica do país. No entanto, na década de 1930 a política ruralista é desfeita e o município, ponto de convergência de variados caminhos e ferrovias, inicia, uma nova fase econômica (DE PAULA, 2009). Reconhecida como a maior bacia leiteira do Brasil no início da década de 1930, a cidade assegurou a instalação das primeiras indústrias e fábricas de grande porte voltadas ao ramo alimentício (SALEM, 2016). Em 1932, é implantada a Indústria Moinho Fluminense S.A. (Fig. 40), destinada à fabricação de farinha de trigo, e em 1937 a Cia. Industrial Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé), escolheu Barra Mansa para a implementação da sua primeira fábrica no país (Fig. 41).



Figura 40: Indústria Moinho Fluminense S.A, 1932

Fonte: Acervo ABH

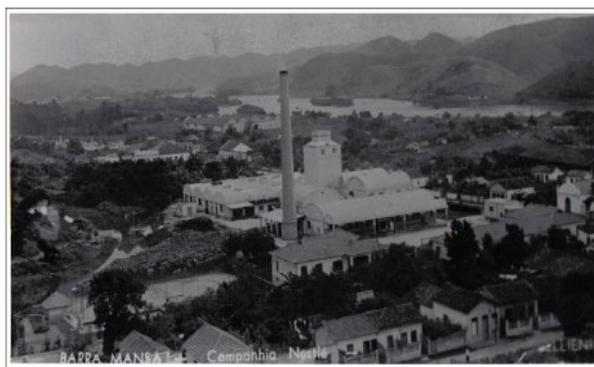


Figura 41: Fábrica da Nestlé em Barra Mansa, s/d.

Fonte: Acervo ABH

De acordo com Cruz (2011), o impulso industrial se dá graças ao entusiasmo do então presidente Getúlio Vargas em relação à siderurgia no Brasil, levando ao município importantes plantas industriais, entre as quais, a Cia Metalúrgica Barbará (1937); Siderúrgica Barra Mansa (1937); e, marcando o auge da industrialização brasileira, inaugura-se em 1941, no então distrito de Volta Redonda, a Cia Siderúrgica Nacional (CSN). Isso atraiu ainda diversas outras indústrias que se instalaram na região, tais como a Du-Pont do Brasil (1949). Em grande parte, estimuladas pela oferta do minério de ferro que chegava a Barra Mansa proveniente de Minas Gerais, pela Ferrovia Oeste de Minas, e pela possibilidade de distribuição da produção para os três maiores centros consumidores: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte (DE PAULA, 2009).

A consolidação da indústria gera o aumento da circulação de capital no município, fato que reflete no comércio de rua a boa fase econômica em Barra Mansa, proporcionando uma

posição de destaque entre as cidades da região. As antigas fazendas passaram a ser loteadas e configuram novos bairros, em uma urbanização voltada principalmente às classes trabalhadoras que eram atraídas pela oferta de emprego. Assim, a industrialização foi sendo o indutor da urbanização barramansense. O que reforça essa afirmação é o projeto de planejamento regional, firmado com o arquiteto Attílio Corrêa Lima em 1941, por Getúlio Vargas, sonhador das cidades modelo, que tinha como produto principal a ser gerado “um plano de urbanização da região compreendida da cidade de Barra Mansa à Vila de Pinheiros, inclusive uma e outra, neste Estado...”, como publicado no Diário Oficial da União de 8 de maio de 1941 (DE PAULA, 2009, p. 77). A grande contribuição originada com esse projeto são as plantas cadastrais do município de Barra Mansa, além do próprio projeto de planejamento datado de 1941. Ambos nos permitem uma leitura da transformação da ocupação urbana desde aquela época até o momento atual. O levantamento base da cidade foi usado durante muito tempo pela prefeitura e passou por inúmeras atualizações. Há a interpretação de que a não implementação plena do plano, devido ao fim da era Vargas e a morte prematura do arquiteto idealizador, representa um prejuízo para o planejamento urbano de Barra Mansa (DE PAULA, 2009).

Em uma sequência temporal, cabe destacar ainda que a década de 1950 é marcada pelo início da política rodoviária no Brasil, que possibilitou uma grande mudança do sistema viário brasileiro. Aos poucos as ferrovias foram perdendo recursos para manutenção e melhorias, o que resultou na perda de sua utilização e influência. A Rodovia Presidente Dutra é implantada, em 1951, atravessando o município longitudinalmente, fato que passa a nortear novas ocupações, alterando significativamente a paisagem de Barra Mansa.

Neste contexto, a consolidação do município como um polo industrial trouxe uma nova fase de progresso e urbanização. Na medida em que a paisagem urbana se modifica, Barra Mansa vai deixando suas características predominantemente rurais. Os novos habitantes, que chegam em busca de ofertas de emprego nas indústrias, não se identificam nem se apropriam da história da cidade, e pouco sabem de sua natureza eminentemente rural. Assim, novos edifícios são construídos e melhorias de infraestrutura e serviços são efetuadas, tais como a Ponte Ataulpho Pinto do Reis (Fig. 42 e 43), inaugurada em 1958, destinada principalmente aos veículos e ao transporte público que começava a integrar a paisagem citadina, ligando o bairro Ano Bom, recém loteado, ao Centro. Em 1961, ocorre a fundação da SOBEU, Sociedade Barramansense de Ensino Superior, uma das primeiras instituições voltadas ao ensino superior (SALEM, 2014).



Figura 42: Construção da Ponte Ataulpho Pinto dos Reis, 1956

Fonte: Acevo ABH



Figura 43: Inauguração da Ponte Ataulpho Pinto dos Reis, 1958

Fonte: Acervo ABH

A década de 1950 é ainda marcada pela emancipação do Distrito Industrial de Volta Redonda, que ocorreu em 1954, fazendo com que Barra Mansa saísse do foco de atenção do Presidente Getúlio Vargas. Logo, o município que continuava a ser destino dos que saíam da zona rural em busca de trabalho, deixou de receber o incentivo do Estado para o planejamento e instalação de infraestrutura. Ainda assim, a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, já em processo de ocupação, começa a ser adensada, surgindo bairros margeando a Ferrovia Oeste de Minas. A construção das pontes ligando as margens do rio (Figura 44) contribui para esse adensamento (DE PAULA, 2009).

Outros aglomerados urbanos surgem na década de 1960. O crescimento populacional acelerado e a não absorção completa da mão-de-obra recém chegada à cidade, ocasionam o surgimento de assentamentos precários, situados às margens das afluentes do Paraíba do Sul, e às margens do caminho primitivo que ligava o município a São Paulo e a Angra dos Reis. A década de 1960 é marcada também pelo declínio definitivo das ferrovias, cujas condições precárias de operação aos poucos afugentam os fretes para as rodovias nacionais (DE PAULA, 2009). No centro histórico e em seu redor os edifícios em altura começam a interferir na paisagem (Figura 45).



Figura 44: Vista aérea de Barra Mansa em 1958 enfatizando as pontes de ligação entre as margens do Paraíba do Sul

Fonte: Acervo Clécio Penedo in DE PAULA, 2009, p. 115.

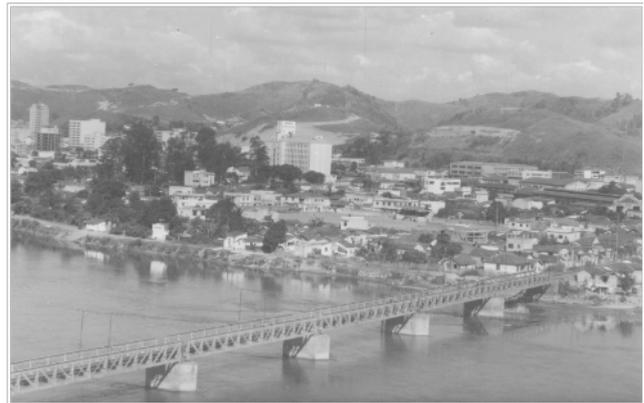


Figura 45: Vista aérea de Barra Mansa em 1968.

Fonte: Acervo ABH

A década de 1970 é definida pelo Programa de Desenvolvimento Nacional (PDN) que previa a construção de uma nova e moderna ferrovia, em uma tentativa de reafirmar sua importância, ligando Belo Horizonte a São Paulo, capaz de manter o fluxo de minério de ferro no interior do Brasil. Essa iniciativa rebateu diretamente em Barra Mansa, pois a expectativa de geração de emprego na readequação da antiga malha ferroviária existente atrai, mais uma vez, um grande contingente de trabalhadores em busca de uma melhor qualidade de vida. Esses, por sua vez, passam a ocupar os arredores dos galpões de oficinas ferroviárias. Dessa forma, a década assinala um novo momento de crescimento econômico e urbano da cidade. Enquanto o gabarito das edificações do núcleo histórico continua elevado (Fig. 46), o plano de expansão da CSN resultou no crescimento populacional de Barra Mansa e Volta Redonda, provocando a conurbação dos dois municípios (ver Figura 2). Todas as transformações e crescimento municipal ocorrem sem um adequado planejamento urbano, capaz de gerir de forma eficiente a expansão dos tecidos urbanos, o que resulta na formação de bairros e aglomerados humanos, desprovidos de infraestrutura básica e serviços urbanos que garantam a qualidade de vida e o bem-estar urbano.

Desse período, ressaltamos a inauguração da Rodoviária Geraldo Ozório (Fig. 47), em 1973, localizada na então Av. Joaquim Leite, em terreno indicado por Atílio no plano regional de 1941. Ainda em 1973 é elaborado o Código de Obras do município, que esteve em vigor até 1992, com a implementação do Plano Diretor Municipal.

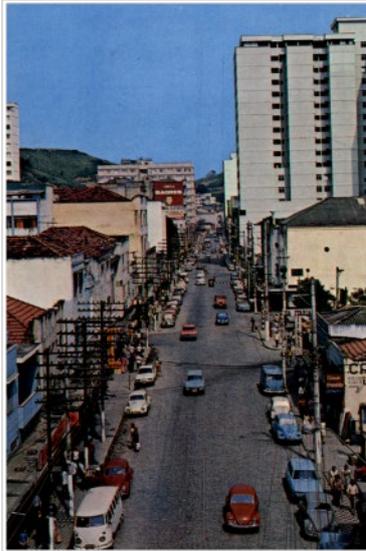


Figura 46: A paisagem urbana em 1975: Av. Joaquim Leite.

Fonte: Acervo ABH



Figura 47: Rodoviária Geraldo Ozório, 1975

Fonte: Acervo ABH

No período que compreende do início ao auge da industrialização, Barra Mansa, como visto, passa por rápida expansão territorial sem um planejamento responsável, surgindo assim as ocupações irregulares, onde os loteamentos clandestinos, contribuem para a consolidação de aglomerações humanas nas periferias mais distantes do Centro. Barra Mansa ganha novos contornos, perdendo territórios, a partir da emancipação de Volta Redonda e, posteriormente, na década de 1990, com a emancipação de Quatis. A área urbana do município passa por mudanças significativas que contribuem para a composição de uma nova paisagem da cidade. As imagens a seguir (Figs. 48, 49, 50, 51, 52 e 53) nos ajudam a visualizar com maior clareza a paisagem urbana barra-mansense da década de 1970.



Figura 48: Vista aérea de Barra Mansa, fundos da Matriz, 196?

Fonte: Acervo ABH

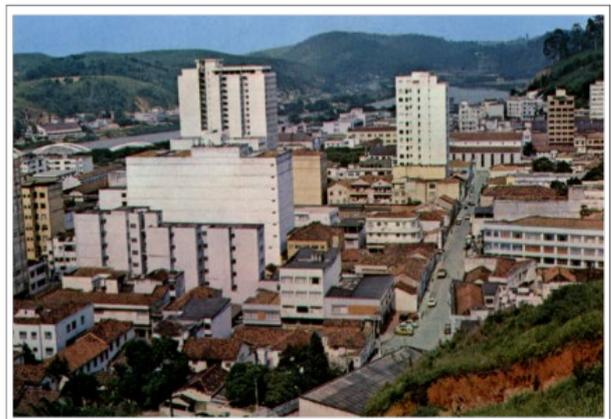


Figura 49: Vista aérea de Barra Mansa, Centro, 1975

Fonte: Acervo ABH



Figura 50: Vista aérea de Barra Mansa, do Ano Bom para o Centro, 1975
Fonte: Acervo ABH

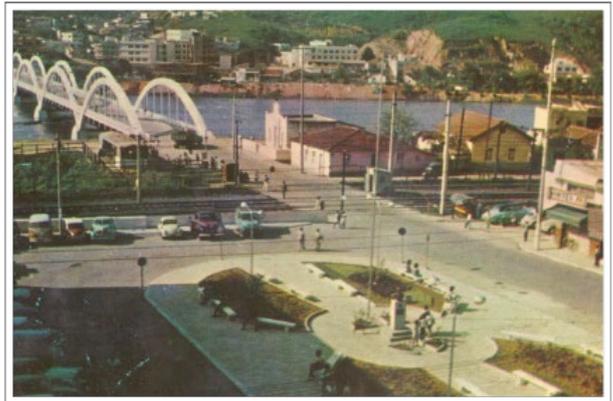


Figura 51: Vista aérea, Praça Dante Santos da Fonseca, 1975
Fonte: Acervo ABH

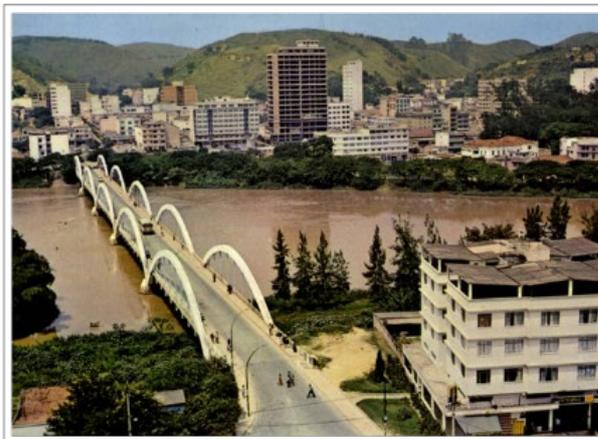


Figura 52: Vista aérea, Ano Bom e Centro, 1975
Fonte: Acervo ABH



Figura 53: Palácio Barão de Guapy, 1975¹⁷
Fonte: Acervo ABH

2.4.5 Da crise industrial aos dias atuais (1980 – 2019)

Os planos de expansão da CSN se encerram na década de 1970. A crise econômica nacional gera uma queda na oferta de emprego em todos os setores; em Barra Mansa, os setores industrial e comercial foram os mais afetados (DE PAULA, 2009). Os investimentos em infraestrutura e planejamento das cidades por parte do estado passam a ser mais comedidos. A população que já se encontrava instalada no município tem que se adaptar aos novos tempos:

No que foi preciso fazer para sair da vida rural, sem perspectivas, e entrar em cidades onde se tentava viver segundo os moldes da mais moderna cultura capitalista. [...]. Deixados à revelia, os pobres se viram mesmo muito ocupados com os problemas prementes que diziam respeito à sua

¹⁷ Na década de 1970 o Palácio passa por uma nova reforma, os terraços da interferência anterior deixam de existir e um frontão é adicionado à fachada.

sobrevivência e, por extensão, ao processo de urbanização. Tiveram de enfrentar como puderam a necessidade de inventar empregos, lugares de moradia, transporte, saneamento, opções de lazer. Não se saíram tão mal: mantiveram vivas áreas centrais, desprezadas por ocupantes anteriores; construíram, de qualquer maneira, favelas em sítios impossíveis e proibidos; foram para periferias [...]. Agora, porém, já vieram quase todos. Se antes havia fantasias quanto ao nirvana urbano e ao encontro com o progresso, a dureza da vida já cuidou de dissipá-las, pois não há mais outro lugar para ir. (SANTOS, 1988 p.17)

Conforme destaca Santos (1988), na década de 1980 observamos o início de uma estabilização demográfica, que mais uma vez acompanha o processo econômico vigente, pois nesse período ocorreu uma estabilização no crescimento industrial. No entanto, a desestabilização urbana, pela falta de um planejamento responsivo e responsável, já se encontrava instaurada, fruto do processo de expansão industrial e demográfica iniciado ainda na década de 1930.

Um fator importante dessa época, em âmbito nacional, que se reflete diretamente no município, foi a Constituição Federal de 1988, resultando na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do município, em 1992. O PDDU estipula ainda diversas estratégias¹⁸ visando alcançar as diretrizes propostas no escopo do Plano.

Mesmo não sendo implementado em sua totalidade, o PDDU marca o início da preocupação do poder público em redescobrir e ressaltar os valores originais constituintes de Barra Mansa como cidade, iniciando-se um resgate de suas características históricas, culturais e urbanísticas, relevantes para o município, com o intuito de reacender sua força perante a competitividade regional (MOREIRA, 2014). O início dos anos 1990 marca a privatização da CSN e o crescimento industrial nas cidades vizinhas à Barra Mansa, como Resende e Porto Real, o que leva os trabalhadores a buscarem empregos nesses novos centros.

O início do novo século traz consigo uma nova forma de pensar os espaços urbanos no Brasil. O Estado, através da publicação do Estatuto da Cidade (2001) e da criação do Ministério

¹⁸ Capítulo V – Das Estratégias, Programas e Projetos. Art. 4º: O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Barra Mansa compõe-se das seguintes estratégias, programas e projetos que visam concretizar os princípios e atingir os objetivos da Política Urbana adotada pelo poder público, segundo as diretrizes gerais e premissas traçadas nos capítulos anteriores: I – Estratégia de Recuperação da Urbanidade e da Natureza da Cidade; II – Estratégia de Consolidação e Articulação do Tecido Urbano; III – Estratégia de Manejo da Paisagem do Eixo Rodoviário Federal; IV – Estratégia de Desenvolvimento Distrital; V – Estratégia de Produção da Cidade, em relação a sua administração, seus passivos e seus ativos urbanos e o seu papel no desenvolvimento regional. (PMBM, 2006, p.2)

das Cidades (2003), passa a dar suporte aos municípios para a criação de Planos Diretores Participativos. Sob essa égide, Barra Mansa organizou seu Plano Diretor Participativo em 2006, conferindo uma maior reflexão a respeito dos problemas urbanos, com o intuito de, junto com a população, traçar estratégias de planejamento e desenvolvimento. Como resultado desse intento, o Rio Paraíba do Sul surge como uma potencialidade urbanística e paisagística do lugar (MOREIRA, 2014). Nesse contexto de desenvolvimento urbano e regional, destaca-se, além do o Rio Paraíba do Sul como ator principal, a Rodovia Presidente Dutra, considerando o sua adequação de uso e configuração da paisagem envoltória; os eixos viários de conexão entre o centro urbano principal de Barra Mansa e as novas centralidades emergentes, consolidando e articulando o tecido urbano, por meio do “incentivo à produção da cidade de forma integrada e fundada na cidade pré-existente”; e, ao final mas não menos importante, a requalificação distrital, preservando o patrimônio arquitetônico rural, incentivando o turismo e a autossuficiência dos distritos (PMBM, 2006, p. 2-3).

Desde a promulgação do Plano Diretor Participativo, os últimos anos foram marcados pelas discussões a respeito da adequação do pátio ferroviário que corta a região urbana do município, configurando-se como um limite físico à ocupação. Algumas obras já foram realizadas, outras seguem paralisadas, e outras estão no âmbito de projeto. Verifica-se ainda a necessidade da revisão do Plano Diretor que completou dez anos em 2016, atendendo a recomendação do Estatuto da Cidade, que estipula, no parágrafo terceiro de seu artigo 30, que a revisão dos planos diretores deve ser realizada a cada dez anos. No entanto, essa discussão até então não se encontra em pauta no governo, não há indícios de atualização do Plano atual e nem de sua avaliação.

De forma geral, o cenário urbano atual do município abriga duas realidades distintas, a cidade legal/formal e a cidade ilegal/informal, ou, ainda, a dicotomia de uma parcela da sociedade com acesso a cidadania e outra marginalizada. Em Barra Mansa, assim como em outras cidades com processo de urbanização similar, cria-se uma periferia urbana que se estende pelas várzeas dos cursos d’água, ao longo da linha férrea e da Rodovia Presidente Dutra, assim como, pelas encostas e topos de morros. Ainda hoje, verifica-se uma alta demanda por urbanização, habitação, infraestrutura e saneamento básico; resultante de um intenso crescimento demográfico, estagnação econômica e escassez de políticas públicas.

Em Barra Mansa existe ainda um considerável bolsão de miséria, sendo razoável se considerar, apesar dos avanços de gestão, um nível significativo de desconhecimento desta realidade. Os desequilíbrios existentes entre o

crescimento da população e a oferta de empregos, com políticas de investimentos públicos pontuais e dispersos, em vez de políticas locais e regionais sólidas e contínuas de desenvolvimento, formaram um quadro que, aparentemente tem escapado à capacidade de solução do município, em curto prazo, pelo acúmulo das demandas (PLHIS, 2011, p.61).

Um dado quantitativo que ilustra a citação acima é o índice do déficit habitacional municipal, de acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2011) em 2010, que atinge 17.962 domicílios. Já o déficit por urbanização chega a 372 unidades.

Com base nas informações e dados oficiais fornecidos pela Prefeitura, ilustramos e espacializamos o déficit habitacional, indicando sobre o mapa a seguir as localizações de assentamentos irregulares precários e loteamentos presentes no município (Fig. 54). Os núcleos favelados, totalizando 67 assentamentos precários, e os 43 loteamentos irregulares, são indicativos dessa carência não apenas por habitação, mas por infraestrutura e serviços essenciais, não disponíveis nesses assentamentos. Além disso, a falta de titulação de propriedade vem a ser outra demanda por regularização fundiária identificada, com a aplicação do instrumento urbanístico de usucapião, previsto no PDDU.

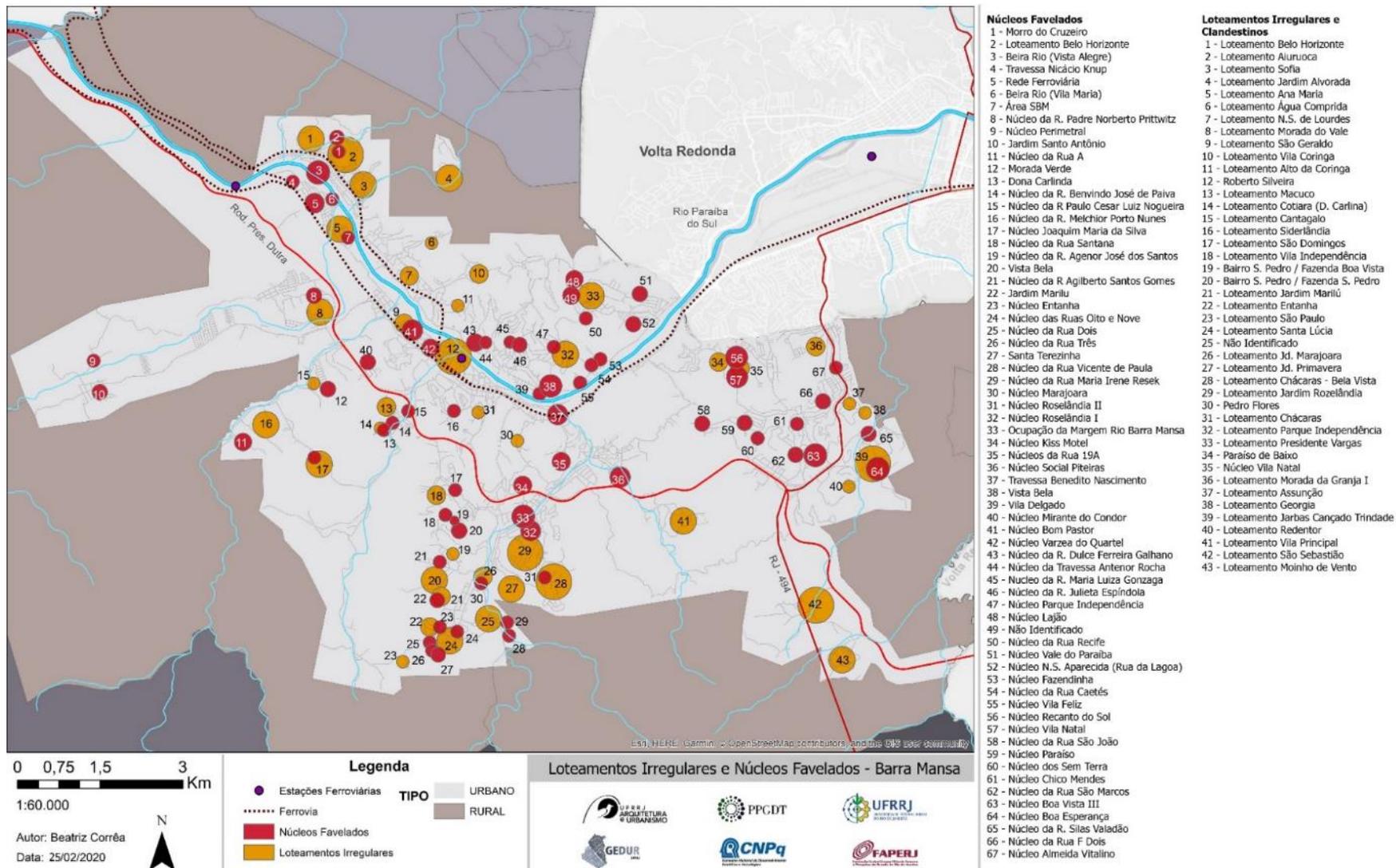


Figura 54: Mapa: Núcleos favelados e loteamentos irregulares.
 Fonte: PLHIS, 2011. Elaborado por Beatriz Corrêa. Acervo da Autora.

À exemplo das seções anteriores, encerramos a presente seção com a inserção de fotografias atuais, que contextualizam a paisagem barramansense tal qual se apresenta hoje. As fotos recentes indicam a heterogeneidade tipo-morfológica do perímetro urbano principal de Barra Mansa, promovidas pelo direcionamento do Plano Diretor, quanto pelas ações de agentes públicos e privados, privilegiando setores específicos.

Verifica-se maior adensamento e verticalização no Centro e áreas centrais próximas, ainda assim, com grande variação de gabarito e tipologias construtivas, inclusive com supressão ou desvalorização do patrimônio histórico edificado, como acontece com a Igreja Matriz (Figs. 55 a 56).

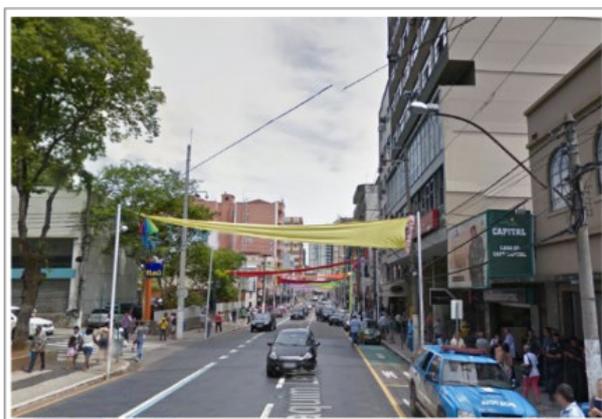


Figura 55: Av. Joaquim Leite, 2014

Fonte: Google Street View. Acesso em: 26 jun. 2016



Figura 56: Vista Centro, destacamos Igreja Matriz (1) sufocada pelos edifícios, 20011

Foto de Marcus Novaes

A variação de tipologias construtivas, densidades e gabaritos, atinge as áreas mais centrais e formais da cidade, refletindo as pressões do mercado imobiliário e a permissividade da legislação urbanística, porém também impacta os espaços periurbanos. A segregação socioespacial nas franjas da cidade torna-se mais visível na medida em que se distanciam do Centro, marcados pela informalidade e autoconstrução, que mesmo informalmente, seguem a mesma dinâmica especulativa imobiliária da cidade formal (Figs. 57 e 58).

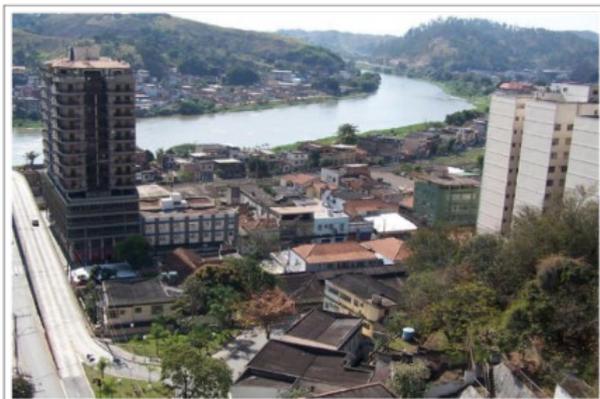


Figura 57: Foto aérea do Centro, 2008

Foto de Marcus Rachid.

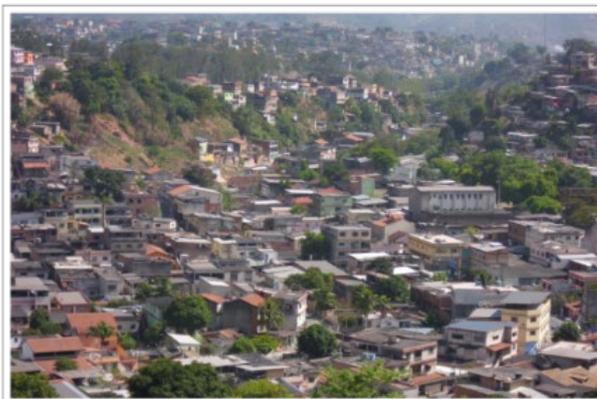


Figura 58: Bairro Nove de Abril, 2011

Foto de Marcos Neves.

Além disso, são observados indícios de novos assentamentos informais que surgem nos espaços livres residuais, principalmente ao longo da linha férrea que ocupam as faixas de Área de Preservação Permanente nas margens dos rios. (Figs. 59 a 61).



Figura 59: Foto evidenciado moradias irregulares (entre o Rio e a linha férrea), 2015

Fonte: Google Street View. Acesso em: 26 jun. 2016



Figura 60: Moradia irregular em área de Proteção permanente do rio Barra Mansa.

Autor desconhecido

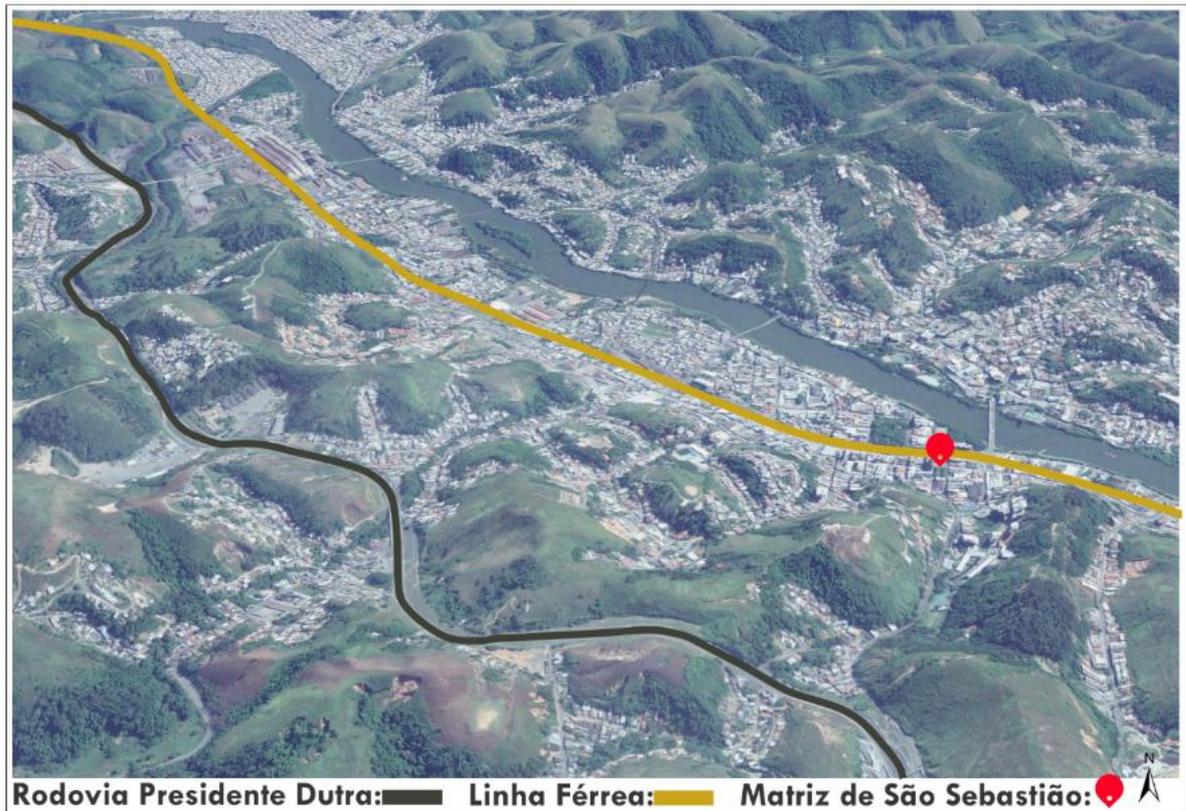


Figura 61: Imagem de satélite de parte da zona urbana, e seus limites físicos, 2016.

Fonte: Elaborado pela autora.

No próximo capítulo buscamos concentrar nossa análise sobre as dinâmicas de produção do espaço urbano da UP1, a partir da atuação dos principais agentes institucionais, considerando a transformação histórica do tecido urbano e as leis urbanísticas de Barra Mansa. Assim, nos encaminhamos a seguir, para a delimitação das UMT's, parte última da presente pesquisa.

3 ANÁLISE DO ESPAÇO E PAISAGEM

3.1 Agentes e atores – o olhar institucional na produção do espaço

Como vimos no capítulo 1, a produção do espaço é associada aos modos de produção vigentes, às práticas sociais e ainda por um conjunto de normas e aparatos jurídicos. Corroborando com essa ideia, Corrêa (2018) afirma que a produção do espaço não se dá pela “mão invisível do mercado”, mas sim por “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflito entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2018, p.43).

Logo, ao analisarmos o histórico apresentado anteriormente podemos identificar os agentes e atores sociais que engendraram a produção do espaço tal qual como percebido hoje em dia.

Com o intuito de auxiliar a espacialização dos processos apresentados no histórico, bem como a contribuição dos diversos agentes, apresentamos a seguir uma série de seis mapas¹⁹ que evidenciam a lógica da ocupação urbana no município no período compreendido entre o fim do século XVIII ao início do século XXI.

Seguindo a divisão temporal apresentada na subseção 2.4.2 a 2.4.4, a partir do auge da produção cafeeira até o início da industrialização, identificamos os grandes proprietários de terra, ou seja, a aristocracia burguesa, como principal agente produtor do espaço. Os poderosos grupos sociais que detinham o poder de decisão sobre os desígnios do desenvolvimento local, não mediram esforços para transformar Barra Mansa em uma economia pujante que concedesse os meios necessários para o enriquecimento desses grupos e manutenção de seu domínio. Visualizamos ainda hoje os resquícios da sociedade escravocrata, onde a desigualdade social se manifesta nas condições básicas de vida urbana. Pelo depoimento do Engenheiro William Castro²⁰, pudemos consolidar o pensamento de que a população negra que vive em Barra Mansa é composta, em sua maioria, por descendentes dos trabalhadores escravizados. Pelo Censo de 2010 (IBGE Cidades, 2020) constata-se que 49% da população residente em domicílios particulares se autodeclara preta (12%) ou parda (37%).

De acordo com De Paula (2009), a conformação inicial do povoado de São Sebastião da Posse se deu a partir de “edificações chaves” (Figura 62), onde indicamos a Fazenda da Posse como a primeira edificação e a Igreja Matriz de São Sebastião, que cumpriram a função de centralidade naquele período. Destacamos ainda que o Rio Paraíba do Sul, como um ator no processo de ocupação e elemento natural da paisagem, foi determinante para o início do povoamento de Barra Mansa, assim como a ocupação de toda a região.

¹⁹ Os mapas apresentados foram retirados da tese de doutorado da Arquitetura Andréa Auad Moreira, 2014, e modificados pela autora.

²⁰ Willian Resende de Castro Junior, Engenheiro Mecânico. Secretário Municipal de Planejamento Urbano de Barra Mansa (1997-2000), Fundador da ONG Urbes (2001-2019) pela qual prestou consultoria a diversas prefeituras da região Fluminense, Sub Secretário de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (2002) durante o Governo da Benedita (Vice do então Gov. Garotinho); Sub Secretário Municipal de Finanças de Nova Iguaçu (2004-2006), atuou no Ministério da Justiça do Rio de Janeiro no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (2008-2010), trabalhou na Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, atuando em projetos de educação urbana (2012) comandou um trabalho social no Complexo do Alemão (2014-2016) durante as obras do PAC. A partir de 2017 começou a prestar serviço ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM no Programa de Qualificação da Gestão Ambiental do Bioma Amazônia contratado pelo Fundo Amazônia.

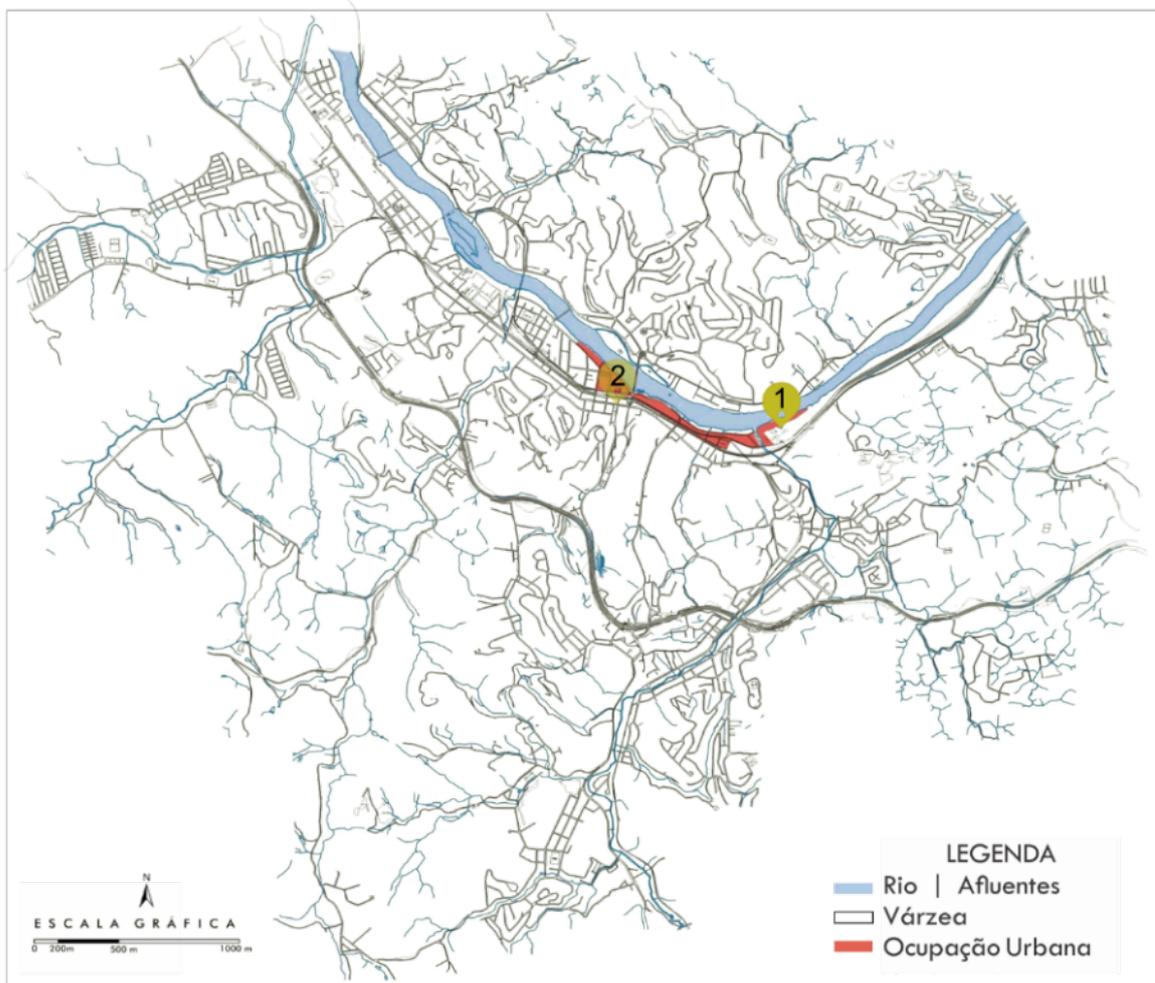


Figura 62: Ocupação territorial de Barra Mansa, final do século XIX – início do século XX. Destacamos, Fazenda da Posse (1) e a Igreja Matriz de São Sebastião (2) e o Rio Paraíba
 Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2019

Já no início dos anos 1930 a malha ferroviária do município de Barra Mansa estava consolidada, sendo considerada uma das mais importantes do país, o que levou o município a receber as primeiras instalações fabris, tais como a Nestlé, a Siderúrgica Barra Mansa e a Indústria Moinho. Esta realidade possibilitou o aumento da procura do município por aqueles que abandonaram as áreas rurais, e embarcavam nos trens em busca de novas oportunidades. A instalação das fábricas foi ocorrendo ao longo da linha férrea e do Rio Paraíba, conforme identificação numérica relacionada na figura 63. Esses dois limites físicos (o rio e a linha férrea) foram se configurando como norteadores da expansão do território, e tiveram suas margens ocupadas por galpões de armazenagem e por moradias.

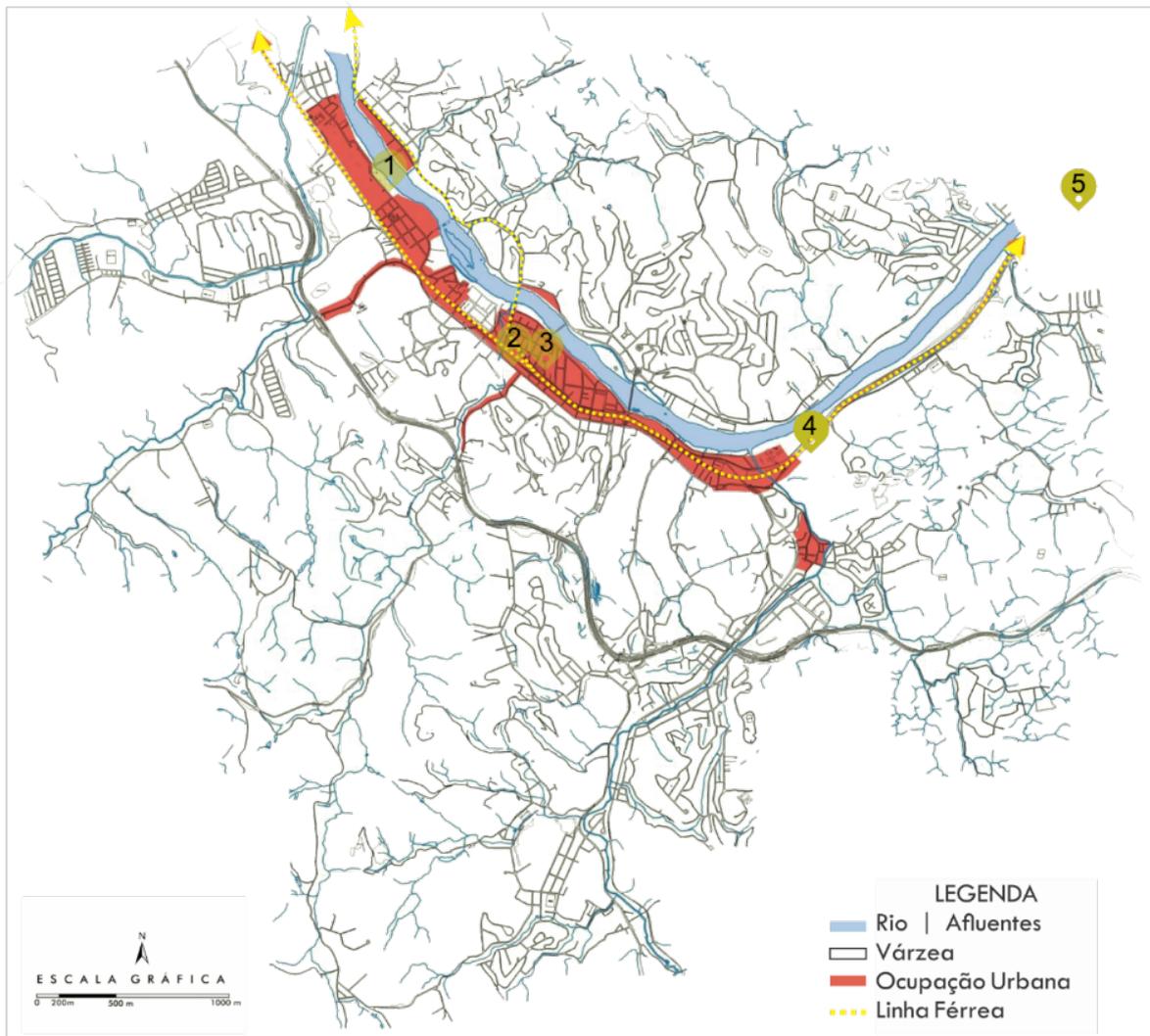


Figura 63: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1930 – 1940. Destacam-se a Siderúrgica Barra Mansa (1), a Nestlé (2), Indústria Moinho S.A. (3), Cia Metalúrgica Barbará (4) e CSN (5).
 Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2016

Com o início da industrialização, o Estado passa a ser o principal agente da transformação urbana. Consideramos que a expansão da CSN, a emancipação de Volta Redonda, o início do funcionamento da Vila Operária da Cia Metalúrgica Barbará e a implementação da Rodovia Presidente Dutra, foram os grandes projetos norteadores da expansão da mancha urbana na década de 1950, conforme evidencia as figuras 64 e 65. No entanto ressaltamos que a inserção das plantas industriais não foi acompanhada por políticas públicas urbanas que visassem atender o crescimento demográfico. Ao contrário, os planos e investimentos objetivavam atender às demandas de infraestrutura da indústria, promovendo arranjos sociais, ambientais e urbanos, com a intenção de atender aos interesses do capital. De fato, percebemos que o capital instrumentaliza o Estado para que este produza o território de acordo com seus interesses.

Ao analisarmos o mapa da década de 1950 (Fig. 64) é possível identificarmos novas aglomerações urbanas que surgem sem um planejamento explicitado, sendo conduzidas por agentes imobiliários, em sua maioria antigos donos de fazendas loteadas para especulação. A margem esquerda do Rio Paraíba começou a ser adensada nesse período, a construção da Ponte Ataulpho Pinto dos Reis e o loteamento da fazenda Ano Bom contribuíram para esse adensamento; já no outro extremo, subindo o Rio Paraíba, os bairros Vila Nova e Vista Alegre eram formados, em sua maioria por trabalhadores da Siderúrgica Barra Mansa.

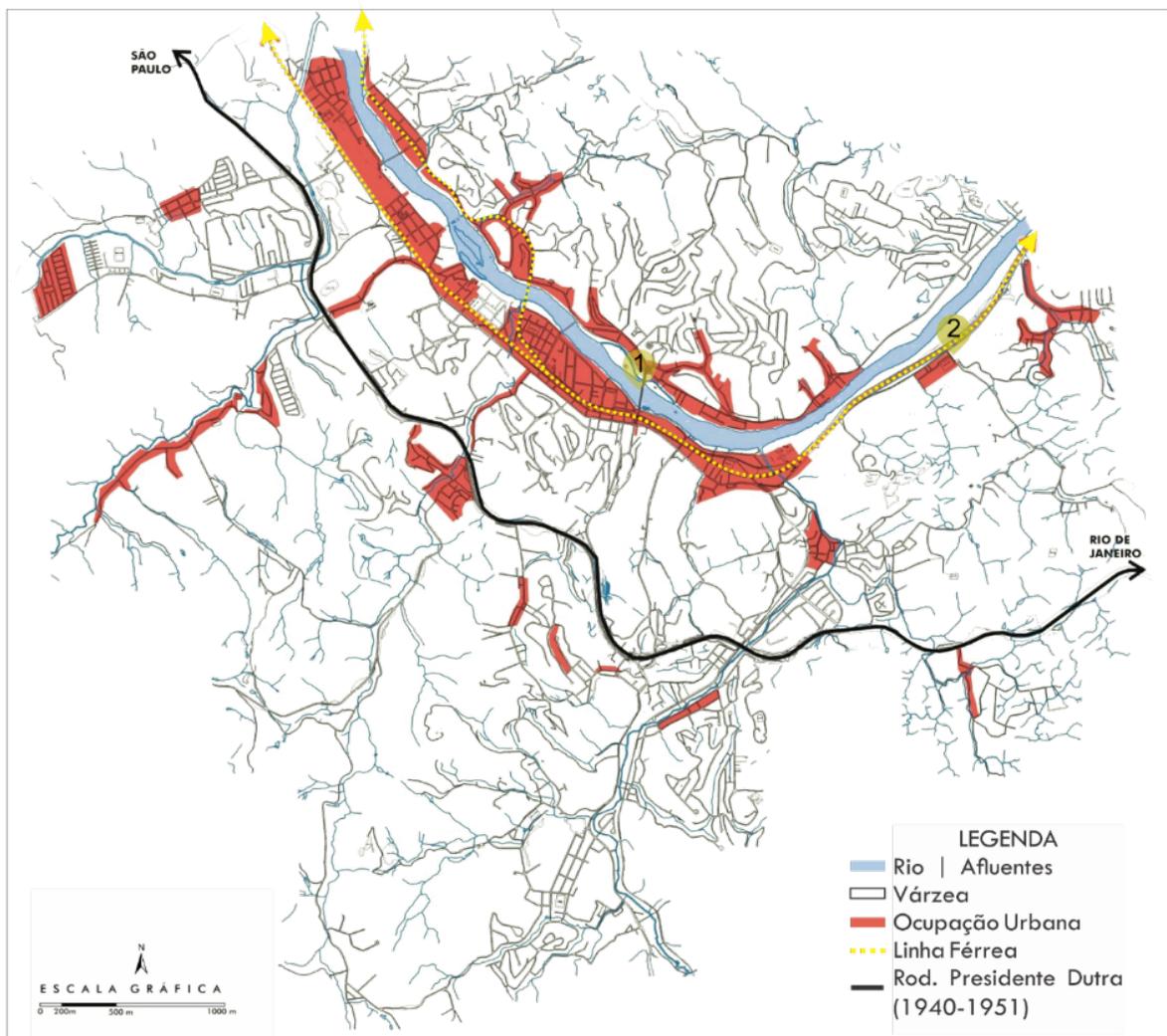


Figura 64: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1950. Destacamos, Ponte Ataulpho Pinto dos Reis (1) e Vila Operária Barbará (2).

Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2016

A população barramansense continuou a crescer na década de 1960, no entanto as indústrias não conseguiram suprir toda a mão de obra disponível, gerando uma taxa de desemprego elevada. Esta ausência de capital e movimentação financeira na cidade por parte significativa da população, refletiu na forma de expansão do tecido urbano, pois a busca por fixar moradia próximo a infraestrutura urbana, levou a ocupações irregulares ao longo das

margens do Rio Paraíba e de seus afluentes, bem como em encostas. O caminho primitivo, destacado na figura 65, que tradicionalmente ligava a cidade do Rio de Janeiro a São Paulo também passou a ter seus arredores ocupados.

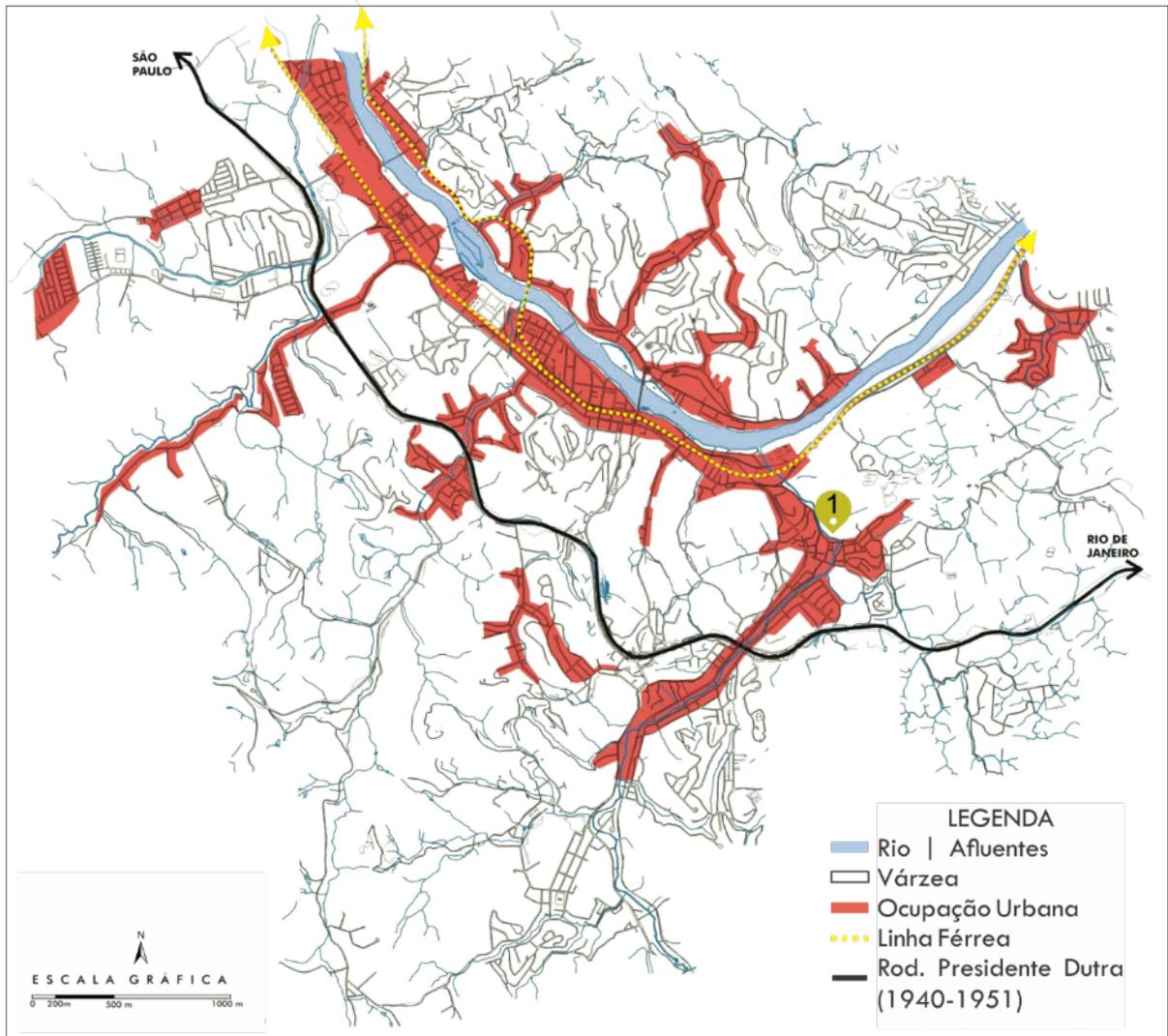


Figura 65: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1960. Destacamos, a ocupação ao longo do caminho primitivo (1).

Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2016

A década de 1970 foi marcada pelo início da construção da Ferrovia do Aço, que resultou em mais um período de crescimento populacional, adensando sobremaneira a margem da ferrovia (Fig. 65), principalmente no bairro Roberto Silveira, onde se encontravam as oficinas e o seu pátio de manobra. Já contando com uma população urbana de 101.680 habitantes, data dessa época o primeiro instrumento legal de controle urbano, o Código de Obras, aprovado em 1973. Apesar de ser apresentado como um documento moderno à época, no que tange ao zoneamento do solo urbano, o Código se mostra reducionista e permissivo,

apresentando o zoneamento da área urbana com três zonas de uso exclusivo: os Bairros Comerciais, Bairros Residenciais e Bairros Industriais:

Os Bairros Comerciais – Eram a Área Central e “todos os demais logradouros dos Bairros da Cidade”, onde tudo, exceto as zonas delimitadas de uso residencial exclusivo, era comercial, abrigando atividades urbanas e fabris;

Os Bairros Residenciais – Limitados aos Bairros de Fátima, Santa Rosa e Verbo Divino;

Os Bairros Industriais – Ao longo do Rio Paraíba do Sul, pelas margens esquerda e direita, nas áreas ao longo da Rodovia Presidente Dutra, nas áreas da variante do DNER, de acesso à Volta Redonda e, naturalmente, nas áreas onde já existiam indústrias. (PLHIS, 2011, p.69)

Com exceção dos bairros residenciais, limitados onde se encontrava instalada a população de maior poder aquisitivo, na área urbana do município se conjuga o uso do solo indiscriminado, fator que reflete nas demandas atuais da cidade por mobilidade e espaços livres de lazer. Neste período, o Rio Paraíba do Sul e seus afluentes tiveram suas margens adensadas por ocupação danosa (Fig. 66); o despejo de esgoto doméstico e industrial ocorria sem controle ou tratamento adequado, havendo uma evidente ausência de controle público sobre os recursos hídricos do município. A paisagem urbana é transformada por completo de maneira impactante, as casas e quintais dão lugar a um adensamento desordenado dos lotes e a verticalização “sufocou” as construções do período histórico de surgimento da cidade, que porventura, foram preservadas.

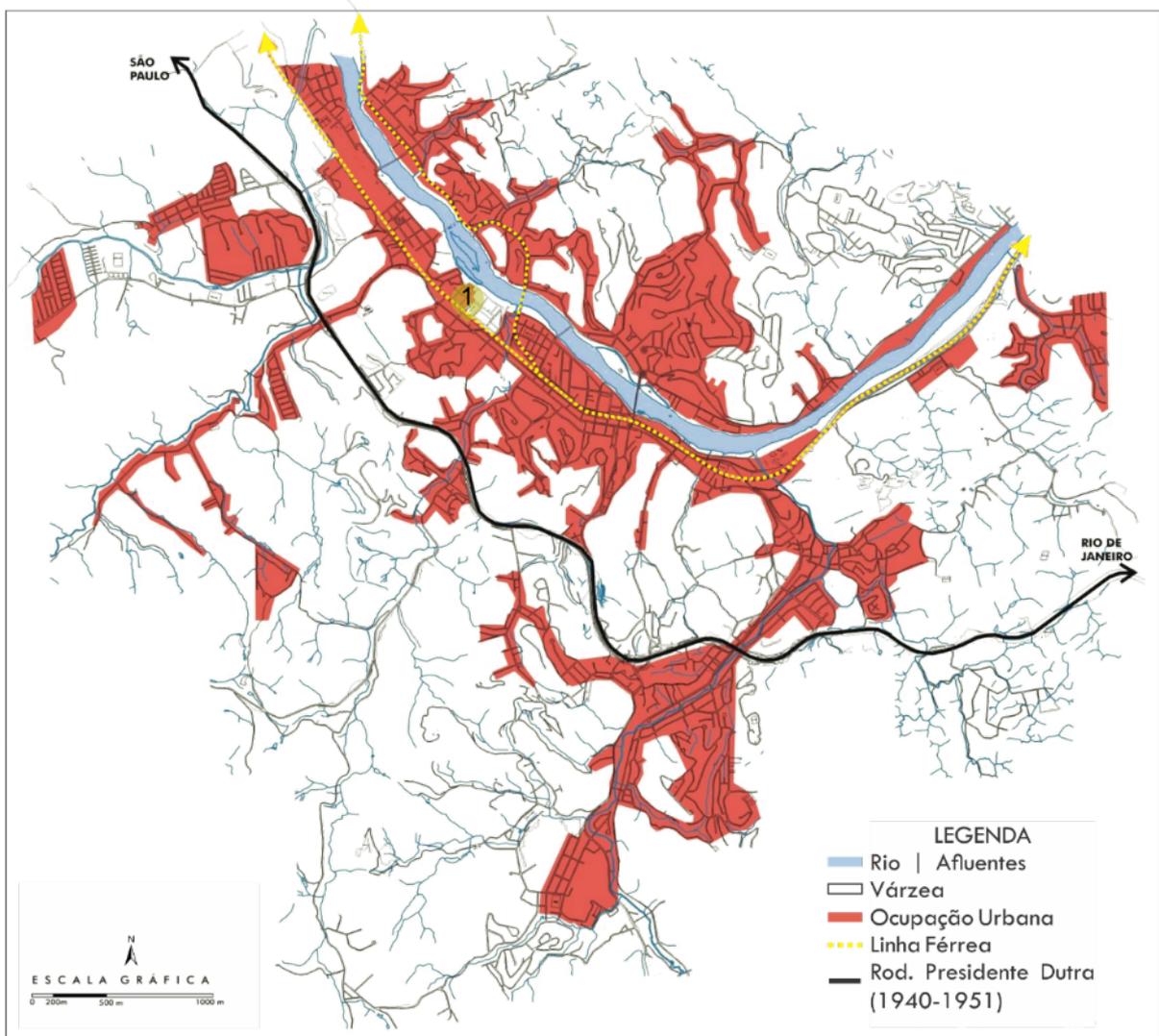


Figura 66: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1970. Destaque para o Bairro Roberto Silveira (1)
 Fonte: Moreira, 2014. Adaptado por: Leão, 2016

O traçado urbano longitudinal ao longo do Rio Paraíba do Sul, que deu origem ao município, não mais se apresenta de maneira clara, conforme observamos na Figura 67, e passa a se direcionar tentacularmente ao longo das estradas. Na década de 1980 é promulgada uma lei específica de parcelamento do solo urbano, a Lei Municipal nº. 1.575/1980, que definiu como área de expansão urbana “toda área não parcelada e passível de parcelamento para fins urbanos”, demonstrando mais uma vez a permissividade relacionada à ocupação do solo. Em 1984, essa lei é alterada, porém apenas com a modificação de alguns artigos do antigo Código de Obras, não resultando em mudanças no que tange ao zoneamento e parcelamento do solo.

Nesse cenário de evolução do tecido urbano, os elementos naturais estruturantes da paisagem, a hidrografia e o relevo, são impactados negativamente pelas transformações na morfologia da cidade. A vulnerabilidade social e ambiental de uma parcela significativa da população torna-se evidente com as encostas de morros, mesmo aqueles com elevada

declividade, antes não ocupados, agora adensados, assim como as margens dos afluentes do Rio Paraíba do Sul.

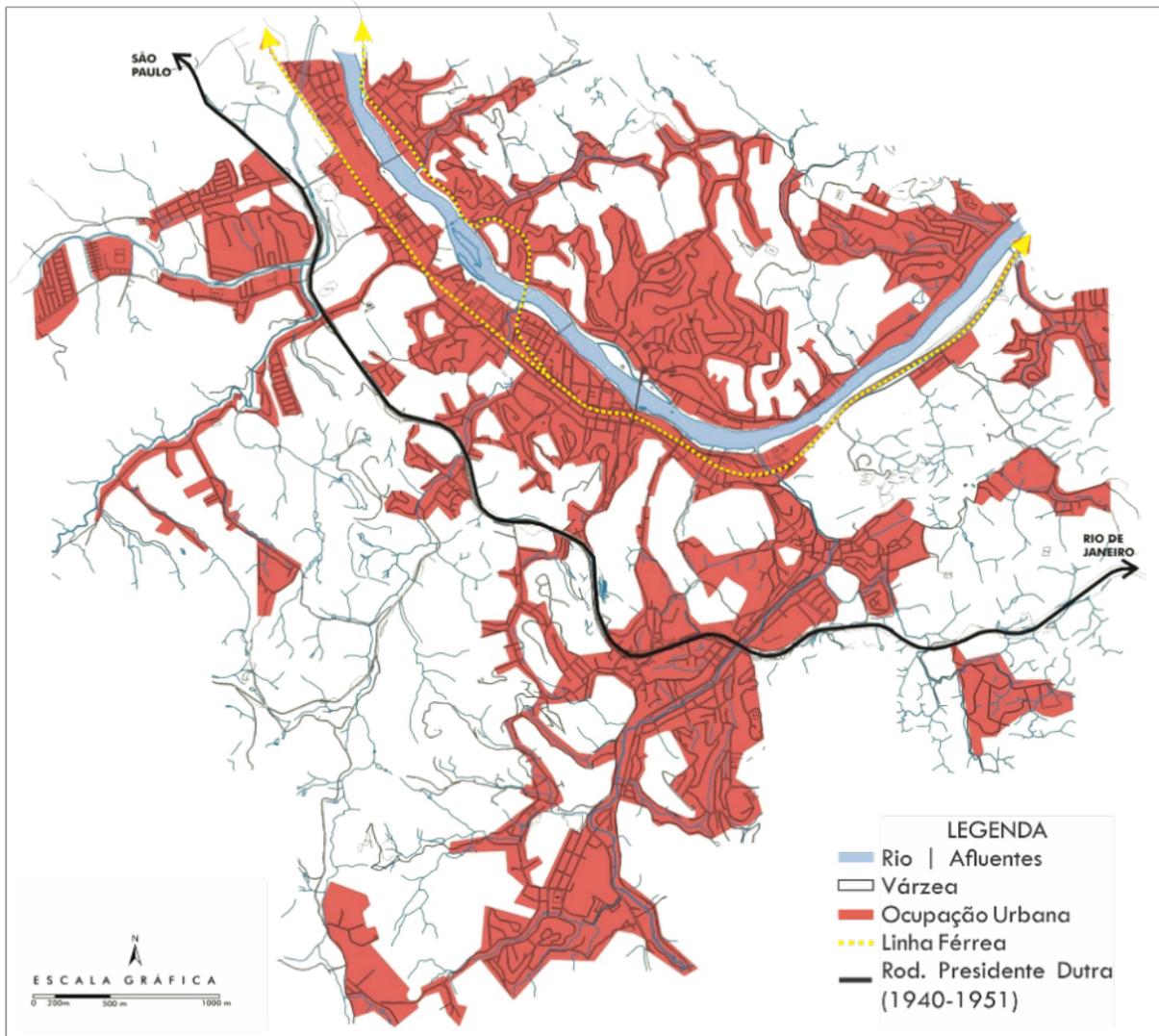


Figura 67: Ocupação territorial de Barra Mansa, 1980 a 2000
Fonte: Moreira, 2014. Modificado por: Leão, 2016

Em 1992, é aprovado pela Câmara Municipal o Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento (Lei Complementar 004/92), um dos primeiros do Estado do Rio de Janeiro elaborado com a participação da sociedade. (Fig. 68).

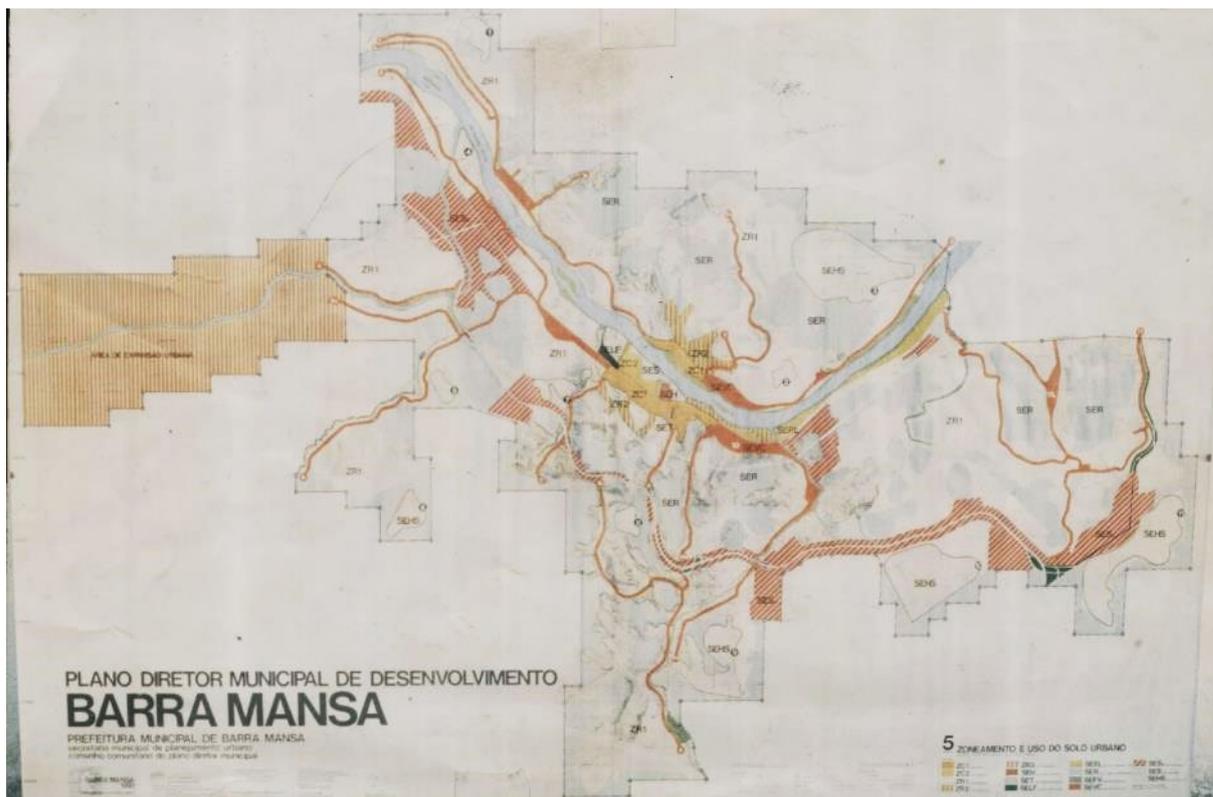


Figura 68: Mapa: Zoneamento urbano de Barra Mansa, 1992

Fonte: PMBM

Nesse sentido o novo zoneamento propõe:

Art.5º - Para efeito de aplicação da Lei de Zoneamento e Uso do Solo, a área urbana será dividida em 2 (dois) tipos de zonas e 10 (dez) tipos de Setores Especiais de Uso e Ocupação do Solo, conforme conceituado, constante no Mapa de Zoneamento e Uso do Solo, parte integrante desta lei:

I – Zona Central 1 e 2 – ZC1 – ZC2;

II – Zona Residencial 1, 2 e 3 – ZR1, ZR2 e ZR3

III – Setor Especial Histórico – SEH;

IV – Setor Especial de Transição – SET;

V – Setor Especial Linha Férrea – SELF;

VI – Setor Especial Paisagístico e de Lazer – SEPL;

VII – Setor Especial de Reflorestamento – SER;

VIII – Setor Especial de Fundo de Vale – SEFV;

IX – Setor Especial de Vias Coletoras – SEVC;

X – Setor Especial de Serviços – SES;

XI – Setor Especial Habitação Social – SEHS;

XII – Setor Especial de Saúde – SES.

Parágrafo Único – As Zonas e Setores Especiais são delimitados de forma preferencial por vias públicas, cursos d'água, divisas de lotes ou divisas municipais. (LC 006/92, p.5)

Percebemos que houve uma ampla aprovação de loteamentos, sem exigências de adequação de infraestrutura, assim como constantes planos de arruamentos sucedendo-se como fases de um grande processo de ocupação urbana. O Plano Diretor de 1992 considerou a organicidade do município para estabelecer o zoneamento, dessa forma podemos dizer que em vez de planejamento, foi realizada uma organização ou, ainda, uma planificação do cenário urbano e rural já existente, colocado no papel.

Durante a gestão municipal de 1997-2000, houve a tentativa de revisão do Plano Diretor. Em entrevista concedida a nossa pesquisa, o então Secretário de Planejamento, relatou que, na época, contactou o Instituto Pólis através de Jorge Kayano. Informou ainda que a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik havia se interessado pelo projeto de revisão do Plano, mas motivos políticos impediram a contratação do serviço.

Raquel despencou de São Paulo até aqui e nós rodamos a cidade, da Vista Alegre até o Nove de Abril, do Getúlio Vargas até a Colônia. Os quatro cantos da cidade. Mas no final não consegui contratar os serviços, pois o corpo técnico da prefeitura reagiu de tal forma, que não conseguimos o assessoramento da Raquel Rolnik. (CASTRO, em entrevista no dia 20/02/2020).

Em seu relato, Castro acrescentou que a reação foi pela ameaça de alguém de fora da realidade local em realizar uma tarefa que caberia aos técnicos, exclusivamente, não cabendo interferências externas. Não se dispuseram a trabalhar colaborativamente e perdeu-se a chance de realizar um Plano sob a liderança de Raquel Rolnik.

Após a promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, houve uma nova tentativa de revisar o Plano Diretor, sendo contratada em 2002 uma consultoria para realização de diagnóstico e posterior revisão do Plano. No entanto, a intenção não foi levada adiante, sendo realizado somente o diagnóstico, que não chegou a ser utilizado.

Com várias tentativas frustradas, somente em 2006 a gestão municipal conseguiu efetivar a revisão do Plano Diretor de 1992, quatorze anos depois de sua promulgação. Em

entrevista, o Arquiteto Carlos Baião²¹, que compõe o quadro técnico da prefeitura, nos revelou que a versão inicial do Plano Diretor de 2006 foi realizada pelo arquiteto Ruben Pesci, presidente da *Fundación CEPA (Centros de Estudios y Proyección del Ambiente)*, na Argentina. No entanto, quando foi para a votação na Câmara Municipal o Plano foi bastante modificado, chegando a perder suas premissas iniciais. Infelizmente não obtivemos acesso ao Plano Diretor original, mas conseguimos o mapa abaixo (fig. 69), produzido pela *Fundación CEPA* e disponível no seu portfólio online:

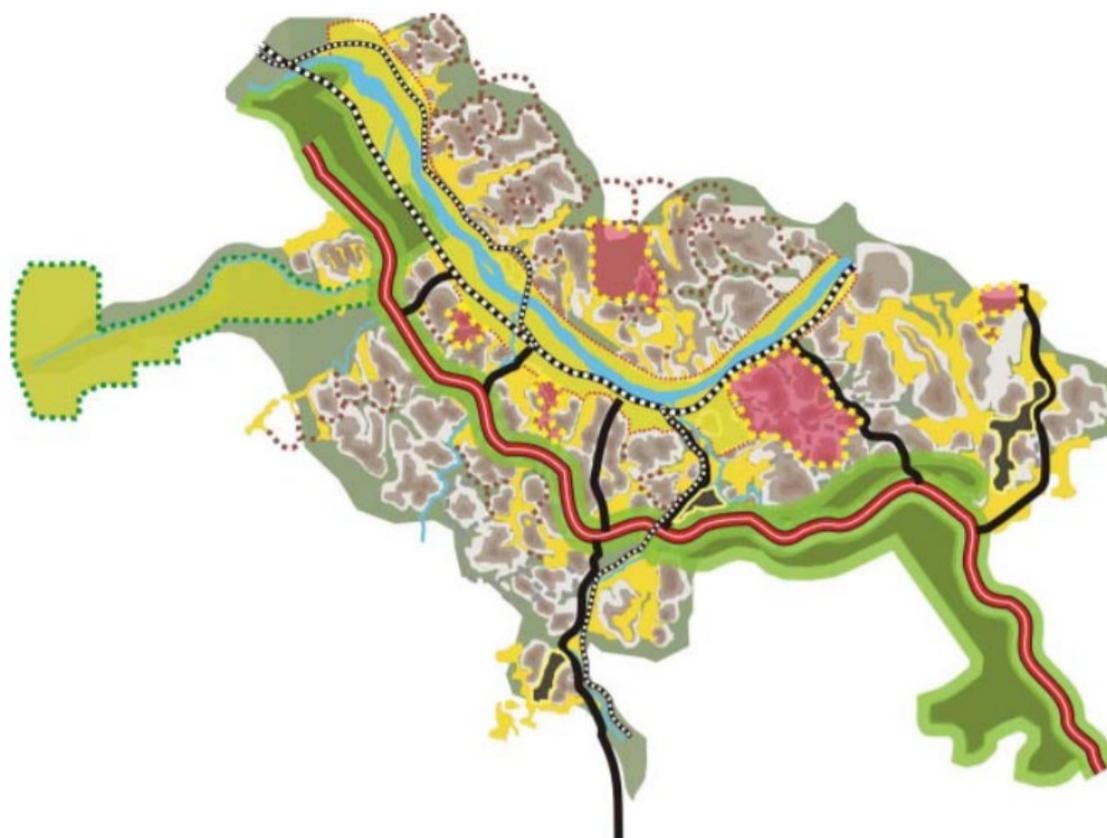


Figura 69: Mapa da zona urbana de Barra Mansa desenvolvido pelo Arquiteto Ruben Pesci

Fonte: Fundación CEPA. Disponível em:

http://www.fundacioncepa.com.ar/libros/Difusion/CVCEPA.pdf?fbclid=IwAR2uM3hxIyFXmSxPJla-Oj2N_57E-R2xCeDza6r1bk0FniYLUrgdWTmYVC8

Apesar das modificações efetuadas pela Câmara Municipal, o Plano Diretor de 2006 representa um arcabouço jurídico positivo, objetivando a busca pelo significado da cidade, buscando torná-la atrativa e contemporânea, conhecendo suas fraquezas e potenciais chances.

²¹ Carlos Antônio de Almeida Baião, Arquiteto e Urbanista, Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Geraldo Di Biase, Projetista na Companhia Brasileira de Projetos Industriais (1986-1986), no setor público atuou como Arquiteto Urbanista no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Volta Redonda (IPPU-VR) de 1986-1989, bem como no Consórcio para o Desenvolvimento do Vale do Paraíba (CODIVAP) entre 1989 e 1990. Em Barra Mansa trabalhou como cargo comissionado na PMBM na área de Planejamento Urbano entre 1997-2001, como Coordenador da Secretaria de Habitação da PMBM durante a gestão de 2013-2016, e atualmente exerce o cargo de Gestor de Projetos.

Isso resultou em propostas ajustadas às peculiaridades identificadas em cada localidade. O Plano Diretor, ainda que teoricamente, levou em conta a cidade real, para além daquela contida nas leis e planos anteriores:

Reconhecido o desenho básico proporcionado pelo diagnóstico e estabelecendo um Macrozoneamento que define, em critérios gerais, as suas oportunidades de desenvolvimento, foram produzidas legislações e detalhamentos do uso do solo, estabelecendo o seu zoneamento. Após o processo participativo e discutido os seus conteúdos, aprovaram-se as legislações referentes ao Plano, na Câmara Municipal e, no âmbito do Conselho da Cidade, aprovou-se uma Resolução específica, consolidando-se o consenso legal. (PLHIS, 2011, p. 83)

Desta forma, a gestão municipal aprimorou sua legislação urbanística, regulamentando os programas e projetos do Plano Diretor. No entanto, ressaltamos que ainda há muitos instrumentos e planos especiais que carecem de regulamentação, no Tabela 5, abaixo, compilamos as principais leis que compõe o arcabouço legislativo urbanístico de Barra Mansa.

Tabela 5: Leis promulgadas após a revisão do Plano Diretor em 2006.

Lei	Assunto
Lei Complementar nº. 49, de 6 de dezembro de 2006	Dispõe sobre o Zoneamento e o Uso do Solo no Perímetro Urbano, na sede do Município de Barra Mansa.
Lei Complementar nº. 50, de 6 de dezembro de 2006	Dispõe sobre o Zoneamento e Uso do Solo na Área Rural e nos Perímetros Urbanos Distritais em Barra Mansa.
Lei Complementar nº. 51, de 6 de dezembro de 2006	Política Municipal de Habitação Popular em Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS;
Lei Municipal nº. 3.618, de 6 de dezembro de 2006	Lei de Desafetação Coletiva de Áreas Públicas Municipais, ocupadas por Núcleos de Posse;
Lei Municipal nº. 3.619, de 6 de dezembro de 2006	Instituição de Regulação para Urbanização e Parcelamento do Solo em Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS;
Decreto Municipal nº. 5.106, de 7 de dezembro de 2006	Regulamenta a outorga da Concessão do Direito Real de Uso;
Decreto Municipal nº. 5.107, de 7 de dezembro de 2006	Regulamenta a Lei Municipal Complementar nº 51- Criação do Programa de Regularização de Loteamentos Irregulares e Clandestinos, elevados à categoria de ZEIS.

Fonte: Autoria própria.

Dessa forma o perímetro urbano do município passa a se configurar pelo seguinte zoneamento municipal (Fig. 70):

Art. 13 – O Perímetro Urbano do Município de Barra Mansa é constituído das seguintes Macrozonas funcionais, de acordo com as especificidades contidas

na Seção I deste Capítulo e compatível com o Mapa do Macrozoneamento, Anexo IV desta Lei, conforme se segue:

- I – Corredor do Rio Paraíba do Sul;
- II – Novas Centralidades;
- III – Bairros Sustentáveis;
- IV – Bairros Residenciais;
- V – Corredor da Rodovia Presidente Dutra;
- VI – Área da Expansão Urbana Qualificadora;
- VII – Áreas Rururbanas (de muito baixa densidade);
- VIII – Corredores de Acesso;
- IX – Macrozona Industrial e Tecnológica;
- X – Setores Especiais;
- XI – Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS.

(Barra Mansa, 2006, p.4)

A Lei Complementar nº 49, que dispõe sobre o zoneamento, define cada macrozona, subdividindo-as em zonas específicas. Já a lei Complementar nº. 51 caracteriza as Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS). Sobre as ZEIS, observa-se que foram delimitadas apenas em áreas já ocupadas e consolidadas, não sendo previstas novas áreas destinadas a habitação de interesse social (HIS), o que se torna problemático para o município, se pensarmos que a maioria das áreas subnormais consolidadas se encontram em áreas fragilizadas ambientalmente, tais como topos de morro, encostas, margens de rios e córregos.

Faltou também, enquanto estávamos lá na Secretaria de Habitação, termos pensado em outras áreas destinadas às habitações subnormais ou de baixa renda, não só nessas áreas demarcadas onde já existiam. (BAIÃO, em entrevista concedida em 14/02/2020).

Ao compararmos o mapa de zoneamento de 1992 e o Mapa das ZEIS de 2006, podemos observar que as áreas de interesse social de 1992 de mantiveram em 2006 e a elas foram acrescentadas novas áreas ocupadas. Não havendo dessa forma um planejamento efetivo que dê conta de novas áreas de Interesse Social. (Fig. 71).

No que tange às estratégias de desenvolvimento urbano, como qualidade urbana, infraestrutura, preservação ambiental, mobilidade, entre outros, alguns programas foram definidos no PDDU, como podemos observar no Artigo 5, abaixo, porém não foram elaborados na forma de lei posteriormente, resultando na não efetivação dos mesmos.

Art. 5º - A estratégia de recuperação da urbanidade e da natureza na cidade, tem por finalidade identificar e potencializar os atributos e patrimônios de Barra Mansa.

§ 1º - Para cumprimento das finalidades desta estratégia, deverão ser desenvolvidos os seguintes programas:

I – Programa Rio Paraíba do Sul e Encostas em Áreas Urbanas;

II – Programa Área Central, Revitalização do Patrimônio;

III – Plano de Mobilidade e Transportes Urbanos;

IV – Plano de Manejo do Rio Paraíba do Sul e afluentes;

V – Plano Urbanístico Específico de Viabilidade e Desenhabilidade Viária da Colônia Santo Antônio;

VI – Planos de Revitalização das Subcentralidades;

VII – Plano de Ordenamento Territorial das Áreas Rururbanas.

§ 2º - Para implementação dos programas indicados no caput deste Artigo e dos programas indicados no parágrafo anterior, deverão ser elaborados os seguintes projetos:

I – preservação e manutenção das áreas ao longo do Rio Paraíba do Sul, do Rio Bananal e do Rio Barra Mansa, e elaboração do Projeto Orla dos respectivos rios, e concomitantemente ao replantio de encostas e áreas degradadas;

II – formação de Banco de Terras Públicas, nas áreas ribeirinhas;

III – espaços livres para o lazer público e coletivo;

IV – preservação do patrimônio histórico e arquitetônico;

V – adequação ferroviária na área urbana e o novo pátio de oficinas, em Anísio Brás;

VI – dar urbanidade às pontes, às orlas e aos trilhos;

VII – prevenção contra enchentes. (BARRA MANSA, 2006, p.2)

A dificuldade em dar continuidade a projetos durante a troca de gestão municipal é um entrave que colabora para a ineficiência dos projetos urbanísticos, como visto nas diversas tentativas de revisão do Plano Diretor de 1992, o que acaba desconfigurando-o como política pública.

Com o intuito de esclarecer o processo histórico do planejamento urbano de Barra Mansa sintetizamos em uma linha do tempo os marcos regulatórios do planejamento em Barra Mansa a tabela abaixo (Tabela 06):

Tabela 6: Histórico da legislação urbanística

Ano	Lei/Plano	Implantado: Sim ou não
1942	Plano de Alinhamento e Arruamento. Arq. Atílio Correa	Não
1972	Plano de Desenvolvimento Integrado de Barra Mansa	Não
1973	Código de Obras – Deliberação nº 1.201/73	Sim
1980	Parcelamento do Solo Urbano – Lei 1575/80	Sim
1982	Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Barra Mansa. - SECPLAN ²² e PMBM	Não
1984	Alteração Lei 1575/80 – Lei 1820/84	Sim
1986	Criação da Secretaria Municipal de Planejamento	
1992	Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento – LC 004/92	Sim
2006	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, 2019

Como resultado das expressivas modificações e expansão do tecido urbano que define Barra Mansa, podemos observar que a transformação demográfica é fator preponderante. A Tabela 7, apresenta quantitativos de aumento populacional entre a década de 1940 até 2019. Percebemos que a evolução demográfica acompanha as diferentes fases econômicas da cidade, e que em dois momentos distintos houve uma queda demográfica, em 1960, devido à emancipação de Volta Redonda em 1954; e em 2000, reflexo da emancipação de Quatis.

²² SECPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 7: Evolução Demográfica do Médio Vale do Paraíba, com destaque para o município de Barra Mansa

Municípios	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2019
<i>Barra Mansa</i>	23.564	34.916	65.000	101.660	154.853	161.723	170.593	177.813	184.412
Volta Redonda	2.782	35.964	88.740	126.805	183.641	260.000	242.063	257.803	273.012
Resende	27.422	34.752	45.797	67.951	101.212	121.000	104.549 ²³	119.769	131.3

Fonte: IBGE e CEPERJ. Elaborado por: Leão 2020

Atualmente os agentes de produção da cidade são, para além do governo, as associações que representam setores da economia municipal, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Associação Comercial, Industrial e Agropastoril (ACIAP), entre outras. As associações de moradores exercem uma influência ínfima na configuração do espaço e nas demandas de planejamento, muitas vezes sendo usadas como trampolim político para aqueles que pleiteiam a vereança ou como apoio eleitoral aos candidatos a prefeito. O ex-Secretário de Planejamento entrevistado afirma que as associações que visam o interesse econômico representam um grande impeditivo para a realização de melhorias urbanas, assim como os interesses privados:

Na verdade, todas as cidades tem planejamento, a diferença é quem é que toca o planejamento. Quem faz o planejamento e pra qual interesse ele está tendendo. Então quando a prefeitura, o poder público, não revisa as leis urbanísticas a partir da ótica de quem mora na cidade, quem faz o planejamento da cidade? As forças políticas que dominam esse quadro político. Não estou dizendo nem que é o prefeito, [...] em algumas cidades é o Sindicato da Construção Civil, em outras é a Associação Comercial, outras é o CDL. [...] Quando o poder público não toma pra si a tarefa de planejar a cidade outros a planejam. O planejamento urbano que se impõe nas cidades é sempre o planejamento dirigido pelo interesse de alguns. E Barra Mansa historicamente foi construída pelo interesse de uma minoria. (CASTRO, em entrevista em 20/02/2020)

Ao analisarmos a qualidade urbana do município é perceptível a desigualdade em termos urbanísticos (de infraestrutura, de oferta de serviços) e sociais, conformando territórios distintos e contrapondo aos indicadores sociais, como o IDHM e o IBEU²⁴. Com base nas entrevistas realizadas fica evidente a má distribuição de projetos e recursos públicos.

²³ Emancipação dos Distritos de Itatiaia e Porto Real, anteriormente pertencente ao município de Resende.

²⁴ Como visto no capítulo 2.1 “O IDHM²⁴ de 0,729 é considerado alto, assim como o IBEU²⁴, que atinge 0,85”

Isso não se rebate no tecido urbano (os indicadores sociais), é um negócio impressionante. Se rebate assim né, você tem alguns bairros um pouco mais consolidados, e que agora as pessoas estão pedindo loteamento com a entrada controlada [condomínios fechados], o que eu acho um absurdo. (BAIÃO, em entrevista concedida em 14/02/2020).

[...] a qualidade de vida da cidade é muito variável. Por isso quando a gente conversa com as pessoas da cidade elas tem visões muito díspares da cidade, parece que são cidades diferentes. E a questão é política, não é técnica nem financeira. [...] Historicamente, na nossa cidade, a gente gasta muito dinheiro onde moram os politicamente influentes. [...] Barra Mansa é uma cidade que parece que existe só entre os dois viadutos, da estamperia ao Jardim Boa Vista, quando chega no Centro pula pro Ano Bom. (CASTRO, em entrevista em 20/02/2020)

A localidade definida como “entre os dois viadutos” se refere a área central do município, formada pela conformação inicial; comprovando assim a irradiação de melhorias urbanas do centro para as bordas.

De acordo com a regulamentação do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor Municipal deveria ter sido revisado em 2016, ou seja, estamos atrasados em quatro anos. Ao analisarmos as condições de vulnerabilidade e desigualdade social no município de Barra Mansa e a implementação das políticas públicas de planejamento, ficam “em xeque as formas de apropriação, expressas no parcelamento do solo urbano e, conseqüentemente, nas formas de uso” (CARLOS, 2018, p. 33).

Por fim, a apresentação da transformação da mancha urbana em Barra Mansa, permite entendermos melhor, como os elementos físicos e naturais foram determinantes na forma como a cidade respondeu aos processos aos quais passou durante as diversas temporalidades, assim como a importância dos agentes e atores na formação da paisagem atual. Percebemos como as políticas urbanas interferem na formação da cidade, ou no caso de Barra Mansa como não interferiram, pois a expansão da mancha urbana se deu de forma quase espontânea e desregulada em alguns pontos; em outros seguiu e foi induzida pelos interesses privados.

Todo o esforço para se adaptar à modernidade da industrialização não apagou os resquícios de uma sociedade barramansense enriquecida pelo trabalho escravo. Dessa forma o município ainda carrega o ônus de um crescimento desigual, haja vista, o déficit habitacional; as carências no saneamento básico e tratamento de esgoto; a falta de oportunidades para aqueles

que não provêm de uma família com sobrenome importante, dentre outros. Assim, o presente capítulo reafirma a necessidade de analisarmos o município sob uma ótica que considere as diferenças e as variadas paisagens e territorialidades.

3.2 Unidades Morfo-Territoriais – desigualdades e contradições do recorte urbano

Nesta seção realizaremos a delimitação das UMTs da UP1 - mancha urbana, a fim de contribuir com a leitura do espaço de modo a orientar futuras proposições e adequações do urbano, bem como responder aos objetivos postulados no capítulo introdutório. A proposta é realizar uma leitura mais aproximada do território, respondendo aos questionamentos quanto a desigualdade urbana presente, ou não, no espaço urbano. Essa nova categorização visa possibilitar, no futuro, outras aproximações ao território, dessa vez analisando cada UMT individualmente.

Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar, nessa análise, as possibilidades de investigação sobre o território, mas sim, a partir do caminho traçado, buscamos nos aproximar e identificar os vários territórios existentes dentro de um mesmo recorte urbano, no caso, o principal núcleo urbanizado de Barra Mansa. Como ponto de partida aproveitamos os mapas apresentados até aqui, procedendo com a análise dos dados obtidos e a inserção de novos elementos, tais como custo do solo e faixas de renda, determinando assim os critérios de delimitação das UMTs. Destacamos que tais critérios foram elaborados de acordo com as informações levantadas durante a pesquisa, podendo ser futuramente acrescidos de mais elementos que possam refinar e aprofundar a delimitação e análise das mesmas.

Frente a influência dos eixos configurados pelo Rio Paraíba do Sul, pela linha férrea e pelas rodovias na formação e estruturação do tecido urbano (fig. 72), podemos denominá-las como linhas de força da paisagem urbana, por vezes sendo incorporadas ao tecido da cidade, por outras, delimitando barreiras ou limites. Dessa forma, consideramos conveniente iniciar a delimitação das UMTs a partir desses elementos, e posteriormente, realizando a análise de sua relação com o entorno. Em seguida, são delimitamos as áreas de planícies aluviais (fig. 73) de acordo com o mapa das microbacias da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul existente no município.

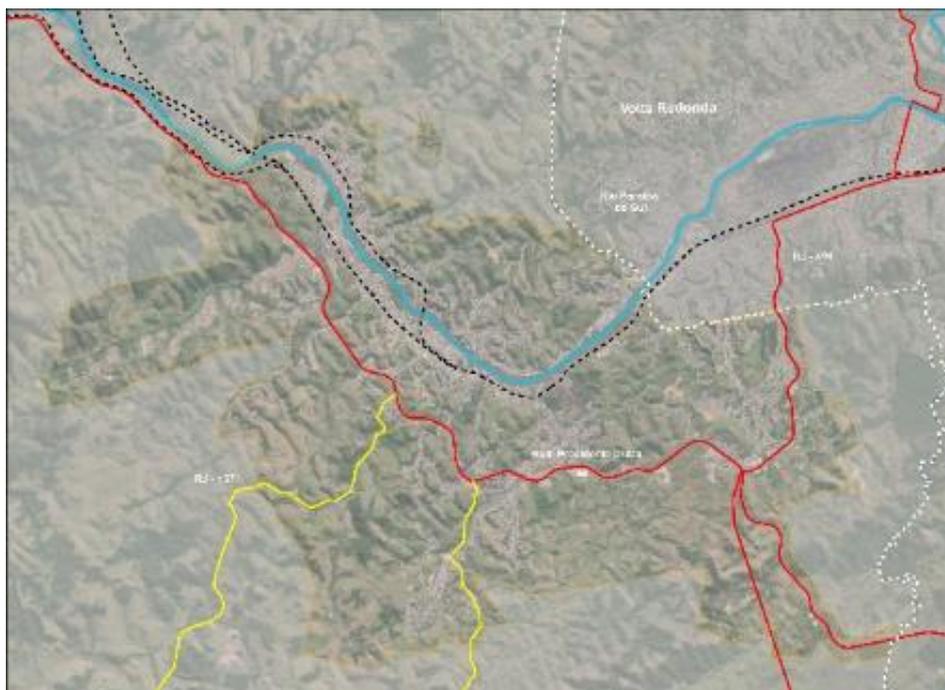


Figura 72: Croqui da UP1 com as linhas de força da expansão da mancha urbana.
Elaborada pela autora

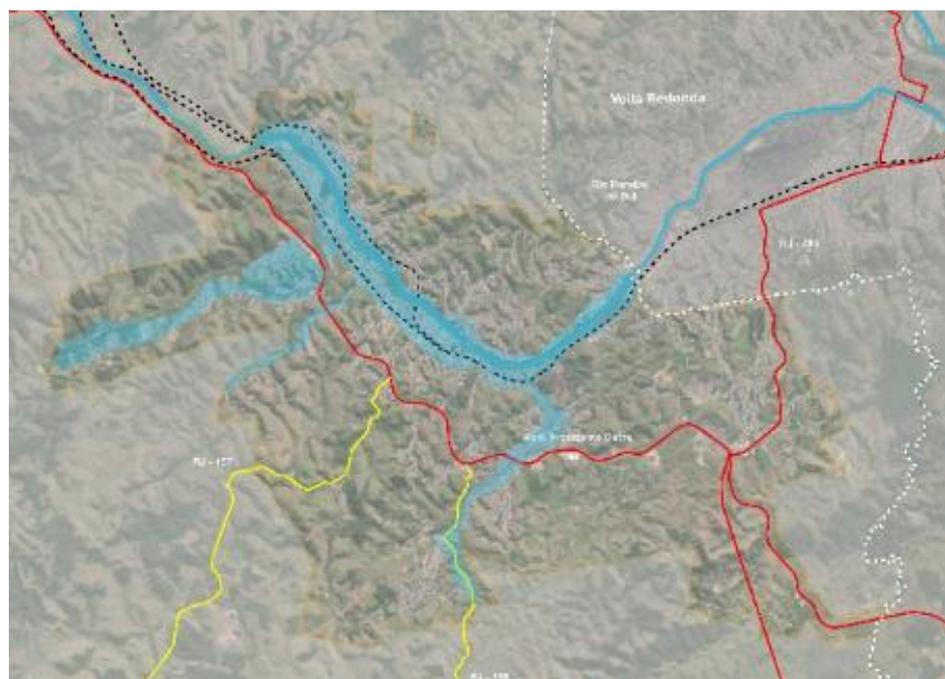


Figura 73: Croqui da UP1 com as linhas de força da expansão da mancha urbana, acrescido em mancha azul das áreas de planície.
Elaborada pela autora

Podemos reafirmar nesse momento a densa ocupação urbana nas áreas de planície, com a mancha urbana se espalhando de forma tentacular sobre as áreas de menor declividade. Torna-se evidente, que a expansão da mancha urbana a partir do Centro ao longo e nas duas margens do Rio Paraíba do Sul e a partir daí seguem os vetores definidos pelas rodovias e ferrovia, indicando o crescimento extensivo tentacular.

O próximo elemento que utilizamos na delimitação das UMTs foi o custo do solo urbano (fig. 74). Por meio desse dado é possível mapear os territórios mais valorizados, traçando assim uma leitura socioeconômica das áreas delimitadas. O custo do solo foi obtido a partir de levantamento/análise de dados obtidos junto à prefeitura e páginas digitais de compra/venda de imóveis²⁵. Nesse caso, consideramos conveniente sobrepor a delimitação de custo do solo sobre o mapa de renda média (Fig. 75) mensal por pessoa, obtido a partir dos dados do censo de 2010 (IBGE, 2020).

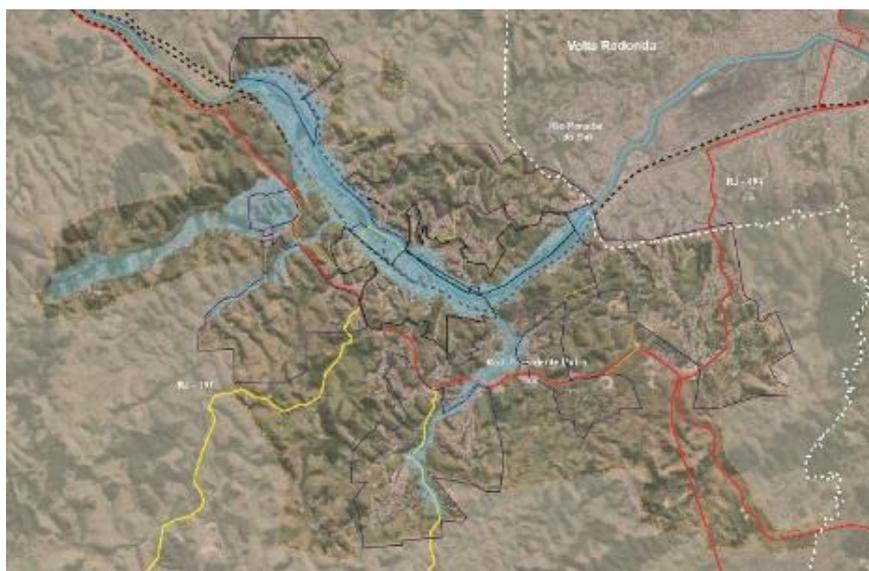


Figura 74: Croqui da UPI acrescido das linhas de custo do solo urbano.
Elaborada pela autora

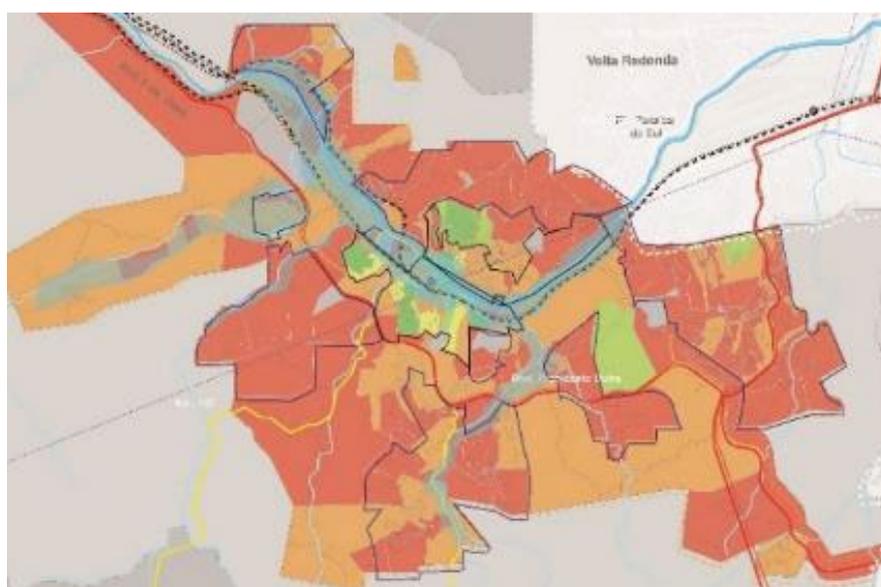


Figura 75: Croqui da UPI Com a sobreposição do custo do solo urbano com o mapa de renda.
Elaborada por Gedur. Modificado pela autora

²⁵ Os valores obtidos foram retirados principalmente do Mapa Genérico de Valores, inserido como anexo no código tributário do município; como o documento data de 2009 achamos importante sua confrontação com os valores encontrados em sites atuais de compra e venda de imóveis, como Imóvel Web e OLX.

Com a análise foi possível identificar e especializar as áreas nas quais o custo do solo e a renda se equiparavam e enfatizar aquelas que se apresentaram distintas. Lançamos mão do conhecimento empírico sobre o objeto de análise para ajustar as delimitações dentro dos critérios pré-estabelecidos. Tornou-se assim possível observarmos uma maior concentração de pessoas com baixa renda, indicada em vermelho no mapa de renda (Fig. 75) na medida em que a mancha urbana avança para as áreas com relevo mais acidentado; já a parcela da população com maior riqueza, indicada no mapa em verde escuro, se mantém estabelecida na área central. A disparidade entre as áreas vermelhas e verdes é marcante, o que corrobora com a nossa hipótese de que o município apresenta uma desigualdade que não se reflete nos índices sociais. O índice Gini de Barra Mansa em 2010 era de 0,48, sendo que a porcentagem de pessoas vulneráveis à pobreza era de 23,04%, o que em números reais representa uma ordem de grandeza de 42 mil pessoas em situação de vulnerabilidade.

Através dos critérios acima delineados, chegamos à delimitação preliminar das unidades morfo-territoriais. Consideramos preliminar pois, na medida em que a caracterização e análise de cada UMT avança, é possível ainda o refinamento da delimitação. Acreditamos que para alcançar um desenvolvimento urbano que seja responsivo às demandas da sociedade é preciso lançarmos mão de novas formas de tratar a questão urbana. Tomamos como exemplo o que Ascher (2010) denomina *neourbanismo*, que tem como ponto chave sua característica reflexiva, onde o conhecimento e a informação são produzidos antes, durante e depois da ação, fator que, em nossa análise, contribui para um processo contínuo de planejamento urbano integrado, abrangente e socialmente inclusivo.

Assim, através do processo apresentado, identificamos vinte e nove (29) unidades morfo-territoriais (UMTs) contidas na Unidade de Paisagem 1 (UP1 – Mancha urbana), conforme figura 76. Tal delimitação considerou as linhas de força da ocupação urbana, a topografia, as microbacias, o custo do solo urbano e a renda média per capita.

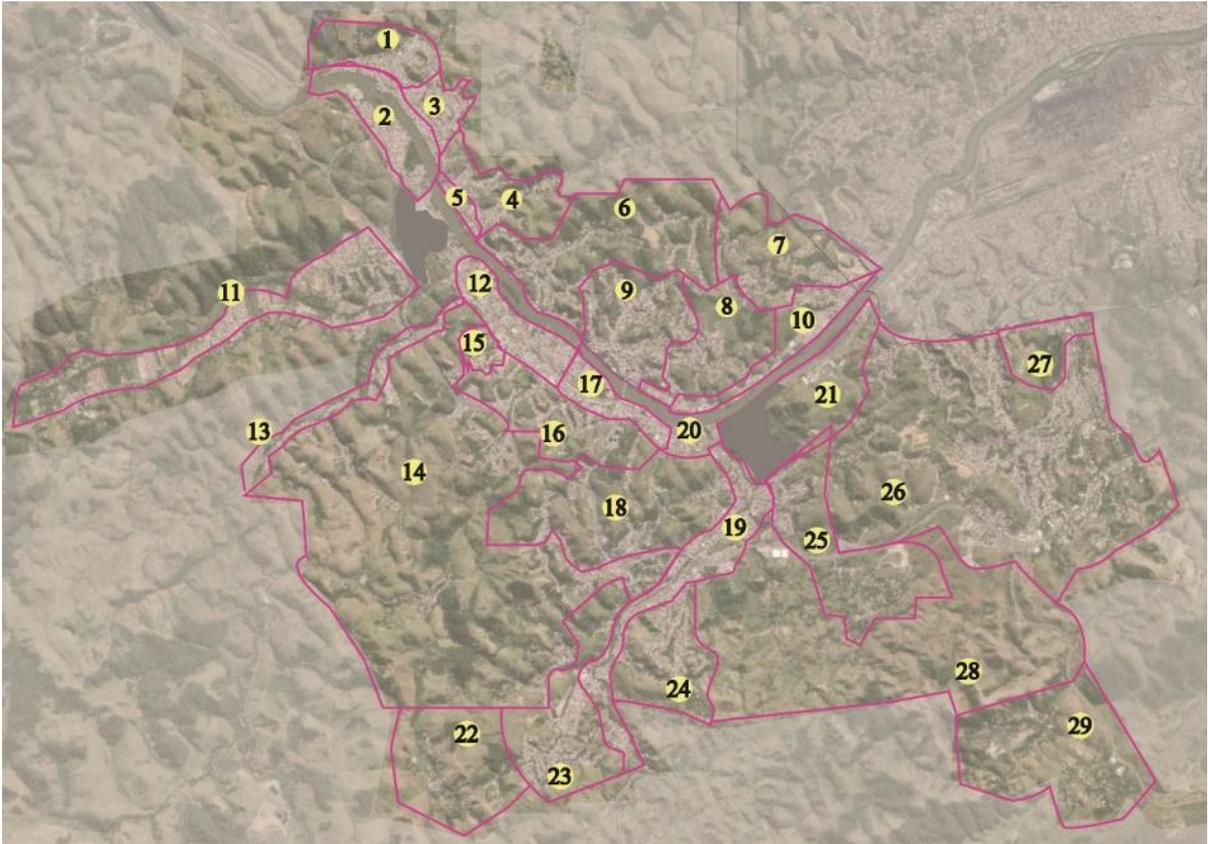


Figura 76: Delimitação das Unidades Morfo-territoriais da UP1

Fonte: Elaborado pela autora sobre base Google Earth.

O processo de delimitação das UMTs em complementação à pesquisa documental do recorte em análise nos levou à compreensão dos processos de produção do espaço urbano, respondendo aos anseios de entendimento dos fatores que constituem a forma urbana. No entanto, se faz necessário a contínua reflexão sobre o espaço, de modo a descortinar as características de cada UMT.

Com o intuito de iniciar o aprofundamento no entendimento das UMTs, apresentamos a seguir os levantamentos e análises realizados até o momento, compilados em forma de tabela, apresentando os bairros que compõem cada UMT; a população de cada bairro; a relação da UMT com as linhas de força ou vetores de expansão. Sistematizamos também a média de renda per capita, que foi dividida entre baixa (R\$ 68,00 à R\$998,00), média (R\$ 998,01 a R\$2994,00) e alta (R\$2994,01 a R\$6069,00); e o custo do m² do solo urbano, também dividido em baixo (R\$ 2,04 à R\$12,21), média (R\$ 12,22 a R\$50,27) e alta (R\$50,28 a R\$132,29).

Tabela 8: Quadro síntese das informações das UMTs de 1 a 8.

Unidades Morfo-territoriais - Caracterização													
UMT	Bairros Abrangidos	População	Relação com as linhas de força			Existência de Loteamentos Irregulares	Existência de Núcleos Favelados	Renda média per capita			Custo do solo (m2)		
			Rodovia	Rio	Linha Férrea			Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
1	Vista Alegre	3.845	-	Limite	Barreira	2	2	X			X		
	Airuroca	2.484											
	Belo Horizonte	1.836											
2	Vila Maria	5.012	-	Limite	Barreira	5	1	X			X		
	Vista Alegre	3.845											
	Jardim Vista Alegre	4.851											
	Saudade	2.035											
	Vila Nova	8.082											
3	Vista Alegre	3845	-	Limite	Barreira	1	-		X			X	
4	Vila Nova	8082	-	-	Barreira	1	-	X				X	
	Vila Coringa	6.338											
	Vila Brígida	728											
5	Vila Nova	8082	-	Limite	Barreira	-	-		X			X	
	Vila Brígida	728											
6	Vila Brígida	728	-	-	Barreira	3	-	X			X		
	Vila Coringa	6338											
	Santa Rosa	1.631											
	Santa Izabel	895											
	Getúlio Vargas	2.529											
7	São Francisco de Assis	2.072	-	-	-	1	3	X			X		
	Getúlio Vargas	2529											
	Vale do Paraíba	1.893											
8	Ano Bom	11.241	-	-	-	1	2		X			X	
	Vila Orlandélia	3.052											

Elaborado pela autora

Tabela 9: Quadro síntese das informações das UMTs de 9 a 14.

Unidades Morfo-territoriais - Caracterização													
UMT	Bairros Abrangidos	População	Relação com as linhas de força			Existência de Loteamentos Irregulares	Existência de Núcleos Favelados	Renda média per capita			Custo do solo (m ²)		
			Rodovia	Rio e Afluentes	Linha Férrea			Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
9	Santa Rosa	1.631	-	Limite	-	-	4			X		X	
	Residencial Cristo Redentor	617											
	Vila Orlandélia	3052											
10	Ano Bom	11241	-	-	-	-	6	X				X	
	Delgado	465											
11	Colônia Santo Antônio	6.601	Limite	Limite	-	1	3		X			X	
	Morada da Colônia II	455											
	Vila Ursulino	1.684											
	Nova Esperança	2.108											
	Santa Maria II	2.242											
	Bocaininha	1.131											
12	Bocaininha	1131	-	Limite	Barreira	2	2		X			X	
	Bom Pastor	326											
	Jardim Boa Vista	1.866											
13	Siderlândia	3.118	Barreira	Barreira	-	1	1	X			X		
	Cantagalo	1.175											
	São Vicente	565											
14	Nossa Senhora de Fátima	247	Limite	-	-	4	6	X				X	
	São Vicente	565											
	Cantaglo	1175											
	São Domingos	470											
	São Silvestre	804											
	Vila Independência	2.972											
	Jardim América	2.866											
	Monte Cristo	1.113											
	São Luiz	1.705											
	Cotiara	1.442											
Jardim Marilú	863												

Elaborado pela autora

Tabela 10: Quadro síntese das informações das UMTs de 15 a 22.

Unidades Morfo-territoriais - Caracterização													
UMT	Bairros Abrangidos	População	Relação com as linhas de força			Existência de Loteamentos Irregulares	Existência de Núcleos Favelados	Renda média per capita			Custo do solo (m ²)		
			Rodovia	Rio	Linha Férrea			Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
15	Jardim Boa Vista	1.866	-	-	-	-	-			X			X
16	Verbo Divino	783	-	-	-	1	1			X			X
	Cotiara	1442											
	Centro	8.346											
	Estamparia	2.276											
17	Centro	8.346	-	Limite	Barreira	-	-			X			X
	Estamparia	2.276											
	Roberto Silveira	2.721											
18	Monte Cristo	1.113	Barreira	-	-	1	2		X				X
	Jardim América	2.866											
	Vila Independência	2.972											
	Centro	8.346											
	Apóstolo Paulo	477											
19	Apóstolo Paulo	477	Barreira	Barreira	-	2	4	X					X
	Boa Sorte	5.028											
	São Luiz	1705											
	Nova Esperança	2108											
	Jardim Primavera	778											
	Santa Clara	2569											
	Presidente Dutra	765											
	Goiabal	689											
20	Estamparia	2276	-	Limite	Barreira	-	1		X				X
21	Barbará	88	-	Limite	Limite	-	-		X				X
	Vila Elmira	2.056											
22	Jardim Marilú	863	-	-	-	1	-		X		X		
	Santa Lucia	3.012											

Elaborado pela autora

Tabela 11: Quadro síntese das informações das UMTs de 23 a 26.

UMT	Bairros Abrangidos	População	Relação com as linhas de força			Existência de Loteamentos Irregulares	Existência de Núcleos Favelados	Renda média			Custo do solo		
			Rodovia	Rio	Linha Férrea			Baixa	Média	Alta	Baixa	Média	Alta
23	Santa Lucia	3012	-	Barreira	-	4	7	X			X		
	Goiabal	689											
	Jardim Primavera	778											
	Jardim Marilú	863											
	São Pedro	869											
	Jardim América	2866											
	Vila Independência	2972											
24	Bela Vista	240	-	-	-	3	2	X			X		
	Jardim Primavera	778											
	Santa Clara	2.569											
	Rozelândia	3.099											
	Nova Esperança	2.108											
25	Vila Principal	922	Barreira	-	-	-	1	X			X		
	Piteiras	4.762											
26	Jardim Alice	81	Barreira	-	-	6	12	X			X		
	São Judas Tadeu	897											
	Boa Vista I	1.447											
	Boa Vista II	6.747											
	Boa Vista III	819											
	Jardim Guanabara	557											
	Malvinas	216											
	Santa Rita	1.122											
	São Carlos	939											
	Assunção	487											
	Primeiro de Maio	262											
	Metalúrgico	1.175											
	Nove de Abril	1.991											
	São Sebastião	791											
	Mangueira	2.472											
	Cajueiro	1.936											
Núcleo Residencial Ponta Alta	520												
Paraíso	2.510												

Elaborado pela autora.

Tabela 12: Quadro síntese das informações das UMTs de 27 a 29.

Unidades Morfo-territoriais - Caracterização													
<i>UMT</i>	<i>Bairros Abrangidos</i>	<i>População</i>	<i>Relação com as linhas de força</i>			<i>Existência de Loteamentos Irregulares</i>	<i>Existência de Núcleos Favelados</i>	<i>Renda média per capita</i>			<i>Custo do solo (m2)</i>		
			<i>Rodovia</i>	<i>Rio</i>	<i>Linha Férrea</i>			<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>	<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>
27	Vila Elmira	2.056	-	-	-	1	-		X			X	
	São Sebastião	791											
	Ponte Alta	1.679											
	Minerlândia	282											
	Santa Inês	663											
28	<i>não nominado</i>	<i>s/ dados</i>	Limite	-	-	-	-					X	
29	Moinho de vento	<i>s/ dados</i>	Barreira	-	-	2	-	X				X	

Fonte: Elaborado pela autora.

Com o auxílio das tabelas é possível visualizar a relação das UMTs com os elementos utilizados na sua definição. Nesse momento, apresentamos algumas considerações preliminares da presente pesquisa, a de delimitação das UMTs, indicando assim o trabalho futuro de análise e caracterização de cada uma delas.

O município de Barra Mansa, como vimos até aqui, possui ampla extensão territorial, com mais de 90% de sua área caracterizada como espaços livres de edificações, sendo os restantes 10% representados por núcleos urbanos. O principal é o que concentra quase a totalidade da mancha urbana, aqui considerado a UP-1, e as demais subcentralidades, pequenos aglomerados dispersos em seu vasto território que não chegam a definir uma unidade de paisagem. A análise morfo-territorial se apresenta como possibilidade de leitura do território definido como a mancha urbana principal, delimitando áreas homogêneas e identificando as heterogeneidades. Percebemos tanto na etapa de delimitação quanto na etapa de caracterização que alguns elementos socioeconômicos se repetem nas UMTs. Um dos exemplos mais recorrentes é a presença de núcleos favelados e loteamentos irregulares (Tabela 8, 9, 10, 11 e 12). Ressaltamos que a existência de loteamentos irregulares não está relacionada, obrigatoriamente, ao baixo poder aquisitivo da população residente. Em casos específicos, como o da UMT 16, mesmo irregular, a população residente possui elevado poder aquisitivo, a tipologia edilícia é de alto padrão e aquele recorte espacial possui qualidade urbanística e infraestrutura instalada. Logo, ao identificarmos a existência de loteamentos irregulares ou favelas na UMT torna-se necessário cruzarmos as informações com a renda média per capita a fim de obtermos uma leitura mais realista do território.

Outro fator importante para a análise das UMTs é a relação da unidade com as linhas de força, ou vetores, de expansão urbana e da transformação da paisagem. Nesse sentido, o Rio Paraíba do Sul, a linha férrea e a Rodovia Presidente Dutra, são os elementos principais dessa expansão extensiva tentacular, como visto no 2.4. A mancha urbana principal, designada UP-1, está inserida em área de vale (figura 7), configurando um relevo acidentado com poucas áreas planas e muitas variações de cota, que podem atingir até 120 metros entre a calha do rio e o topo do morro mais alto (figura 77). A linha férrea foi instalada seguindo o perfil do Rio Paraíba do Sul; já o traçado da BR-116, no eixo que perpassa a UP-1, foi implantada ao longo de uma área de vale ou seguindo a topografia em grade, adequada para este tipo de estrada. De toda forma, as linhas se configuram como barreiras ou limites, compondo a paisagem e definindo os vetores ou limites de expansão.

Na presente caracterização, consideramos as linhas somente como barreira, limite ou desconexas da UMTs, mas reforçamos a necessidade de entender como esses elementos interagem com o entorno imediato. Na figura 77 podemos observar como esses elementos estão inseridos em parte da UP-01.

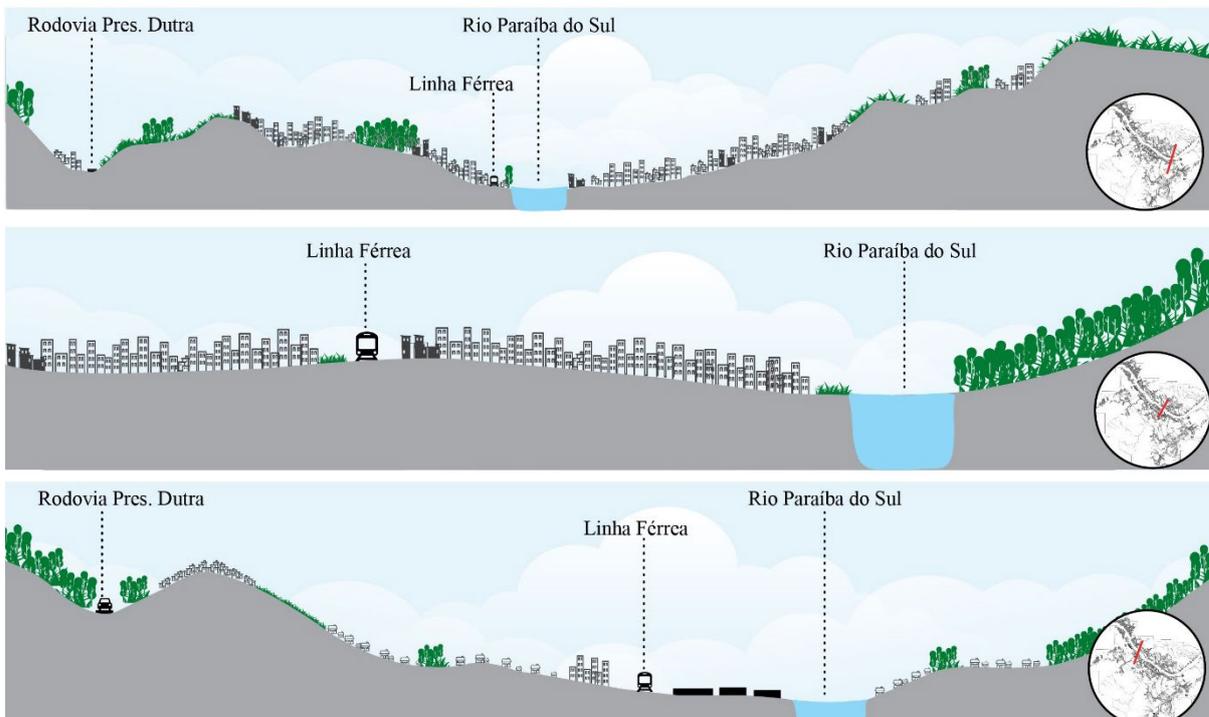


Figura 77: Croqui da topografia do município, evidenciando o relevo acidentado, as ocupações e as linhas de força.

Elaborado pela autora com base no Google Earth

O croqui acima evidencia as ocupações em topos de morros, encostas e nas áreas de proteção permanente. Consideramos fundamental a continuidade da análise das UMTs identificadas, a fim de gerar uma leitura mais precisa do tecido urbano e seus elementos componentes, considerando e entendendo suas especificidades.

Finalizando a presente pesquisa, com o intuito de delinear a continuidade futura das análises, sintetizamos as informações das tabelas 8, 9, 10, 11 e 12 no quadro abaixo, visando facilitar a leitura.

Tabela 13: Síntese das UMTs

Quadro Síntese - Caracterização das UMTs																																	
		Unidades Morfo-territoriais																											Total				
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27		28	29		
<i>Relação com as Linhas de Força</i>	Rodovia										1		1	1				1	1								1	1					9
	Linha Férrea	1	1	1	1	1						1						1			1	1										10	
	Rio	1	1	1		1				1		1	1	1				1		1	1	1		1									13
<i>Existência de Lot. Irregulares</i>		1	1	1	1		1	1	1			1	1	1	1		1		1	1		1	1	1	1		1	1		1		21	
<i>Existência de Núcleos Favelados</i>		1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1		1		1	1	1			1	1	1	1	1				18	
<i>Renda média per capita</i>	Baixa	1	1		1		1	1			1			1	1				1					1	1	1	1			1		13	
	Média			1		1			1		1	1						1		1	1	1	1					1				11	
	Alta								1							1	1	1															4
<i>Custo Médio do Solo</i>	Baixo	1	1			1	1					1	1										1	1	1	1	1	1				11	
	Médio			1	1	1			1			1	1						1	1		1							1	1	1	12	
	Alto								1	1						1	1	1					1										6

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma preliminar, percebemos que em quase todas as UMTs, com exceção das UMTs 15 e 19, devido ao interesse imobiliário e da UMT 21, devido a instalação da planta industrial da Saint Gobain, há a presença de loteamentos irregulares e núcleos favelados, o que evidencia a demanda por políticas públicas voltadas à habitação social.

Destacamos ainda a UMT 17, que é conformada pelo miolo central da UP1. Podemos verificar sua relação com os eixos de expansão da mancha urbana consolidada, o rio e a linha férrea; o alto custo do solo e o alto poder aquisitivo. É uma das poucas UMTs que não apresenta núcleos favelados e nem loteamentos irregulares. Ao compararmos a UMT 17 com a UMT 01 e 26, que corresponde, respectivamente, aos dois extremos do município a noroeste na margem esquerda do rio Paraíba do Sul e a leste na margem direita do rio. Percebemos que conforme a UMT se afasta da área central, a renda média e o custo do solo reduzem, surgindo loteamentos irregulares e núcleos favelados.

Mais uma vez, evidenciamos que a caracterização das UMT's não se esgota na presente pesquisa. Além dessas considerações iniciais, enfatizamos a potencialidade de análise e leitura do território que as UMTs nos proporcionam, se configurando como base para futuras incursões sobre o espaço. Dentre as possibilidades de análise ressaltamos algumas que nos despertam interesse: - a espacialização das informações socioculturais; - a estudo da regularidade da terra; - relação entre os dados socioculturais com as linhas de força da expansão da mancha urbana; - a relação entre sociedade e a água (o rio e seus afluentes); - análise da qualidade urbanística e infraestrutura; entre outros. É válido ressaltarmos também a importância da transdisciplinaridade no entendimento das UMTs, o olhar diferenciado de cada profissional pode impulsionar o entendimento sobre o território, levando a consolidação de práticas e políticas públicas condizentes com as necessidades do lugar.

CONCLUSÃO

Esta Dissertação versou sobre o processo de delimitação das unidades de paisagem (UP) e de unidades morfo-territoriais (UMT) como nova forma de ler o território e o espaço urbano. O caso em estudo foca no município de Barra Mansa, localizado na microrregião do Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro. Neste estudo, endossamos a relevância do método de análise do território baseado na identificação das unidades de paisagem e das unidades morfo-territoriais, bem como a possibilidade de ajuste às várias escalas e níveis de análise. Para além disso, o caminho percorrido até a delimitação das unidades permitiu uma aproximação dos diversos territórios que compõem o espaço urbano do município, muito gratificante pessoalmente e relevante academicamente, no sentido de poder retornar à cidade natal, com um novo olhar, como observadora, e pesquisadora das questões urbanas e do desenvolvimento do território.

Quanto à metodologia de análise espacial, que levou em conta os métodos de delimitação proposto pela rede Quapá-Sel, da qual o grupo GEDUR é parte, a escolha justificase em função dos resultados apresentados, proporcionando para além do entendimento das dinâmicas e pressões que transformaram o espaço, a leitura atual da morfologia e do território barra-mansense. Consideramos a metodologia aplicada, proposta por Magalhães (2016), válida e útil na análise e entendimento do processo de produção da paisagem e do território. Enfatizamos ainda que a metodologia possui inúmeras possibilidades de desdobramentos, com aplicação do método em outras realidades urbanas e periurbanas e em outras escalas de análise.

As vinte e nove UMTs delimitadas foram o coração de um trabalho de análise realizado a cada etapa de produção cartográfica. Com o apoio e colaboração dos membros do Grupo GEDUR foi confeccionado o material cartográfico base para a pesquisa, buscando, analisando e especializando e sintetizando na forma de croquis e mapas os dados e informações. A disponibilização dos mapas gerados poderá ser de grande valia para novas pesquisas e o avanço e maior abrangência das análises espaciais sobre a microrregião do Vale do Paraíba e o município de Barra Mansa.

A reaproximação com o território deixou evidente um dado não visível a priori: a desigualdade socioespacial presente, tanto no que tange a distribuição de renda, onde poucos detêm muito, e muitos detêm pouco ou nada; como também na questão de infraestrutura e acesso à cidade. Apesar de índices positivos, como o IDH e o IBEU, o desenvolvimento econômico do município não se reflete no desenvolvimento humano e social, dado que as condições de igualdade no exercício da cidadania não foram alcançadas. De acordo com nossos

estudos, os índices positivos podem estar relacionados à riqueza acumulada por poucos grupos familiares e suas permanências e influências no jogo político e relações de poder que impactam o território e suas características sócio-espaciais, considerando que representam, em sua maioria, famílias tradicionais que iniciaram seu processo de acumulação no período cafeeiro.

Retomamos aqui os objetivos propostos na Introdução, considerando que foram alcançados de forma parcial. Atingimos a compreensão dos processos que constituíram a formação do território barra-mansense, assim como a identificação e delimitação das áreas homogêneas, por meio da delimitação das unidades de paisagem (UP) e das unidades morfo-territoriais (UMT). No âmbito dos objetivos específicos, não foi possível alcançar o estabelecimento de cenários de planejamento em escala local, pelos limites impostos pelo tempo de realização da pesquisa, por razões de cunho pessoal e, principalmente, pelo início do período de pandemia global, a partir de 13 de março de 2020, estabelecendo o distanciamento social e impactando severamente os últimos meses dedicados a finalização do trabalho de campo e conseqüentemente a redação final desta dissertação.

Apesar das dificuldades impostas pela conjuntura pessoal e pela crise sanitária global, deixamos registrado que alguns caminhos se descortinaram durante os levantamentos realizados, os mapeamentos elaborados e os depoimentos que conseguimos obter. Como visto, o município tem como trunfo sua localização estratégica entre os grandes centros econômicos do país, o que lhe confere um potencial logístico. Por outro, lado sua topografia acidentada e suas poucas áreas planas já ocupadas pela mancha urbana consolidada, não favorece a instalação de grandes plantas industriais. Apesar dessas condições, ao nosso ver, isso não gera prejuízos ao município, já que há grande potencial no desenvolvimento do setor de serviços, já forte na região, das atividades primárias, especialmente a produção agrossilvopastoril de pequeno e médio porte, também relevantes na economia; e finalmente, no turismo local, com aproveitamento dos potenciais ambientais, estéticos e de produção rural presentes no município participante do Vale do Café. A atual estrutura urbana de Barra Mansa, como verificado nas análises histórico-contextuais, morfo-territoriais e tipo-morfológicas realizadas, com ajustes e adequações em nível de planejamento e gestão, teria condições para abrigar, ampliar ou fortalecer tais atividades. Acreditamos que este estudo, ainda que preliminar, traz grande contribuição como meio de visibilizar tais potenciais.

Com relação à industrialização, iniciada no início do século XX, as plantas industriais instaladas e ativas na microrregião do Sul Fluminense, principalmente no eixo, Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, demandaram mão-de-obra qualificada. Urge daí mais uma

potencialidade do município: a de se configurar como polo educacional, com ampliação de centros de capacitação técnica, tais como os do Sistema S, direcionados à população de menor renda, com menos acesso à capacitação para o trabalho na indústria. Por fim, outra potencialidade verificada no decorrer da pesquisa está relacionada a área de agricultura. O município já é referência em produção leiteira e carece de projetos públicos voltados para os distritos que invistam na produção agrícola para abastecimento da região. A UP3, caracterizada por atividades agropassilvopastoris, está inserida nas microbacias que compõem a Região Hidrográfica do Médio Paraíba, é caracterizada por áreas não edificadas ou urbanizadas, porém já antropizadas e com cobertura vegetal constituída por pastos e forrações, conferindo áreas com grande potencial agrícola ou para produção leiteira.

Dentre os conceitos utilizados e sua aplicação prática, verificou-se a importância para o planejamento urbano da compreensão abrangente dos processos e dinâmicas que engendram a formação do espaço urbano, bem como o reatamento assertivo do conceito de paisagem como forma de análise do espaço. Verificamos que a formação de Barra Mansa teve forte influência do período áureo da produção e exportação do café, e a consequente divisão social entre produtores e escravos; e foi fortemente impactada pela industrialização e pela implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, causando perdas econômicas e sociais, principalmente com a emancipação de Volta Redonda. Ainda hoje o município reverbera as consequências dessas dinâmicas de espectro globalizante nas desigualdades ainda presentes no território.

O entendimento do processo histórico, a partir da literatura disponível e de acervos da cidade disponibilizados para este estudo, lograram descobertas e achados importantes. As interrelações entre as atividades econômicas, o desenvolvimento industrial promovido pelo poder federal e o papel do arcabouço legislativo municipal, evidenciam seus reatamentos sobre o território, quanto a promoção de heterogeneidades físico-espaciais

Analisando os dados de crescimento populacional do município, percebemos que a partir da década de 1990 o índice de crescimento sofreu uma redução, manteve-se, a partir de 2000 abaixo de 5%, girando em torno de 0,43% ao ano. Isso reflete uma baixa demanda por novas áreas de urbanização, ou de expansão territorial. A principal descoberta da pesquisa é a necessidade de ampliação e melhoramentos na infraestrutura para atender a população já instalada, como adequação viária, mobilidade urbana, valorização de espaços livres públicos, saneamento básico, qualidade urbanística, entre outros. Torna-se urgente e necessário equilibrar os ônus do desenvolvimento econômico e da rápida urbanização, principalmente nas áreas mais carentes, como as indicadas nos estudos das Unidades Morfoterritoriais. Nesse sentido,

destacamos como prioridades as UMTs 1, 4, 7, 8, 14, 23, 24 e 26; principalmente no sentido de oferta de unidades habitacionais e melhoria de infraestrutura urbana.

Como principais dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa, além das já mencionadas anteriormente, a carência de informações disponibilizadas pela gestão pública foi uma barreira que só pode ser transposta pela colaboração do Grupo Gedur na elaboração dos mapas, e na cooperação dos entrevistados que forneceram valiosas informações não acessíveis nos poucos dados oficiais. Nesse sentido, o fato de ter obtido acesso a determinados mapas e documentos, deu-se por conta das relações familiares e políticas no âmbito da administração pública. Isso demonstra uma falta de transparência da gestão pública e da dificuldade de acesso à informação para o público em geral.

Como desdobramentos desta pesquisa, acreditamos ser válido um aprofundamento da análise de cada uma das unidades morfo-territoriais do município de Barra Mansa considerando a categorização dos espaços livres públicos e privados, buscando um entendimento do sistema de espaços livres e das potencialidades e conflitos na escala da quadra intraurbana. Consideramos a possibilidade desse desenvolvimento em nível de doutoramento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (BRASIL). Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: **regiões hidrográficas brasileiras** – Edição Especial. -- Brasília: ANA, 2015. Disponível em: <<http://www3.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/regioeshidrograficas2014.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2019
- ATHAYDE, J.B. **Barra Mansa e seus administradores**. Juiz de Fora: ESDEVA, 1971.
- BARBOSA, I.V. Cidade de Barra Mansa no Brasil. **Archivo Pittoresco** – Semanário Ilustrado. Lisboa, nº 10, p. 385 – 386, Portugal, 1867.
- BARRA MANSA (Lei Complementar no. 48, de 06/12/2006) **Plano Diretor do Município de Barra Mansa**. *Prefeitura Municipal*, 2006. Disponível em <http://www.barramansa.rj.gov.br/index.php/a-cidade/plano-diretor> Acesso: 20 jan. 2020
- BRASIL - Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Projeto Orla: Fundamentos para gestão integrada**. – Brasília: MMA, 2006.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 9º ed – São Paulo: Contexto, 2018.
- _____. Da Organização à Produção do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico ; in : CARLOS, A.F.A. ; SOUZA, M.L. ; SPOSITO, M.E.B.(org.) **A Produção do Espaço Urbano : Agentes e processos, escalas e desafios**. – 1ª ed., 6ª reimpr. – São Paulo : Contexto, 2018
- CARNEIRO, André Rocha. **Ouro Negro: café e escravos na formação da classe senhorial em um município do vale do Paraíba fluminense – Barra Mansa no século XIX**, 2013. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- CEPERJ, 2012. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**. Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2012
- CHÁVEZ, E.S., DIAS, L.S. (orgs). **Cartografia biogeográfica e da paisagem**: Volume 1 – 1 ed. – Tupã: ANAP, 2019.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre Agentes Sociais, Escalas e Produção do Espaço**; in: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M.E.B. (org.) **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. – 1ª ed., 6ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2018

- COUNCIL OF EUROPE. 2000, Florença. **European Landscape Convention**, Florença, 2000. Disponível em: <<http://conventions.coe.int/Treaty/en/Treaties/Html/176.htm>>. Acesso em: 14 maio 2016.
- COUTO, André Luiz Faria. **Do Império à República: a vida política no município de Barra Mansa**. 298f. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. FGV. 2016
- CRUZ, Bruno de Oliveira [et al.] (Org). **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil**. – Brasil: Ipea, 2011.
- Custódio, V., de Arruda Campos, A., Soares Macedo, S., & Fernandes Queiroga, E. (1). ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NAS CIDADES BRASILEIRAS. **Revista Geográfica De América Central**, 2(47E). 2011
- DE PAULA, A. L. **O papel da ferrovia na configuração do território de Barra Mansa-RJ**. Dissertação de Mestrado – Niterói: UFF-GEU, 2009.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- GORENSTEIN, Silvia. **Transformaciones territoriales contemporáneas. Desafíos del pensamiento latinoamericano**. Revista EURE - Revista De Estudios Urbano Regionales, 41(122), 2015.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Cidades@. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/barramansa/panorama>. Acesso em: 20 jan 2020
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010.
- IFLA. **Carta da Paisagem das Américas**. Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas. Cidade do México, 2018. Disponível em: http://www.abap.org.br/abap/wp-content/uploads/2019/10/Carta-da-Paisagem-das-Am%C3%A9ricas_VERS%C3%83O_FINAL_PORTUGU%C3%8AS_150619.pdf
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963. (Coleção Setores da Evolução Fluminense, vol. 4). Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27286_v4.pdf>. Acesso em: jun. 2019
- LEFEBVRE, H. Plano da Obra; Do Espaço Absoluto ao Espaço Abstrato. In: **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev.2006. [1974].
- MACEDO, Silvio Soares. Espaços Livres. **Paisagem Ambiente: Ensaios**. São Paulo n. 7 p. 15 - 56 jun. 1995.

- MAGALHÃES, Natália Cristina Tripoli. **Unidades Morfo-Territoriais: estratégias de entendimento dos processos de produção da forma urbana**. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016
- MAGNOLI, Miranda Martinelli. Espaço Livre – Objeto de trabalho. **Revista Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n 21, p.175-198 - 2006
- MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana. Petrópolis/RJ, Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! IN: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Organização: Maricato, et al. 1Ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- MONTE-MÓR, R. L. de M. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006
- MOREIRA, Andrea Auad. **Barra Mansa: Imagens e Identidades Urbanas**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2002.
- MOREIRA, Andrea Auad. Rio Paraíba do Sul: Quatro Cidades Estruturadas à Sua Margem. In:**Paraíba do Sul: um rio, quatro cidades, um patrimônio socioambiental em questão**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ / FAU, 2014.
- MOREIRA, Regina da Luz. CSN: uma decisão política. **CPDOC: Fatos e Imagens**: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>
- NOGUÉ, J.; SALA, P. **Prototipus de Catàleg de Paisatge**: bases conceptuais, metodològiques i procedimentals per elaborar els catàlegs de paisatge de Catalunya. Olot i Barcelona. Catalunya: Observatori del Paisatge, 2006. Disponível em: <<http://catpaisatge.net/fitxers/Prototipus2006.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Como andam as metrópoles - Relatório final**. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ, 2005. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_riodejaneiro.pdf. Acesso em: 13 jun 2019.
- ONU-HABITAT. **New Urban Agenda. United Nations**, 2017. Disponível em <http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English-With-Index-1.pdf> Acesso 21/05/2020.
- PLHIS, **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Prefeitura Municipal de Barra Mansa - Estado do Rio De Janeiro. 2010/2011

- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em: 24 set 2019.
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.
- RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In *Territórios e Territorialidades – Teorias, processos e conflitos*. SAQUET, M.A., SPOSITO, E.S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Consequência Ed., 2015.
- RÜSCHE, R. Estética e Natureza. A Paisagem Brasileira no Início do Século 19. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP**, São Paulo, v.21, n.35, p. 172 – 185, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/84527/87299>>. Acesso em: 27 maio. 2016
- SALEM, Nikson. **250 Anos do Surgimento do Povoado de São Sebastião da Barra Mansa**. Barra Mansa: Gráfica e Editora Irmãos Drumond Ltda, 2014.
- SALEM, Nikson. (Org). **Antologia Histórica. Barra Mansa**. Barra Mansa: Gráf. Irmãos Drumond, 2016.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A Cidade Como um Jogo de Cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.
- SANTOS, Milton, **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. – 4ª ed. 9ª reimpr. – São Paulo: Edusp, 2017 [1996]
- SANTOS, Milton. **O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002
- SANTOS, Milton. Produção da Paisagem Urbana Contemporânea Brasileira no Final do Século 20. In: **Paisagem e Ambiente**, FAUUSP, São Paulo, v. XIV, p. 143-169, 2001.
- SAQUET Marcos Aurelio. Por uma Abordagem Territorial. In SAQUET, M.A., SPOSITO, E.S. (Orgs.) *Territórios e Territorialidades – Teorias, processos e conflitos*. Rio de Janeiro: Consequência Ed., 2015, p. 69-90.
- SCHLEE, M. B.; SOUZA, M. J. N; REGO, A. Q.; RHEINGANTZ, P. A.; DIAS, M. A.; TÂNGARI, V. R. Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. *Revista Paisagem e Ambiente – Ensaios*. v. 26. São Paulo: FAU-USP, 2009. p. 225-247. <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77358/81206>

- SEN, Amartya. Igualdade de que? IN: Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001 [1992]
- SILVA, A. F., et al. Os Valores Patrimoniais da Paisagem Cultural: Uma Abordagem para o Processo de Intervenção.in: **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 24, p. 297 – 308, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/86434/89091>>. Acesso em: 27 Maio 2016
- _____. Por Uma Epistemologia Contemporânea da Paisagem: Ensaio Sobre Cinco Proposições Teóricas. **Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP**, São Paulo, v.21, n.36, p. 54 – 68, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/90245/92939>>. Acesso em: 27 maio 2016.
- SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da. *Desenho como questionamento: distintas dimensões de planos e projetos urbanos*. Rio de Janeiro: FAUFRJ, São Paulo: PUC – Campinas. 1ª ed., 2019.
- SILVA, Jonathas Magalhães Pereira da; MAGALHÃES. Natália C. T. Aplicação do conceito de Unidade Morfo-territorial nas escalas metropolitana, intraurbana e local Revista de Morfologia Urbana (2015) 3(2), 105-20 Rede Lusófona de Morfologia Urbana
- TCE (2019). Estudos Socioeconômicos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2019. Tribunal de Contas do Estado. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>. Acesso 20/05/2020.
- TÂNGARI, V.R.; REGO, A.Q.; DIAS, M.A.; RHEINGANTZ,P.A.; AZEVEDO, G.A.N.; MONTEZUMA, R. C. M. ; SOUZA, M J N ; SCHLEE, M.B.; CADERMAN,R. ; WOPEREIS, B.; CAPILLÉ, C.C.; PARAHYBA, N.; AMORIM, M. . Morfologia Urbana, Suporte Geobiofísico e o Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro-RJ. In: Campos; et al. (Orgs.). Quadro dos Sistemas de Espaços Livres nas cidades brasileiras. São Paulo: FAUUSP, 2012, v., p. 195-239.
- VARANDAS, M. J. Ressenyes: VERÍSSIMO SERRÃO, Adriana (coord.) (2011). Filosofia da Paisagem: Uma Antologia. **Enrahonar**: Quaderns de Filosofia, Barcelona, v. 53, p.127-130, 2014. Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: <<http://revistes.uab.cat/enrahonar/article/view/v53-varandas/pdf-es>>. Acesso em: 15 abr. 2016
- VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. Cláudio Vicentino. 8. Ed. São Paulo: Editora Scipione, 1999